

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE LISBOA**

**Relatório de Actividades
Out 2013 a Dez 2014**



Fevereiro 2015

Assembleia Municipal de Lisboa

Relatório de Actividades

Out 2013 a Dez 2014

Fevereiro de 2015

Ficha Técnica

Título

Relatório de Actividades da Assembleia Municipal de Lisboa – Out 2013 a Dez 2014

Autoria

Helena Roseta, arquitecta, Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,

Edição

Assembleia Municipal de Lisboa, Fevereiro de 2015

Agradecimentos e fontes

A todos os que contribuíram para este documento de prestação de contas da actividade da Assembleia Municipal de Lisboa são devidos agradecimentos. A sua elaboração não seria possível sem os seguintes contributos:

- **Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)** – Chefia (Dr^a Cidália Marques) e Coordenadores de Núcleos (Dr^a Cristina Martinho, Dr^a Ana Rita Viegas, Arq. Pedro Formosinho Sanchez e Dr. Paulo Braga da Costa)
- **Gabinete de Apoio à Presidência** – Dr^a Alexandra Casanova, Dr^a Luísa Jacobetty, Pedro Tito de Moraes e Sofia Meneses.
- Os dados orçamentais foram fornecidos pela Dr^a Ricardina Constantino (Núcleo de Contabilidade da Secretaria Geral da CML), os dados relativos a eventos no Fórum Lisboa pelo técnico do GAAM Dr. Paulo Cordeiro e a capa é da autoria do técnico do GAAM Daniel Filipe Sousa.

Todos os documentos referidos neste Relatório de Actividades estão disponíveis on-line no sítio da Assembleia Municipal, em <http://www.am-lisboa.pt>

Os dados aqui apresentados são públicos e podem ser utilizados por terceiros, devendo no entanto ser respeitada a referência ao presente Relatório.

1. Introdução

O mandato 2013-2017 dos órgãos autárquicos municipais de Lisboa iniciou-se em 24 de outubro de 2013, com a instalação da Câmara e Assembleia Municipal, cujos membros foram eleitos na sequência das eleições autárquicas realizadas em 29 de Setembro desse ano.

A Assembleia Municipal de Lisboa é o órgão deliberativo do município, com poderes de fiscalização sobre o executivo municipal. Cabe-lhe deliberar sobre as matérias mais importantes para o município, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da lei. Pode igualmente pronunciar-se sobre outras matérias de interesse para o município e receber petições dos cidadãos e das suas organizações.

Pela sua composição, competências e actividades, a Assembleia Municipal reúne condições para ser a Casa da Cidadania de Lisboa, aberta às necessidades, preocupações e aspirações de todos os munícipes, veiculadas através das diferentes forças políticas representadas, das organizações da sociedade civil ou de cidadãos individuais, estando previstas múltiplas formas de todos poderem participar e intervir nas reuniões plenárias deste órgão autárquico.

Até ao final de 2013, a actividade da Assembleia Municipal foi essencialmente de instalação e organização do funcionamento, tendo no entanto sido imediatamente lançado um sinal de abertura à participação dos cidadãos com a realização, em 10 de dezembro, da primeira sessão do Debate Temático sobre a Colina de Santana.

Neste Relatório de Actividades faz-se uma resenha do que foi o trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal de Lisboa desde 24 de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, nas várias frentes incluídas nas suas competências, bem como dos serviços que lhe dão apoio. Todos os documentos referidos neste Relatório estão disponíveis no sítio da Assembleia Municipal, em <http://www.Am-lisboa.pt>

No final do Relatório reúnem-se algumas conclusões, recomendações e apelos visando uma melhor adequação do esforço dispendido aos resultados pretendidos e uma maior monitorização do desenvolvimento dado às deliberações da Assembleia Municipal, nomeadamente no que respeita à fiscalização do executivo municipal.

2. Instalação e Regimento

2.1 Composição

A composição da Assembleia Municipal de Lisboa resultante das eleições de 2013 é a seguinte: 51 membros eleitos directamente e os 24 Presidentes das Juntas de Freguesia de Lisboa, num total de 75 membros.

A distribuição político-partidária no mandato 2013-2017 é a seguinte:

PS – Partido Socialista – 36 membros, dos quais 19 eleitos directamente e 17 Presidentes de Junta de Freguesia, membros por inerência

PSD – Partido Social-Democrata – 16 membros, dos quais 11 eleitos directamente (através da coligação PSD/CDS/MPT) e 5 Presidentes de Junta de Freguesia, membros por inerência

PCP – Partido Comunista Português – 6 membros, dos quais 5 eleitos directamente (através da coligação PCP/PEV) e 1 Presidente de Junta de Freguesia, membro por inerência

BE – Bloco de Esquerda – 4 membros eleitos directamente

CDS-PP – Centro Democrático e Social-Partido Popular – 2 membros eleitos directamente (através da coligação PSD/CDS/MPT)

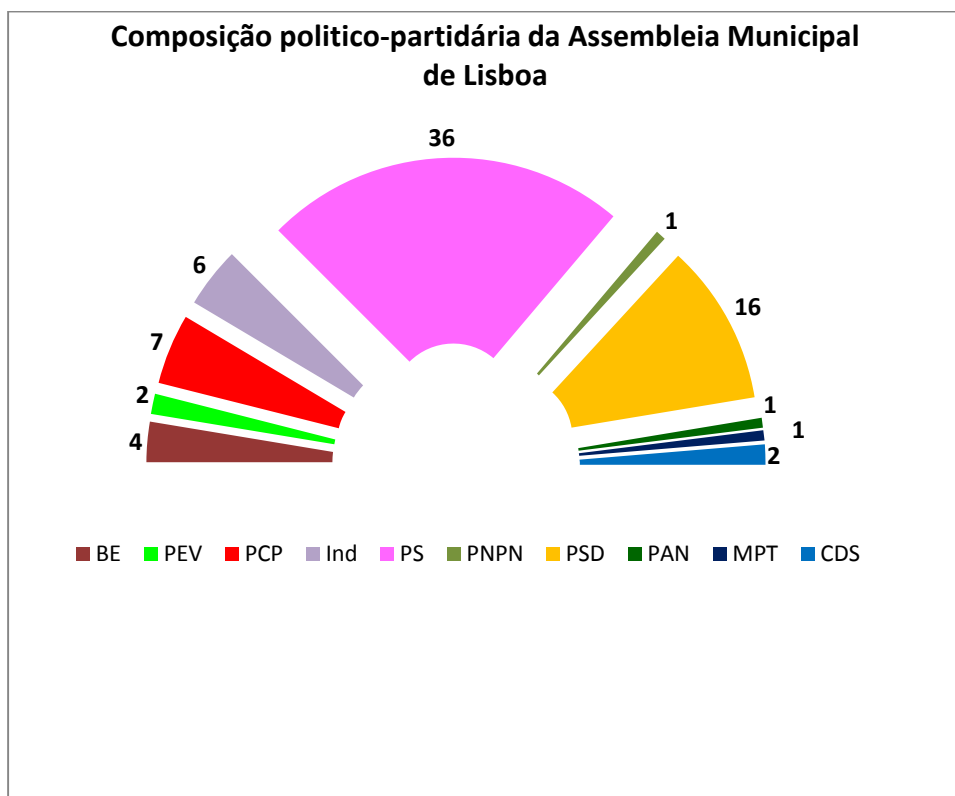
PEV – Partido Ecologista Os Verdes – 2 membros eleitos directamente (através da coligação PCP/PEV)

MPT – Movimento Partido da Terra – 1 membro eleito directamente (através da coligação PSD/CDS/MPT)

PAN – Partido pelos Animais e pela Natureza – 1 membro eleito directamente

PNPN – Grupo de cidadãos eleitores Parque das Nações por Nós – 1 Presidente de Junta de Freguesia, membro por inerência

IND – Independentes – 6 membros eleitos directamente nas listas do Partido Socialista, indicados pelo movimento Cidadãos por Lisboa.



Os deputados eleitos pelas diferentes forças políticas constituíram-se em Grupos Municipais, à excepção dos seis deputados independentes eleitos nas listas do PS, que não se integraram em nenhum Grupo Municipal¹

Esta composição plural, com 9 forças políticas distintas e 6 deputados independentes, implicou desde o início uma exigência acrescida de abertura e diálogo entre todas as bancadas, por forma a permitir a participação, em igualdade de circunstâncias, de todos deputados municipais e a condução equitativa e transparente do processo democrático de decisão colectiva, cerne da razão de ser deste órgão.

2.2 Instalação dos deputados municipais e gabinetes de apoio

A primeira tarefa dos novos deputados municipais centrou-se na sua instalação e criação de condições para o seu desempenho.

Ao contrário do que acontece na maioria dos municípios do país, a AML dispõe de instalações próprias – o Fórum Lisboa, antigo Cinema Roma, adquirido em 1997 pelo executivo municipal para tal adaptado. O Fórum Lisboa dispõe de um auditório de 700 lugares, dois foyers e um conjunto de salas de reunião de capacidade variável, bem como de diversos gabinetes de trabalho.

No Fórum Lisboa funciona o Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM), composto em 2013 por 38 trabalhadores da autarquia. O GAAM e a gestão do Fórum Lisboa passaram a sujeitar-se à orientação da Presidência da AML, através do ponto VI do Despacho n.º 79/P/2013.²

Além do GAAM funcionam no Fórum Lisboa os gabinetes de apoio à mesa e às diversas forças políticas representadas. Por proposta da mesa da AML, ouvida a Conferência de Representantes, a CML aprovou em 27.11.2013, através da Proposta 869/CM/2013, publicada no 2º suplemento ao BM nº 1032, de 28.11.2013, a autorização de contratação de pessoas singulares, em regime de prestação de serviços, necessárias ao adequado funcionamento da Assembleia Municipal, para apoio aos grupos municipais.

O valor máximo do total de encargos mensais correspondentes foi fixado³ por forma a que a sua totalidade não excedesse o que vigorou no mandato anterior, apesar de haver mais um grupo municipal, mas tendo em conta que o número total de deputados foi reduzido de 107 para 75.

o limite máximo mensal de encargos por grupo municipal tem em conta o número de deputados correspondente e a possibilidade de desdobramento do número de assessores ou do apoio de secretariado, desde que não sejam ultrapassados os limites mensais

¹ Inicialmente, 1 dos deputados independentes integrou o Grupo Municipal no PS.

² **Despacho n.º 79/P/2013** (Delegação e subdelegação de competências), publicado no BM nº 1030, de 14 de Novembro de 2011.

³ O limite máximo mensal fixado para a totalidade das contratações autorizadas pela Proposta 869/CM/2013 é de 76.612,33€ sem IVA.

correspondentes. Foi também autorizado um apoio técnico e administrativo aos 3 membros da mesa.

Os espaços disponíveis no 3º e 4º pisos do edifício contíguo ao edifício principal do Fórum Lisboa foram adaptados para a instalação dos gabinetes de apoio aos deputados municipais e os espaços disponíveis no 1º e 2º pisos da ala sul do edifício principal foram adaptados para a instalação da mesa e seus dos gabinetes de apoio.

Estas disposições permitem aos deputados municipais de Lisboa usufruir de condições que na maioria dos municípios não existem, mas que são naturalmente essenciais para um desempenho informado e tecnicamente sustentado das suas enormes responsabilidades, já que o exercício do cargo de deputado municipal não é profissionalizado.

2.3 A revisão do Regimento

O Regimento da Assembleia Municipal é uma peça essencial para garantir a regularidade do seu funcionamento. A Assembleia Municipal de Lisboa dispunha de um Regimento actualizado no mandato anterior que necessitava, no entanto, de algumas modificações, tendo em conta a diferente composição e o facto de muitas das possibilidades de debate abertas nesse Regimento não chegarem a ter sido ensaiadas.

Assim, a Mesa assumiu a liderança do processo de revisão do Regimento, através de uma proposta inicial que foi submetida à apreciação do Grupo de Trabalho (GT) criado para o efeito, através da Deliberação 5/AML/2014, tomada em 14.1.2014 sobre a Proposta 1/AML/2014, com a participação de todas as forças políticas representadas na AML. O GT reuniu 6 vezes, tendo cessado os seus trabalhos em 19.2.2014. Em 18.3.2014 a Assembleia aprovou o Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017, nos termos da proposta 3/AM/2014, que já incluía as modificações consensualizadas no GT, com novas alterações apresentadas por diversas bancadas, conforme deliberação 58/AM/2014.

A deliberação 58/AM/2014 foi publicada no 1º Suplemento ao BM n.º 1048, de 20.03.2014, com rectificações publicadas no BM n.º 1052, de 17.04.2014 e no 1º Suplemento ao BM n.º 1060, de 12.06.2014.

O novo Regimento da AML para o mandato 2013-2017 privilegia o debate político, introduz novas figuras (como o debate para declarações políticas e o debate de actualidade) e amplia as possibilidades de participação dos cidadãos, tendo sido acrescentado um novo capítulo, que passou a ser o terceiro, intitulado “Participação dos cidadãos”, onde figuram as diferentes formas de intervenção dos cidadãos na Assembleia Municipal, com destaque para o direito de petição. O Anexo I reúne todas as disposições relativas às grelhas de tempo a aplicar aos diferentes debates, com uma redução substancial nalgumas grelhas de tempo, a fim de tornar os trabalhos mais expeditos e de permitir cumprir todas as modalidades de debate previstas. O Anexo II, que é novo, reúne as disposições relativas ao regime de presenças e faltas, às senhas de presença, ao estacionamento e a disposições finais sobre o horário dos trabalhos e competências de interpretação da mesa.

3. As actividades da Assembleia Municipal entre 24.10.2013 e 31.12.2014

A Assembleia Municipal funciona em modo de plenário para a tomada de deliberações do órgão, em reuniões abertas ao público e à comunicação social e transmitidas em directo. Além do plenário, a Assembleia funciona em modo de comissões e grupos de trabalho, nos termos definidos pelo Regimento. As reuniões das Comissões não são públicas, sendo no entanto possível a presença da comunicação social, quando previamente solicitada e aprovada pelos seus membros.

Existe uma outra instância essencial para o bom funcionamento da Assembleia que é a Conferência de Representantes, órgão consultivo da mesa constituído por esta e pelos Representantes de todos os Grupos Municipais, integrando ainda um deputado independente e um vereador da Câmara Municipal. Pronuncia-se sobre todos os assuntos que tenham a ver com o funcionamento da Assembleia Municipal, em especial sobre a criação de Comissões, agendamento e organização das várias modalidades de debate e grelhas de tempos a utilizar em cada sessão ou reunião plenária.

3.1 Reuniões plenárias realizadas

A Assembleia Municipal de Lisboa realizou entre 24.10.2013 e 31.12.2014 um total de 53 reuniões, assim distribuídas:

	Sessões Ordinárias ⁴		Sessões Extraordinárias	Total de reuniões
	nº sessões	nº de reuniões	nº reuniões	
2013	1	3	2	5
2014	5	20	28	48
total	6	23	30	53

De registar que o número total de reuniões plenárias da Assembleia Municipal até 31.12.2014 foi superior ao número de reuniões do executivo municipal, que foi de 51 reuniões no mesmo período de tempo. Este elevado número de reuniões resultou sobretudo da frequência de sessões extraordinárias, cujo calendário foi fixado no início de 2014 em Conferência de Representantes por forma a dar cumprimento às diversas modalidades de debate com periodicidade definida no Regimento, em que avultam as reuniões dedicadas à fiscalização do executivo (perguntas à câmara e declarações políticas) e à participação dos cidadãos (debates temáticos).

3.2 Actividades das Comissões

No início do mandato foi definido, através da Deliberação 97/AML/2013, de 26 de novembro de 2013, tomada por unanimidade sobre a Proposta 25/AM/2013, da mesa, o número, âmbito e composição das 8 Comissões Permanentes da Assembleia Municipal⁵, que são as seguintes:

⁴ As sessões ordinárias podem prolongar-se por várias reuniões até esgotar a Ordem de Trabalhos.

- **1ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos**, com 19 membros (Finanças, Património, Recursos Humanos)
- **2ª Comissão Permanente - Comissão de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização** com 15 membros (Economia, Turismo, Empreendedorismo, Inovação, Modernização Administrativa e Relações Externas)
- **3ª Comissão Permanente – Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local** com 23 membros (Urbanismo, Reabilitação Urbana, Espaço Público, Planeamento Estratégico, Acompanhamento do Plano Director Municipal, Habitação, Desenvolvimento Local e Bairros Municipais)
- **4ª Comissão Permanente – Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida** com 21 membros (Ambiente, Estrutura Verde, Energia, Qualidade de Vida, Serviços Urbanos e Casa dos Animais)
- **5ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais** com 15 membros (Acompanhamento da Reforma Administrativa, Descentralização para as Freguesias, Unidades de Intervenção Territorial e Obras Municipais)
- **6ª Comissão Permanente – Comissão de Direitos Sociais e Cidadania** com 23 membros (Intervenção Social, Saúde, Promoção da Igualdade de Direitos e Oportunidades e Relações com os munícipes)
- **7ª Comissão Permanente – Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto** com 19 membros (Cultura, Interculturalidade, Educação, Juventude e Desporto)
- **8ª Comissão Permanente – Comissão de Mobilidade e Segurança**, inicialmente com 19 membros, alargada depois a 23 membros (Mobilidade e Transportes, Acessibilidade Pedonal, Segurança e Protecção Civil).

A distribuição das presidências e secretariados das Comissões obedeceu ao método do Hondt, ajustado às disponibilidades de cada força política.

Além das 8 Comissões Permanentes, foi criado o **Grupo de Trabalho do Regimento**, através da Deliberação 5/AML/2014 tomada em 14.1.2014 sobre a Proposta 1/AML/2014, o qual cessou os seus trabalhos em 19.2.2014.

Foi ainda criada, pela Deliberação 65/AM/2014, de 25.3.2014, que concluiu o Debate Temático sobre a Colina de Santana, uma comissão eventual, a **Comissão para o Acompanhamento da Colina de Santana**.

O total de reuniões realizadas pelas 8 Comissões Permanentes, pelo Grupo de Trabalho do Regimento e pela Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana entre 24.10.2013 e 31.12.2014 foi o seguinte:

⁵ A composição das Comissões Permanentes foi ajustada por deliberação da Assembleia sobre a Proposta 5/AM/2014, aprovada por unanimidade em 22.4.2014

Comissões e Grupos de Trabalho		Número de reuniões		Total
		Ordinárias	Extraordinárias	
1ª CP	Finanças, Património e Recursos Humanos	7	32	39
2ª CP	Economia, Turismo, Inovação e Internacion.	6	16	22
3ª CP	O.Território, Urbanismo, RU, Hab., Des. Local	7	41	48
4ª CP	Ambiente e Qualidade de Vida	7	12	19
5ª CP	Descentralização e Obras Municipais	7	19	26
6ª CP	Direitos Sociais e Cidadania	7	23	30
7ª CP	Cultura, Educação, Juventude e Desporto	7	28	35
8ª CP	Mobilidade e Segurança	7	12	19
CACS	Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana		7	7
GTR	Grupo de Trabalho do Regimento		6	6
total		55	196	251

Esta intensa actividade das Comissões, muito para além da periodicidade prevista no regimento (reuniões ordinárias bimensais) permitiu uma análise muito circunstanciada das matérias em apreciação, desde propostas da Câmara a petições e reclamações de cidadãos. Incluíram-se nestas reuniões diversas visitas levadas a cabo pelas 2ª, 3ª, 6ª e 7ª Comissões e pela CACS, bem como audições de membros do executivo, técnicos municipais, entidades convidadas e cidadãos. Algumas destas reuniões foram reuniões conjuntas de duas ou mais Comissões, permitindo uma partilha mais rápida da informação e a tomada de posições também conjuntas.

Poderá ser relevante criar uma instância de coordenação da mesa com os Presidentes das Comissões, a fim de promover uma melhor distribuição de tarefas entre todos, sem sobreposições nem lacunas.

3.3 Reuniões da Conferência de Representantes

A Conferência de Representantes realizou 25 reuniões (4 reuniões em 2013 e 21 em 2014), com uma periodicidade média quinzenal.

É de realçar o papel activo desempenhado pela Conferência de Representantes no processo de formação de decisão colectiva inerente à própria natureza da Assembleia. É nessa instância que se procuram resolver, previamente às reuniões plenárias, questões de natureza processual, procedimental e organizativa, mas também matérias políticas que carecem do contributo de todas as bancadas. O ambiente de lealdade institucional por parte de todos os seus membros permite um efectivo diálogo, contribuindo para a emergência de consensos ou de maiorias alargadas em muitas matérias.

É também na Conferência de Representantes que se ajusta o calendário de actividades e eventos promovidos pela Assembleia, com destaque para a organização de debates temáticos abertos a especialistas e ao público em geral.

A presença na Conferência de Representantes de um Vereador permite articular os agendamentos com as prioridades da Câmara e esclarecer matérias relativas ao relacionamento institucional entre os dois órgãos municipais. Regista-se contudo a falta de

uma instância de articulação entre os Representantes e as Comissões, através dos seus Presidentes ou Secretários.

As reuniões da Conferência de Representantes são abertas aos dirigentes e coordenadores dos GAAM e a membros dos gabinetes de apoio à mesa, aos grupos municipais e aos deputados independentes, por forma a permitir uma boa circulação de informação entre todos.

4. As deliberações da Assembleia Municipal

4.1 As deliberações do plenário

As deliberações da Assembleia Municipal podem resultar de diferentes iniciativas. De modo geral, as iniciativas dos deputados municipais concentram-se no período antes da ordem do dia (o PAOD), ou nas sessões extraordinárias para declarações políticas, e têm a natureza de tomadas de posição, através de votos e moções, ou de recomendações à câmara municipal, no exercício da actividade fiscalizadora do órgão deliberativo municipal. No período da ordem do dia, ou POD, são agendadas as propostas do executivo municipal e as decisões de natureza eleitoral (por exemplo designação de representantes).

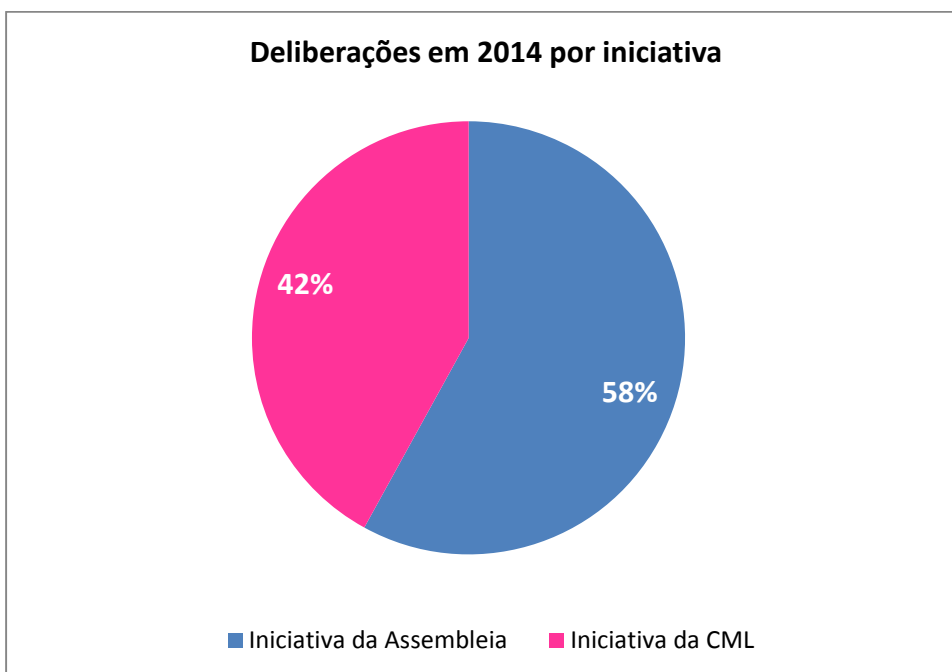
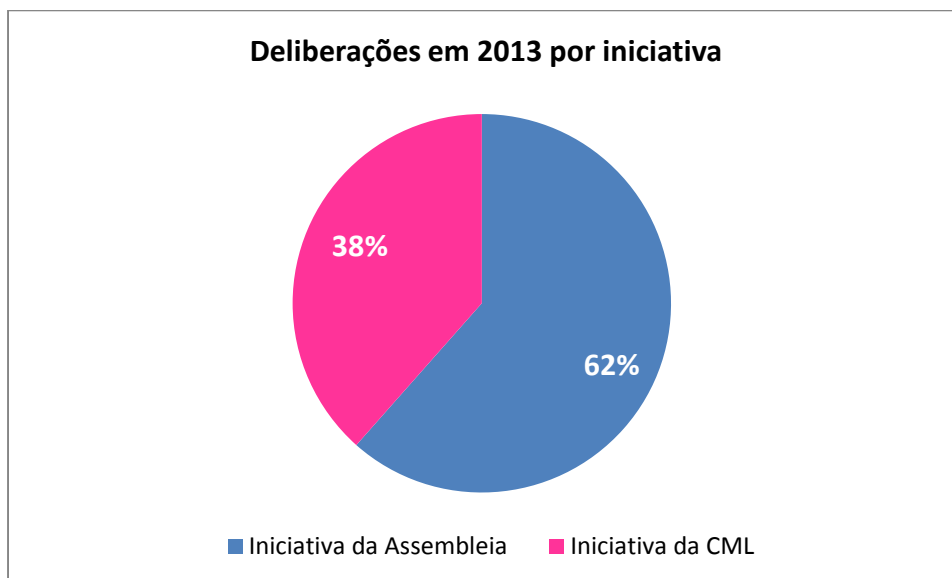
Ao contrário da imagem que é muitas vezes transmitida acerca das assembleias municipais, que teriam um papel demasiado passivo face ao poder de iniciativa das câmaras municipais, a Assembleia Municipal de Lisboa tem uma tradição muito interveniente através das suas deliberações em sede de PAOD. Com a alteração do Regimento, a apresentação de moções, recomendações e votos passou a ter maior frequência, ocorrendo em todas as reuniões ordinárias, incluindo as que se destinam à continuação de agendas anteriores, bem como nas reuniões para declarações políticas.

Os quadros seguintes apresentam um resumo quantitativo do que foram as deliberações da Assembleia Municipal de Lisboa em 2013 e 2014, por iniciativa:

Deliberações em 2013	POD	PAOD	Total
Iniciativa da Assembleia	3	21	24
Iniciativa da CML	15	0	15
total	18	21	39

Deliberações em 2014	POD	PAOD	Total
Iniciativa da Assembleia	17	186	203
Iniciativa da CML	147		147
total	164	186	350

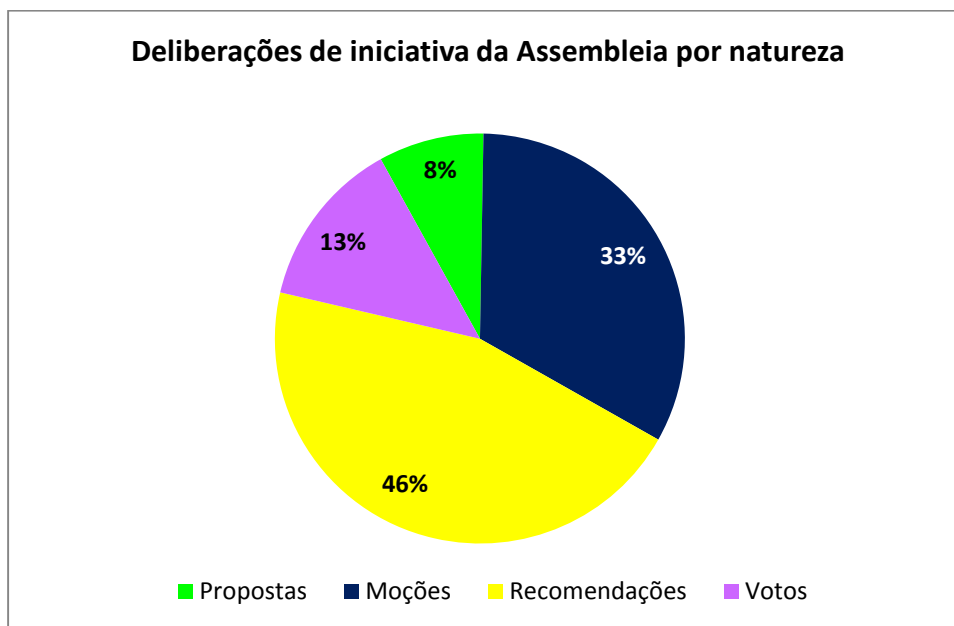
Em 2013 a iniciativa da Assembleia representou 62% das deliberações, contra 38% de iniciativa da Câmara Municipal. Em 2014, a proporção foi de 58% para 42%, mantendo-se a maior fatia por conta da Assembleia, como se pode ver nos gráficos seguintes.



A análise por natureza das deliberações de iniciativa da Assembleia, no PAOD e no POD, é feita no quadro seguinte:

Deliberações de iniciativa da Assembleia por natureza	2013	2014	Total
Propostas	3	17	20
Moções	12	67	79
Recomendações	6	103	109
Votos	3	29	32
Total	24	216	240

Verificamos a grande preponderância das recomendações nas deliberações da Assembleia Municipal, representando cerca de metade de todas as iniciativas com origem neste órgão deliberativo, como se ilustra no gráfico seguinte. Parece-nos relevante salientar este aspecto, já que as recomendações se dirigem aos mais diversos aspectos do funcionamento da Câmara Municipal, devendo passar a merecer uma mais cuidadosa monitorização do seu acatamento ou não pelo executivo. Recorde-se que estamos perante uma assembleia onde o maior partido, o PS, está apenas a dois lugares da maioria absoluta, o que poderia levar à tentação de algum enfraquecimento do poder fiscalizador da assembleia, mas não é o que tem sucedido.



4.2 Moções, recomendações e votos

As moções, recomendações e votos constituem, como se viu, uma das mais frequentes formas de iniciativa política dos deputados municipais. O quadro seguinte espelha a totalidade de iniciativas desta natureza agendadas e aprovadas em 2013 e 2014.

Tipo de iniciativa	2013		2014		total		% iniciativas aprovadas
	agendadas	aprovadas	agendadas	aprovadas	agendadas	aprovadas	
Moções	15	12	81	67	96	79	82,3%
Recomendações	9	6	115	90 ⁶	124	96	77,4%
Votos	3	3	31	29	34	32	94,1%
total	27	21	227	186	254	207	81,5%

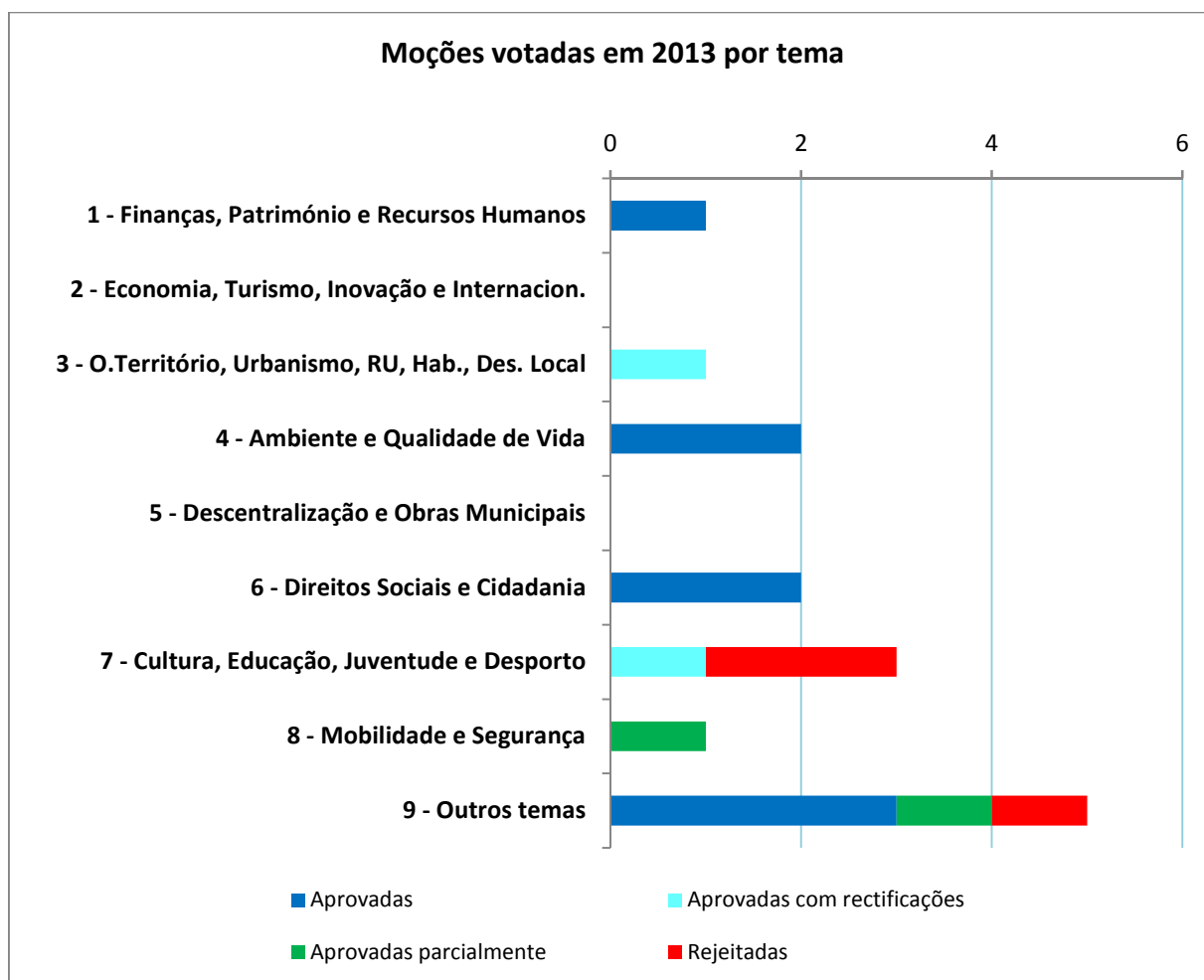
⁶ A diferença entre o total de recomendações aqui registado como aprovadas em 2014 (90) e o total de deliberações do mesmo ano que revestiram a forma de recomendações, referido (103), resulta do facto de ter havido 13 propostas de recomendação apresentadas nos pareceres das Comissões sobre propostas da Câmara que não foram incluídas como iniciativas autónomas.

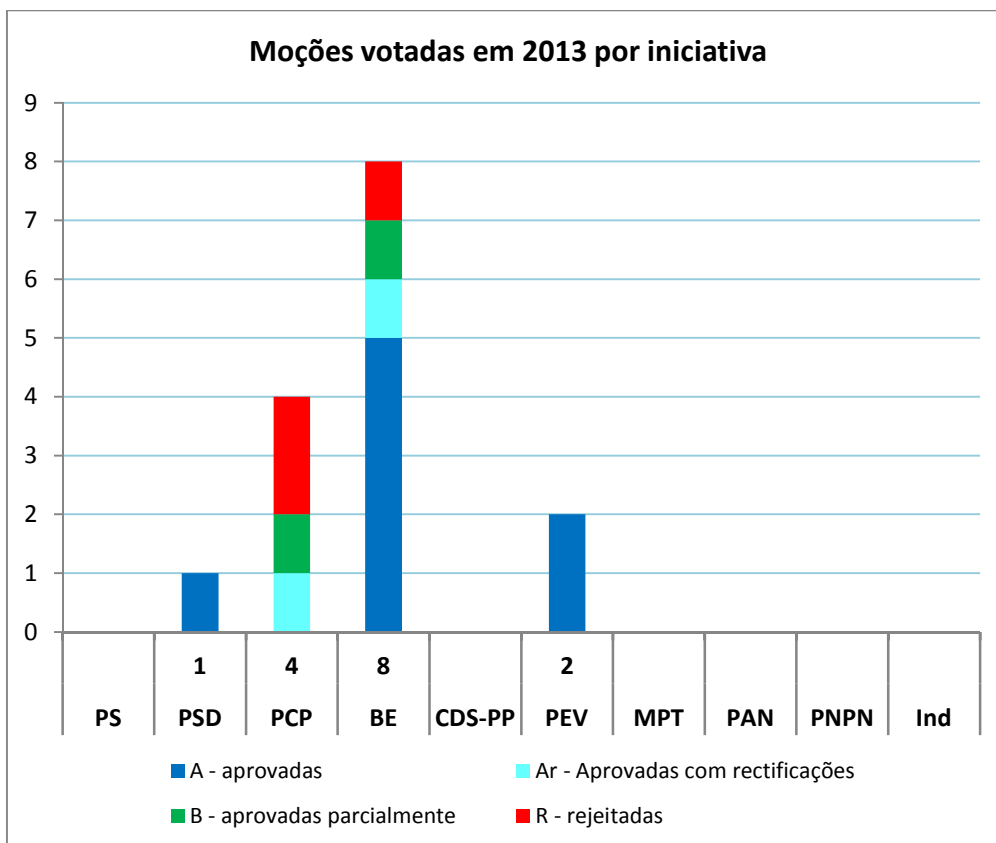
A percentagem de aprovação é, como se pode ver no quadro, bastante elevada, ultrapassando sempre os 77%.

Vale a pena no entanto fazer uma análise mais fina, tendo em conta os temas das iniciativas, os grupos municipais que lhes deram origem e os resultados alcançados. A análise que de seguida se apresenta teve em conta a classificação por tema que é atribuída a cada iniciativa, no sentido de facilitar a sua monitorização. Os primeiros 8 temas correspondem ao âmbito das 8 Comissões Permanentes referido no ponto 3.2, sendo o tema 9 aplicado a outros assuntos.

4.2.1 Em 2013

A distribuição das 15 moções apresentadas em 2013 por tema e por iniciativa foi a representada nos gráficos seguintes, tendo sido consideradas aprovações simples, aprovações com rectificações resultantes do debate e aprovações parciais.

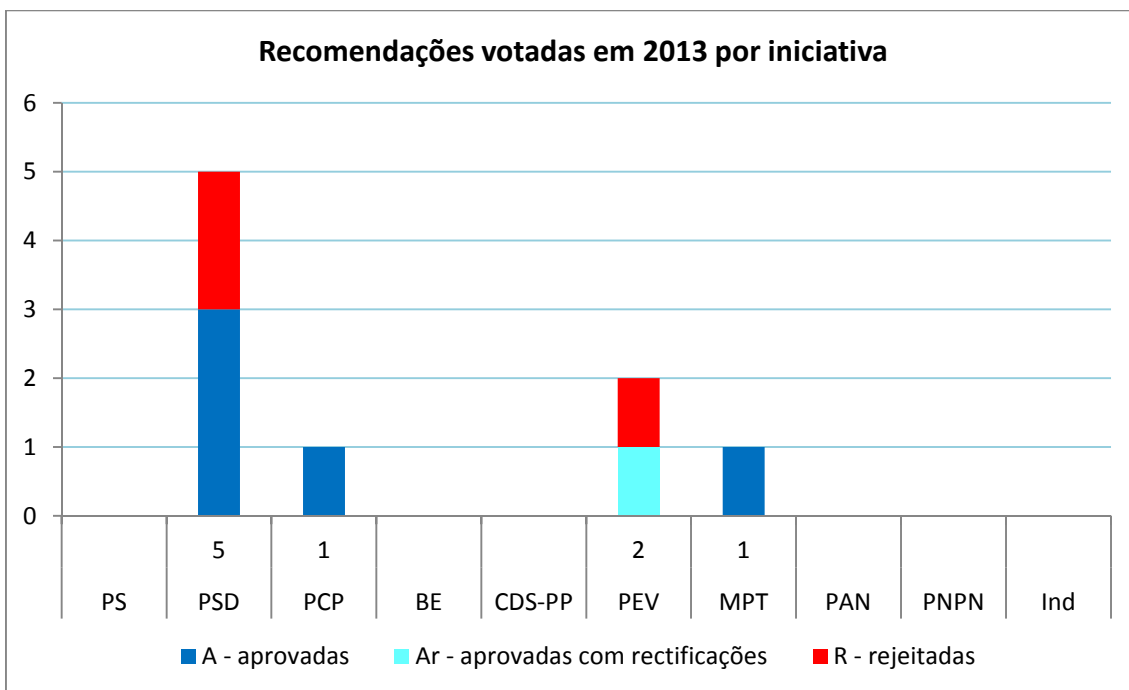




Em 2013 o tema com mais moções, além da cultura, foi o tema 9, que recolhe matérias transversais e o BE foi o Grupo Municipal com mais iniciativas desta natureza.

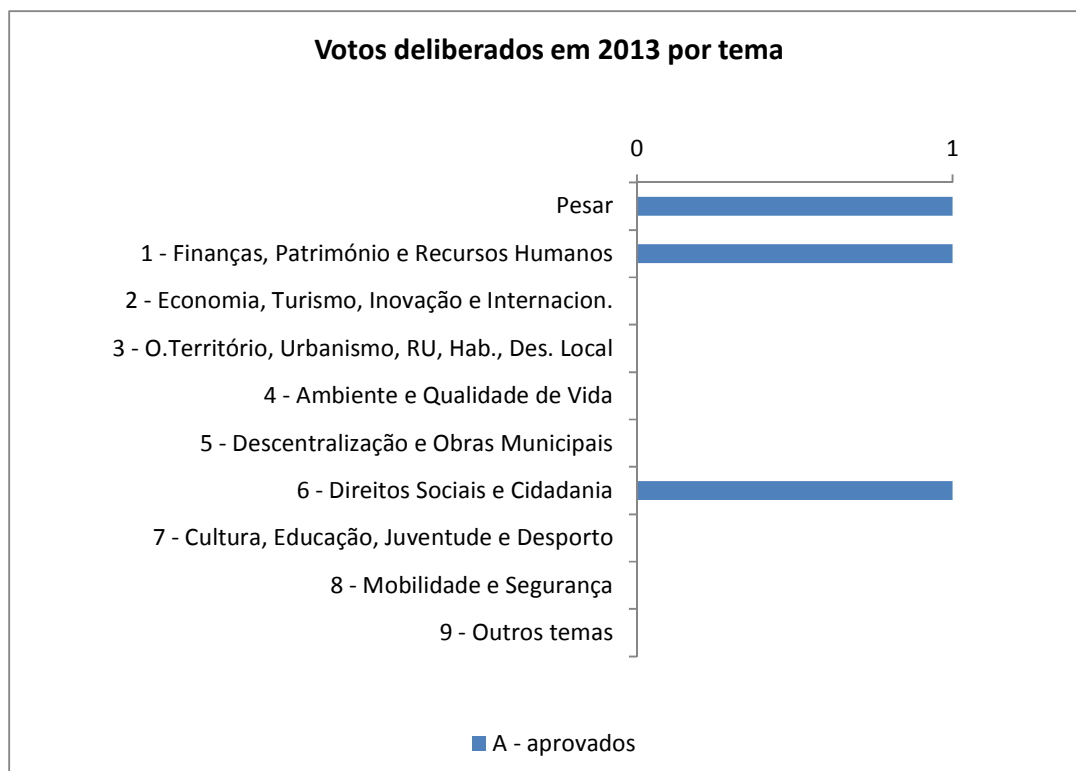
A mesma análise foi feita para as recomendações, cuja distribuição por temas e por iniciativa, em 2013, se apresenta nos gráficos seguintes:

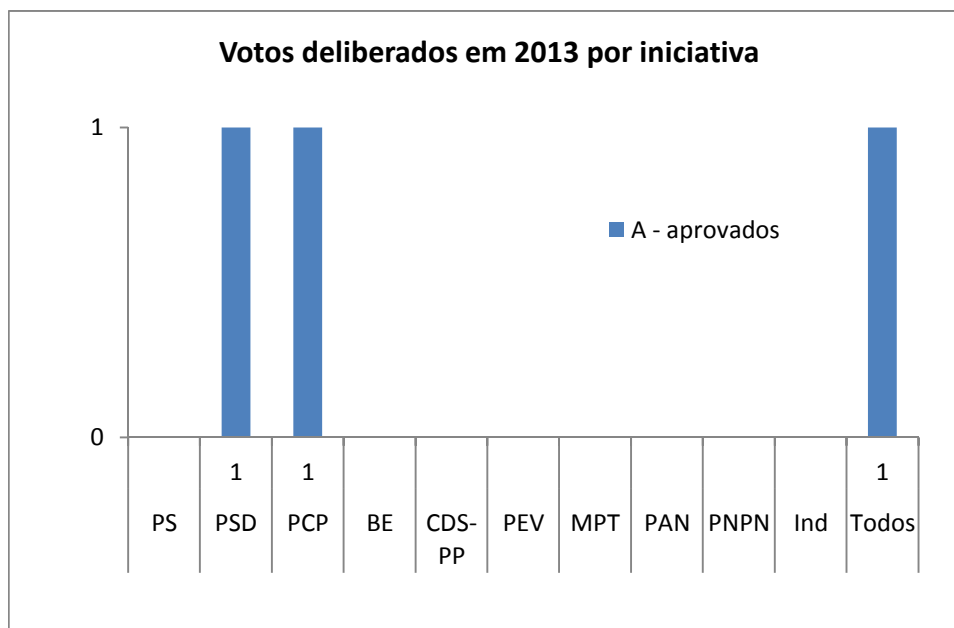




Em 2013, a cultura foi o tema com mais recomendações, sendo o PSD o Grupo Municipal com mais iniciativas desta natureza.

Quanto aos votos, a distribuição por temas e por iniciativa em 2013 é a que se apresenta nos gráficos seguintes:





4.2.2. Em 2014

Em 2014, a distribuição das 81 moções apresentadas por tema e por iniciativa foi a que consta dos quadros seguintes, em que **A** - significa aprovada, **Ar** - aprovada com rectificações, **B** - aprovada parcialmente, **Br** - aprovada parcialmente com rectificações, **R** – rejeitada e **Rt** – retirada.

Moções apresentadas em 2014 por tema

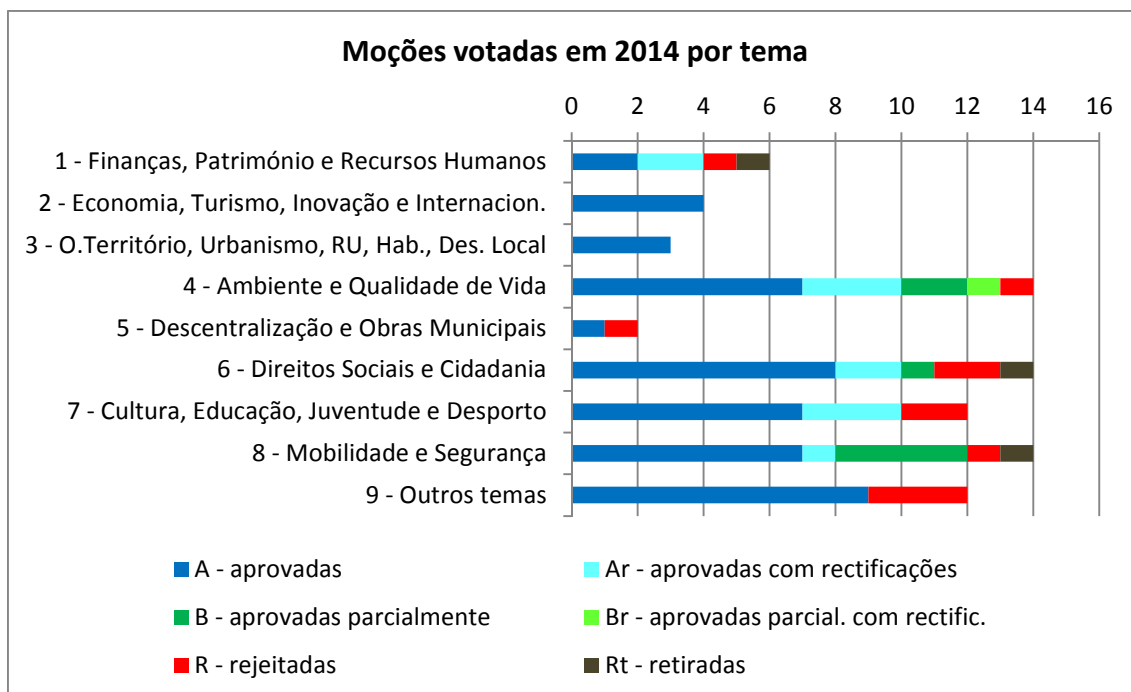
Tema	Apresentadas	Resultado					
		A	Ar	B	Br	R	Rt
1 - Finanças, Património e Recursos Humanos	6	2	2			1	1
2 - Economia, Turismo, Inovação e Internacion.	4	4					
3 - O.Território, Urbanismo, RU, Hab., Des. Local	3	3					
4 - Ambiente e Qualidade de Vida	14	7	3	2	1	1	
5 - Descentralização e Obras Municipais	2	1				1	
6 - Direitos Sociais e Cidadania	14	8	2	1		2	1
7 - Cultura, Educação, Juventude e Desporto	12	7	3			2	
8 - Mobilidade e Segurança	14	7	1	4		1	1
9 - Outros temas	12	9				3	
Total	81	48	11	7	1	11	3

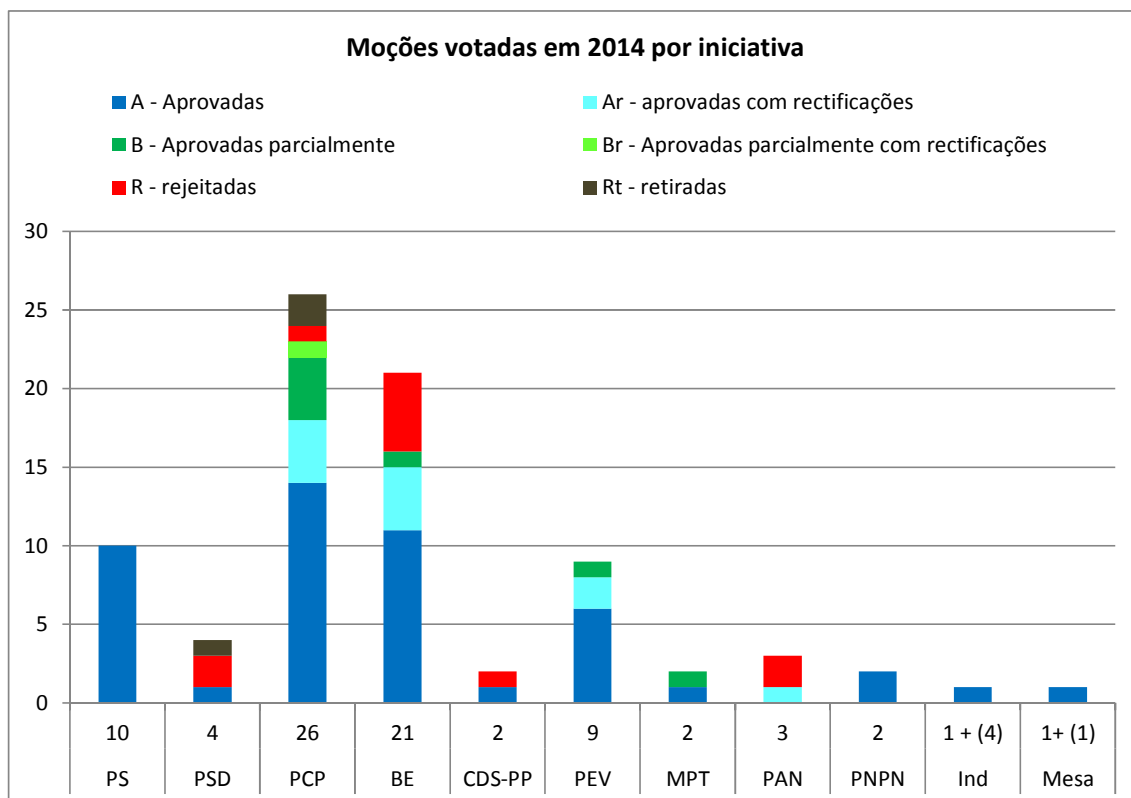
Moções apresentadas em 2014 por iniciativa

Iniciativa	Apresentadas	Resultado					
		A	Ar	B	Br	R	Rt
PS	10	10					
PSD	4	1				2	1
PCP	26	14	4	4	1	1	2
BE	21	11	4	1		5	
CDS-PP	2	1				1	
PEV	9	6	2	1			
MPT	2	1		1			
PAN	3		1			2	
PNPN	2	2					
Ind	1 + (4)	1					
Mesa	1+ (1)	1					
Total	81	48	11	7	1	11	3

Nota: Os números entre parêntesis indicam moções apresentadas em conjunto com outro ou outros Grupos Municipais

A leitura destes quadros pode ser feita também através dos gráficos seguintes:





Verifica-se que os temas com maior número de moções foram o ambiente, os direitos sociais e a mobilidade, enquanto o Grupo Municipal com maior número de moções foi o PCP, seguido do BE.

A mesma análise por tema e por iniciativa foi feita para as recomendações, como se pode ver nos quadros seguintes, em que **A** - significa aprovada, **Ar** - aprovada com rectificações, **B** - aprovada parcialmente, **Br** - aprovada parcialmente com rectificações, **R** – rejeitada, **Rt** – retirada e **P** – prejudicada.

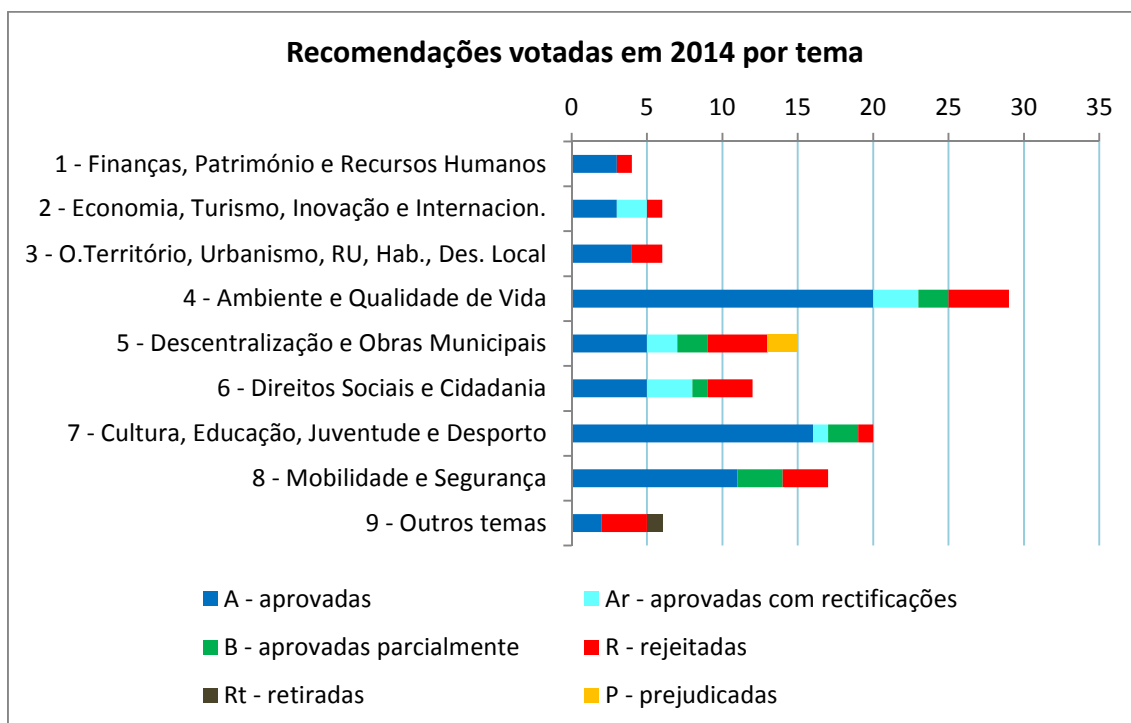
Recomendações por tema em 2014

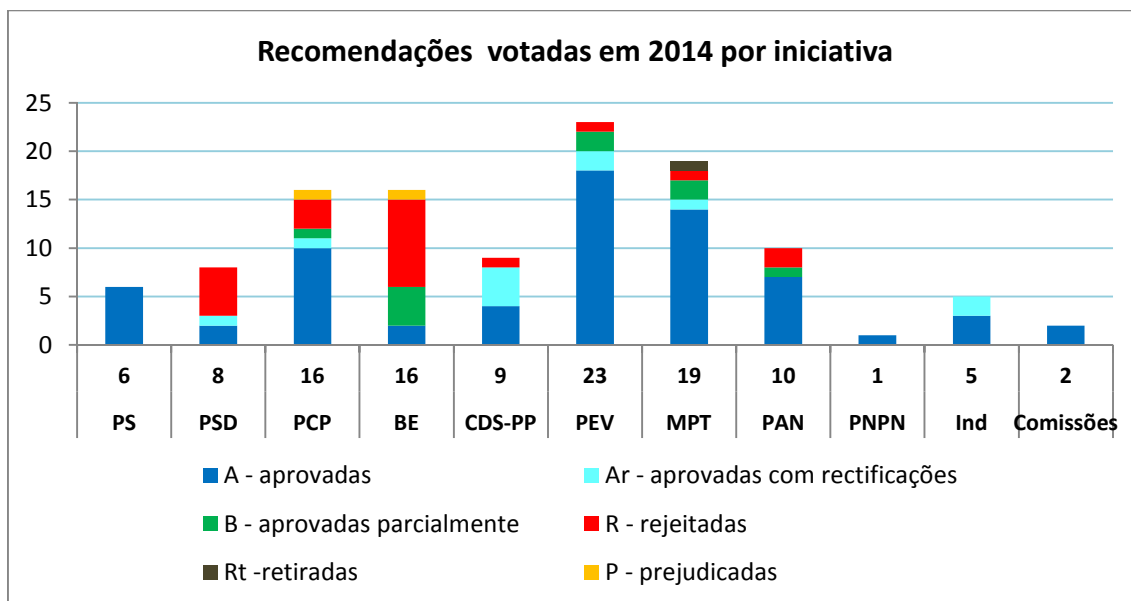
Tema	Apresentadas	Resultado						
		A	Ar	B	Br	R	Rt	P
1 - Finanças, Património e Recursos Humanos	4	3				1		
2 - Economia, Turismo, Inovação e Internacion.	6	3	2			1		
3 - O.Território, Urbanismo, RU, Hab., Des. Local	6	4				2		
4 - Ambiente e Qualidade de Vida	29	20	3	2		4		
5 - Descentralização e Obras Municipais	15	5	2	2		4	2	
6 - Direitos Sociais e Cidadania	12	5	3	1		3		
7 - Cultura, Educação, Juventude e Desporto	20	16	1	2		1		
8 - Mobilidade e Segurança	17	11		3		3		
9 - Outros temas	6	2				3	1	
Total	115	69	11	10	0	22	1	2

Recomendações por iniciativa em 2014

Iniciativa	Apresentadas	Resultado						
		A	Ar	B	Br	R	Rt	P
PS	6	6						
PSD	8	2	1			5		
PCP	16	10	1	1		3		1
BE	16	2		4		9		1
CDS-PP	9	4	4			1		
PEV	23	18	2	2		1		
MPT	19	14	1	2		1	1	
PAN	10	7		1		2		
PNPN	1	1						
Ind	5	3	2					
Comissões	2	2						
Total	115	69	11	10	0	22	1	2

A leitura destes quadros pode ser feita também através dos gráficos seguintes:





Verifica-se que o ambiente foi o tema mais vezes invocado nas recomendações agendadas, sendo o PEV o Grupo Municipal com mais iniciativas desta natureza, seguido pelo MPT. Verifica-se ainda, ao contrário do que sucedeu no conjunto das deliberações aprovadas, uma elevada percentagem de rejeição nas recomendações apresentadas pelo PSD e pelo BE.

Quanto aos votos em 2014, a sua distribuição por tema e por iniciativa é apresentada nos quadros e gráficos seguintes sendo **A** – aprovado e **R** – rejeitado.

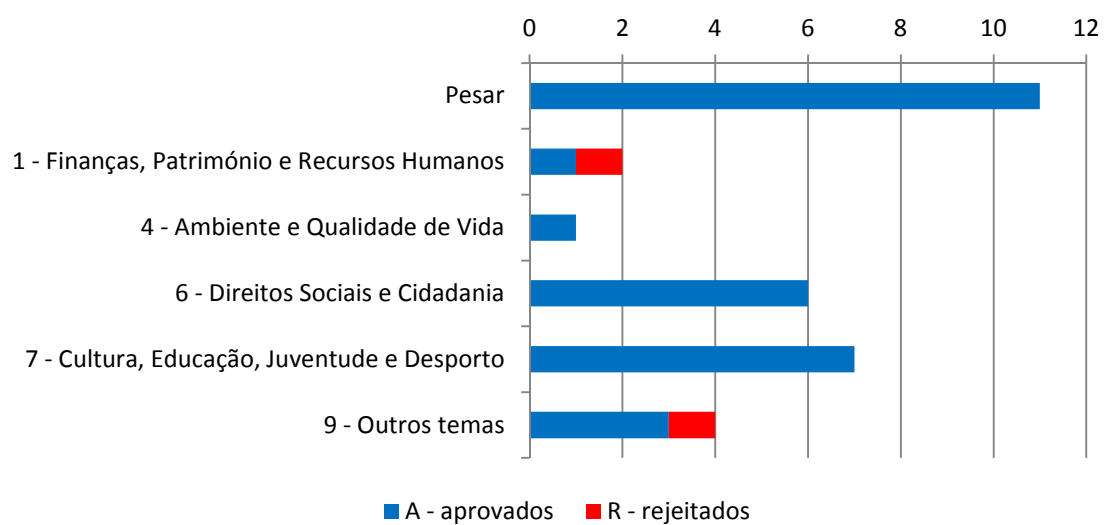
Votos por tema em 2014

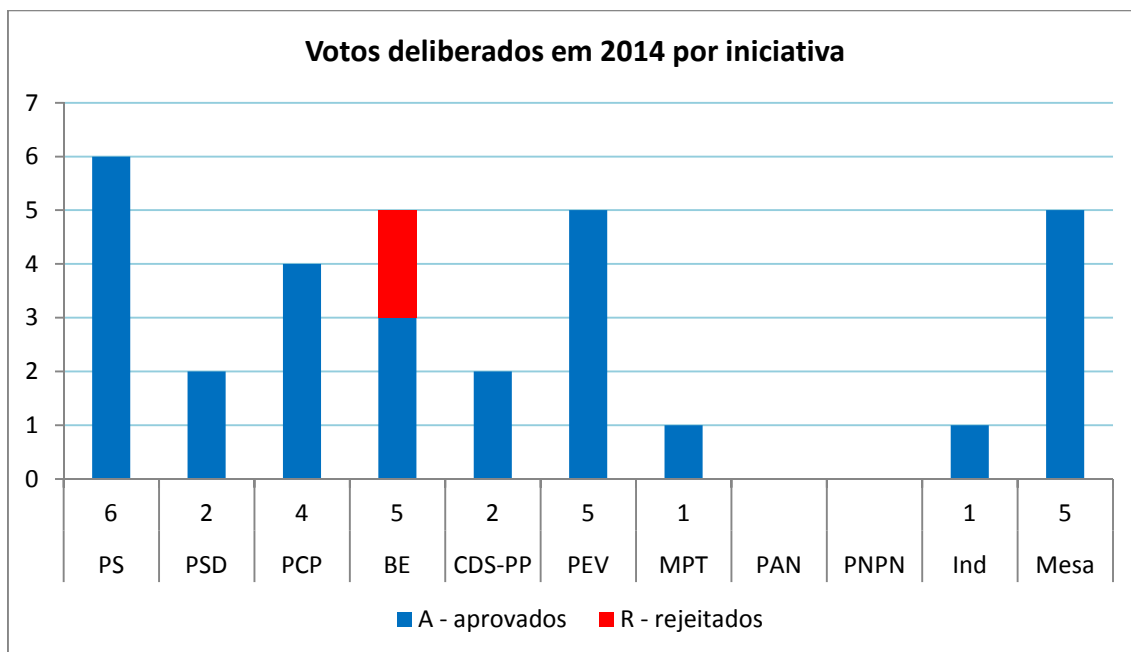
Tema	Apresentados	Resultado	
		A	R
Pesar	11	11	
1 - Finanças, Património e Recursos Humanos	2	1	1
4 - Ambiente e Qualidade de Vida	1	1	
6 - Direitos Sociais e Cidadania	6	6	
7 - Cultura, Educação, Juventude e Desporto	7	7	
9 - Outros temas	4	3	1
Total	31	29	2

Votos por iniciativa em 2014

Iniciativa	Apresentados	Resultado	
		A	R
PS	6	6	
PSD	2	2	
PCP	4	4	
BE	5	3	2
CDS-PP	2	2	
PEV	5	5	
MPT	1	1	
PAN			
PNPN			
Ind	1	1	
Mesa	5	5	
Todos	(2)	(2)	
Total	31	29	2

Votos deliberados em 2014 por tema

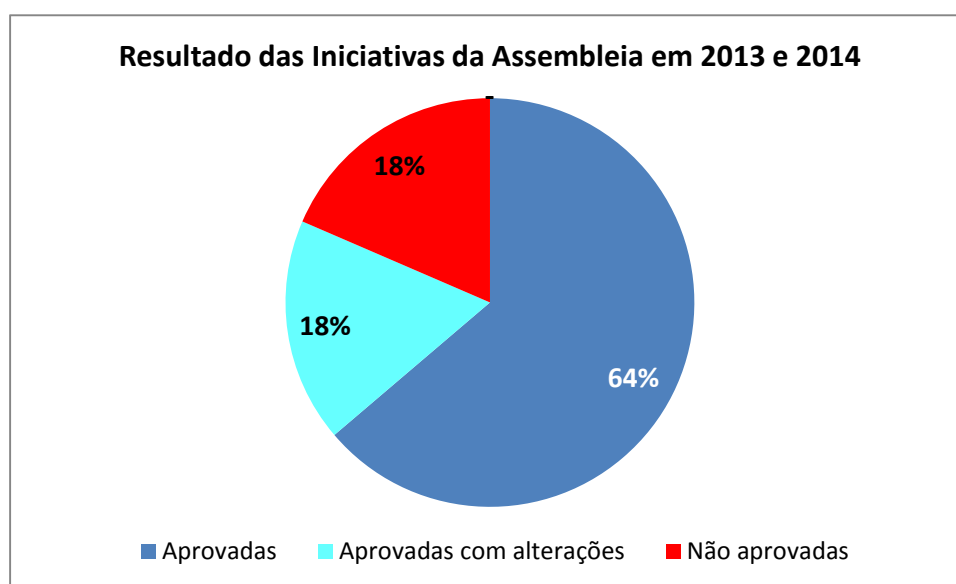




A elevada percentagem, em 2013 e 2014, de aprovação das iniciativas da Assembleia sob a forma de moções, recomendações e votos, já atrás referida, pode agora apreciar-se sob outro ângulo, desagregando as iniciativas entre as que foram aprovadas tal como apresentadas, as que sofreram alterações em resultado dos debates e as que foram rejeitadas, como se ilustra no quadro e no gráfico seguintes:

Resultado das iniciativas da Assembleia

Aprovadas	162
Aprovadas com alterações	45
Não aprovadas	47
total	254



Este apuramento do resultado das iniciativas da assembleia municipal que revestem a forma de moções, recomendações à câmara ou votos, mostra que, apesar da presença de nove grupos municipais distintos e seis deputados independentes, tem sido possível obter consensos bastante alargados em muitas matérias, o que é tanto mais relevante quanto é certo que este tipo de iniciativas é totalmente aberto no que respeita aos assuntos a tratar. Uma análise qualitativa revelará a abrangência de preocupações genuínas com os interesses da população de Lisboa e com as áreas que requerem maior cuidado por parte do executivo.

Deve ser ressaltado que a tradição da Assembleia Municipal de Lisboa é considerar, para efeitos de decisão final, apenas a parte deliberativa das propostas, moções, recomendações ou votos, pelo que os raciocínios ou juízos presentes nos respectivos considerandos não são efectivamente postos à votação. É muitas vezes nessa parte preliminar das iniciativas, bem como nas intervenções e declarações de voto dos deputados municipais, que melhor se pode avaliar o posicionamento político de cada bancada, com a expressão clara das divergências e posições de princípio.

4.3 Relatórios e pareceres das Comissões

Já vimos atrás como foi intensa em 2013 e 2014 a actividade das Comissões da Assembleia Municipal, com uma totalidade de 251 reuniões realizadas, das quais 55 em 2013 e 196 em 2014.

Vamos agora detalhar o resultado desse trabalho em termos de análise quantitativa dos relatórios e pareceres.

O quadro seguinte exprime o número de propostas da Câmara e outros documentos apreciados pelas Comissões Permanentes, bem como o número de relatórios e pareceres emitidos. Nos outros documentos incluem-se documentos relacionados com os fundos da União Europeia para 2014-2020, petições de cidadãos, reclamações ou relatórios de entidades externas (por ex: relatórios das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa).

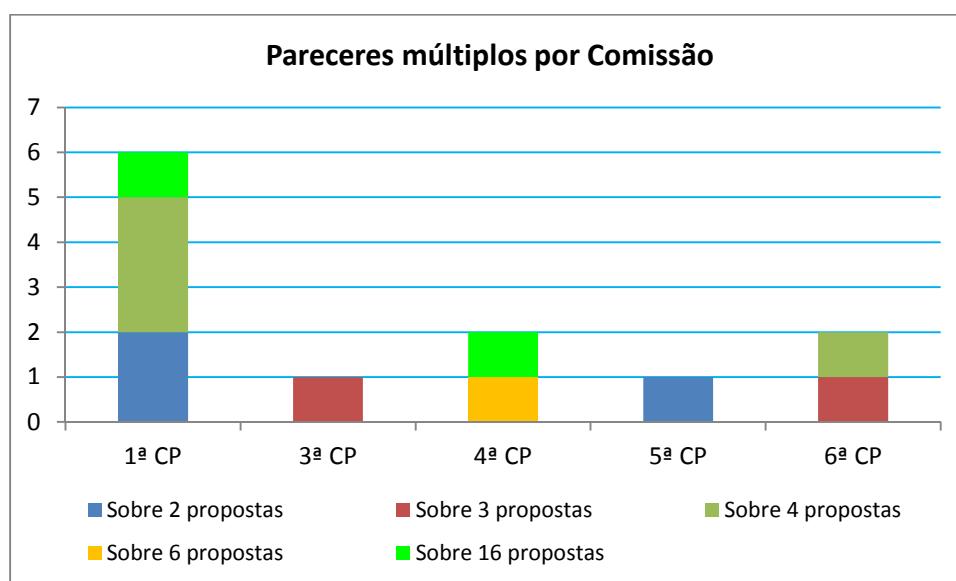
	1ª CP	2ª CP	3ª CP	4ª CP	5ª CP	6ª CP	7ª CP	8ª CP	Colina Santana	Total
Propostas da CML	58	0	20	22	22	7	6	4	1	140
Outros documentos apreciados	1	3	2	1		7	9			23
Financiamento europeu	1	2		1		3	1			8
Petições		1					6			7
Reclamações			2							2
Outros						4	2			6
Relatórios emitidos		1					2	2	1	6
Pareceres emitidos	34	3	19	3	19	9	15	4	1	107

Esta distribuição mostra que a maior parte das propostas do executivo municipal apreciadas pelas Comissões foram do âmbito da 1ª Comissão Permanente (Finanças, Património e Recursos), com 58 propostas apreciadas, seguindo-se a 4ª CP (Ambiente e Qualidade de Vida), com 22 propostas apreciadas, e a 3ªCP (Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local) e 5ª CP (Descentralização e Obras Municipais), ambas com 20 propostas apreciadas.

As petições recaíram no âmbito da 2ª Comissão (Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização), da 7ª Comissão (Cultura, Educação, Juventude e Desporto) e da 8ª Comissão (Mobilidade e Segurança). Quanto aos documentos sobre fundos europeus, transversais ou sectoriais, foram apreciados, em razão da matéria, pela 1ª, 2ª, 4ª, 6ª e 7ª Comissões Permanentes.

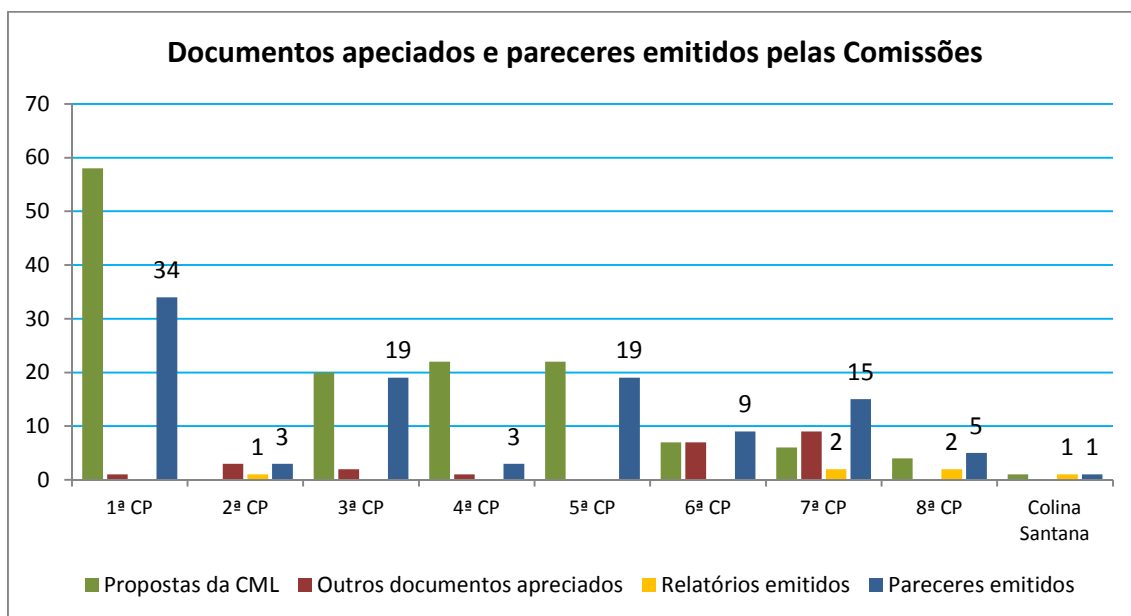
De registar que há casos de apreciação conjunta por mais de uma Comissão sobre a mesma proposta, havendo também pareceres múltiplos, ou seja, pareceres de uma Comissão que abrangem mais de uma proposta, apreciadas ao mesmo tempo e por vezes englobadas em “pacotes” de discussão conjunta pelo plenário. O quadro e gráfico seguintes apresentam a distribuição de pareceres múltiplos pelas Comissões que os emitiram.

Nº de propostas /documentos abrangidos num mesmo parecer múltiplo						Total de pareceres múltiplos
Comissão	Sobre 2 propostas	Sobre 3 propostas	Sobre 4 propostas	Sobre 6 propostas	Sobre 16 propostas	
1ª CP	2		3		1	6
3ª CP		1				1
4ª CP				1	1	2
5ª CP	1					1
6ª CP		1	1			2
total	3	2	4	1	2	12



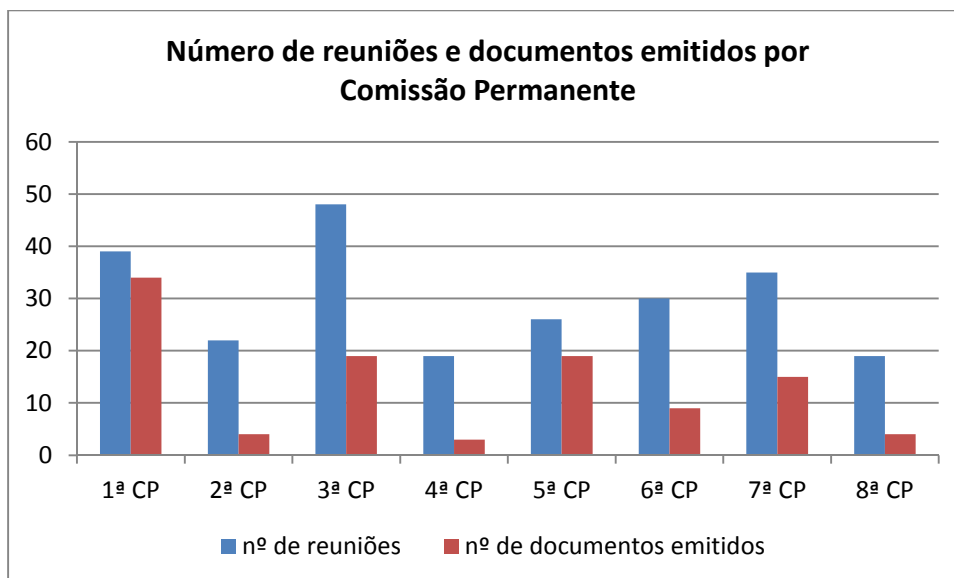
Verifica-se que a maior incidência de “pacotes” de propostas foi na 1ª e na 4ª Comissões Permanentes.

O gráfico em baixo ilustra a distribuição dos documentos apreciados e emitidos por Comissão, identificando os totais de relatórios e pareceres.

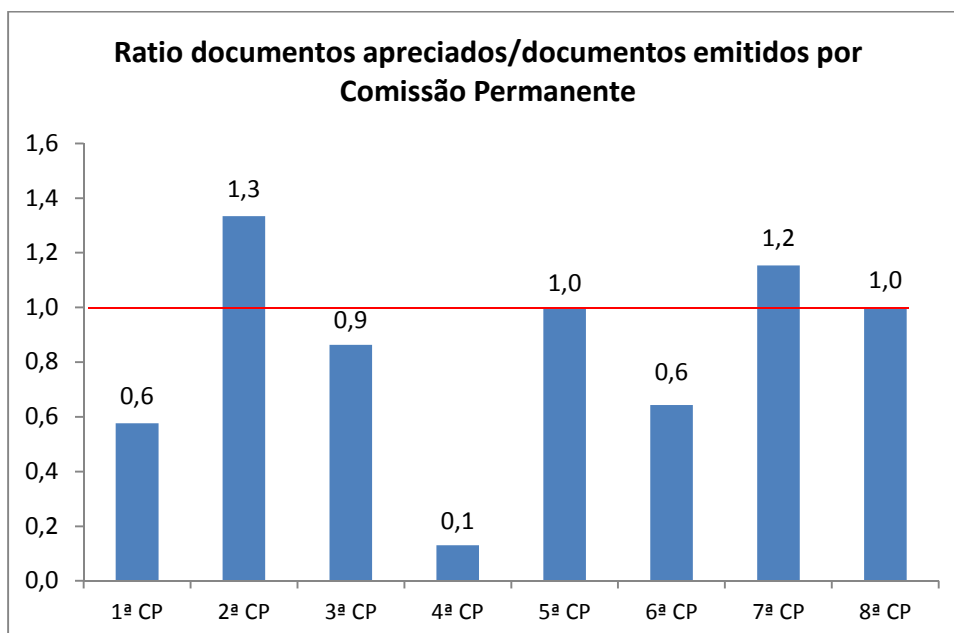


Esta análise fica bastante incompleta sem uma análise qualitativa dos documentos emitidos pelas Comissões da Assembleia Municipal, que de modo geral são documentos bastante elaborados, revelando um elevado escrutínio das propostas do executivo municipal, conduzindo muitas vezes a alterações das mesmas ou recomendações à Câmara sobre a matéria.

Além do escrutínio sobre as propostas da Câmara, as Comissões promovem audições de vereadores, técnicos municipais ou outras entidades, bem como visitas diversas dentro do seu âmbito de actuação. Também ouvem os primeiros subscritores das petições com mais de 250 assinaturas. Por isso o número de reuniões é necessariamente superior ao número de documentos emitidos, como se pode ver pelo gráfico seguinte, que não inclui a Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana. A 3ª Comissão foi a que realizou mais reuniões, tendo em conta a especial complexidade e densidade das matérias relacionadas com planos de ordenamento do território ou regulamentos que lhe coube apreciar.

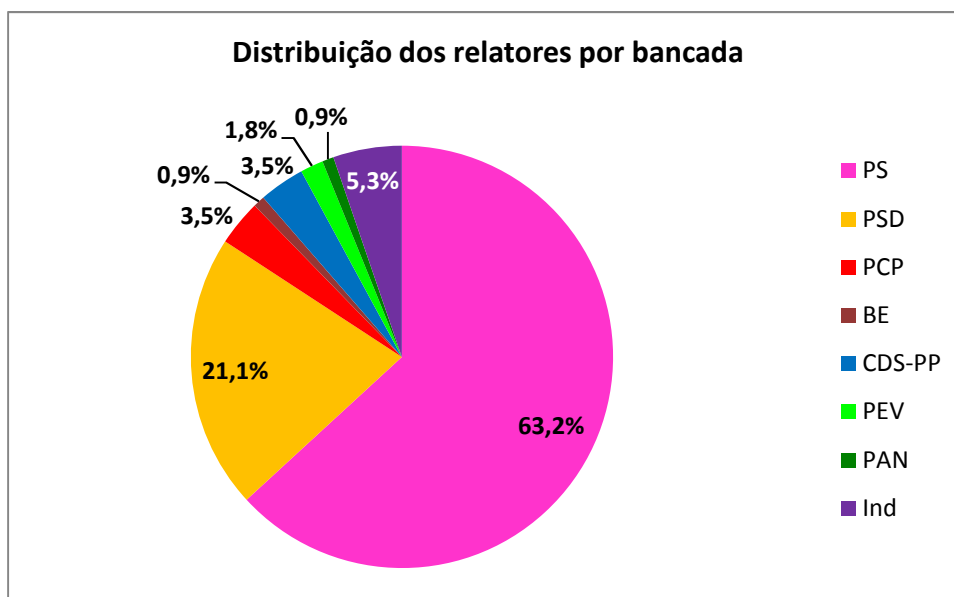


Registe-se ainda que as Comissões dispõem de iniciativa própria, podendo apreciar qualquer matéria do seu âmbito, o que foi particularmente relevante nos casos da 2ª e 7ª CP, com um ratio superior a 1, como se pode ver no gráfico em baixo, o que significa que o número de documentos emitidos ultrapassou o número de documentos submetidos à sua apreciação, pelo facto de terem tomado a iniciativa de promover visitas e audições externas sobre temas que consideraram prioritários, tendo elaborado relatórios circunstanciados posteriormente apreciados pelo plenário.



Deve ser referido ainda o trabalho dos relatores dos relatórios e pareceres emitidos, que são designados entre os membros da cada Comissão em função das disponibilidades e da distribuição partidária dos seus membros. O gráfico em baixo apresenta a distribuição dos relatores por Grupo Municipal ou Independentes. De modo geral, os relatórios e pareceres das Comissões procuram evidenciar os pontos de convergência, podendo cada deputado ou grupo

municipal deixar expressa a sua opinião em secção própria do documento. É na apreciação em plenário que depois se evidenciam as divergências e as fundamentações políticas que sustentam o voto de cada bancada ou deputado municipal.



Nesse sentido, o trabalho das Comissões permite um aprofundamento técnico e um escrutínio muito mais rigoroso das propostas da Câmara do que aquele que é feito, em termos de mera apreciação da conformidade legal, pela mesa. Vários deputados municipais são aliás especialistas nas matérias que são chamados a apreciar e detêm experiência executiva como ex-vereadores municipais, o que só reforça a importância do seu contributo nas Comissões. Esta é uma parte importante do trabalho da assembleia municipal que, não sendo pública⁷, é menos visível mas deve ser valorizada e reconhecida.

5. A fiscalização do executivo

A missão de fiscalização da acção da Câmara Municipal é uma das mais importantes competências legais da Assembleia Municipal. Para a exercer, além das várias modalidades de intervenção dos deputados municipais em sede de plenário e de comissões, são especialmente relevantes os seguintes instrumentos, que iremos analisar de seguida:

- **Debate anual do estado da cidade**, que se realizou em 2014 na 44ª reunião da assembleia, no dia 14 de Outubro, em sessão exclusivamente dedicada a esse tema.
- **Declarações políticas**, de periodicidade mensal, que se realizaram em 2014 por oito vezes, nas seguintes datas: 14 de janeiro, 25 de fevereiro, 8 de abril, 29 de abril, 3 de junho, 8 de julho, 30 de setembro e 28 de outubro. Nestas sessões houve votação de moções e recomendações apresentadas pelas diversas bancadas, já referidas quando analisámos as moções, recomendações e votos.

⁷ O actual Regimento permite o acesso da comunicação social às reuniões das Comissões, desde que previamente aprovado pelas mesmas.

- **Sessões de perguntas à Câmara** (trimestrais) e de **perguntas à Câmara sobre freguesias** (semestrais)
- **Requerimentos individuais** dos deputados municipais dirigidos à Câmara.

Iremos deter-nos nos dois últimos instrumentos referidos.

5.1 Sessões de perguntas à Câmara e de perguntas sobre Freguesias

Em 2014 realizaram-se 3 sessões de perguntas à Câmara, respectivamente em 1 de abril, 15 de julho e 11 de novembro e 2 sessões de perguntas às freguesias, em 6 de maio e 18 de novembro.

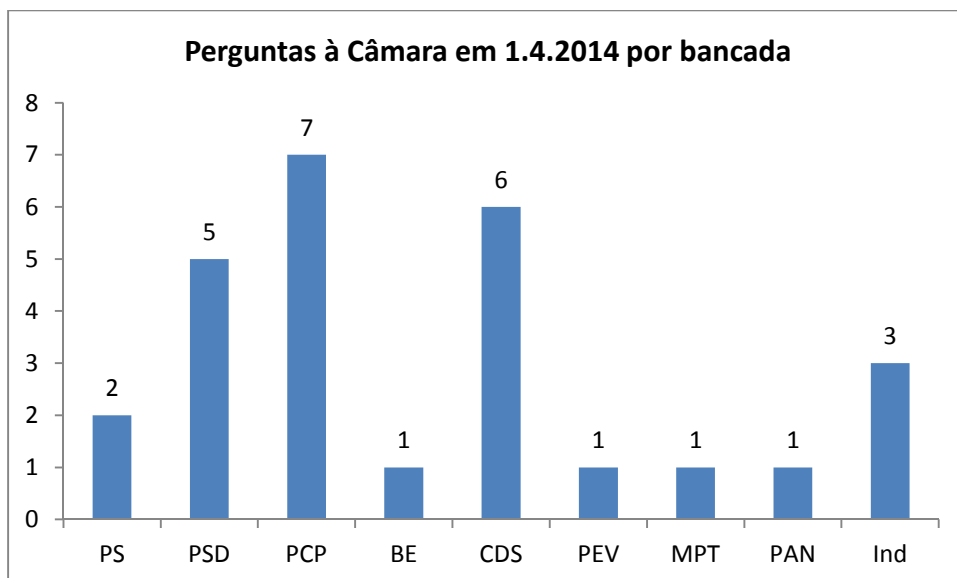
Para estas sessões os diferentes Grupos Municipais e deputados independentes apresentam previamente os temas que pretendem abordar e o debate segue o modelo de pergunta-resposta. Nas sessões de perguntas sobre freguesias podem ainda indicar qual ou quais as freguesias sobre que incidirão as perguntas a fazer à Câmara.

Para uma mais rápida análise quantitativa, classificaram-se os diversos temas apresentados segundo a classificação temática que temos vindo a utilizar e que corresponde ao âmbito das Comissões Permanentes da Assembleia.

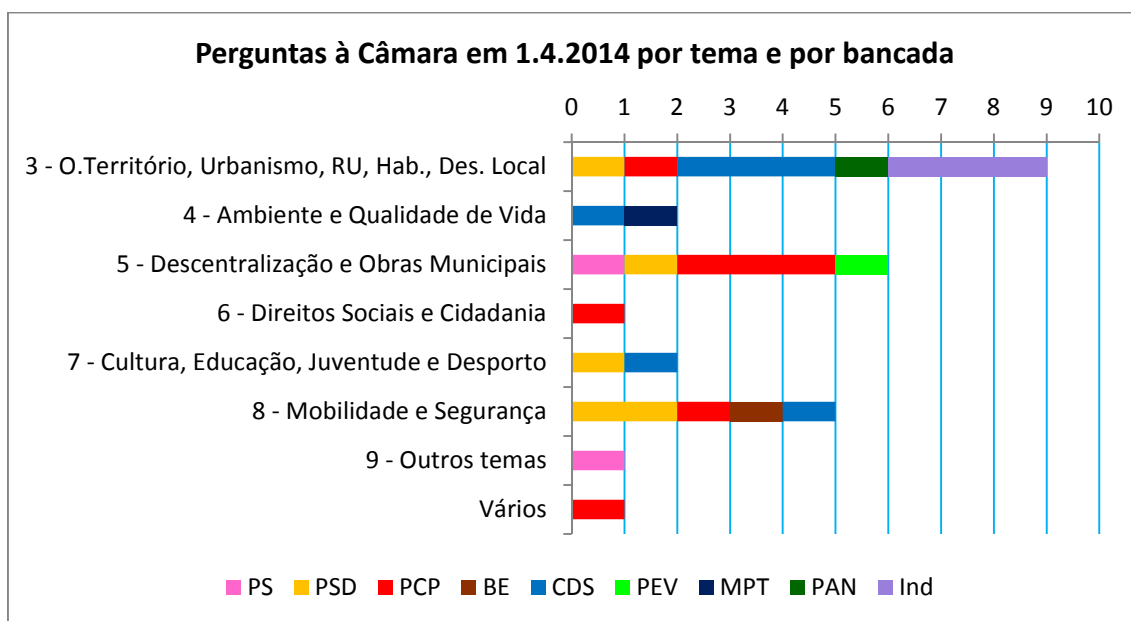
O Regimento não obriga a especificar, dentro de um tema genérico previamente indicado, qual a exacta pergunta pretendida, pelo que se verificou em todas estas sessões alguma dificuldade de resposta por parte do executivo, sempre que as formulações concretas das perguntas desceram ao pormenor. Trata-se de matéria que poderá sofrer um ajustamento regimental, avaliado o resultado obtido em 2014 com este tipo de sessões, que já estavam previstas no Regimento anterior mas nunca tinham sido experimentadas.

5.1.1. Análise das Sessões de perguntas à Câmara

A primeira sessão de perguntas à Câmara foi realizada em 1 de abril de 2014 e apenas o Grupo Municipal do PNPN não apresentou perguntas. O total de temas para perguntas indicados pelas restantes bancadas foi de 27, distribuídos como se pode ver no gráfico seguinte:

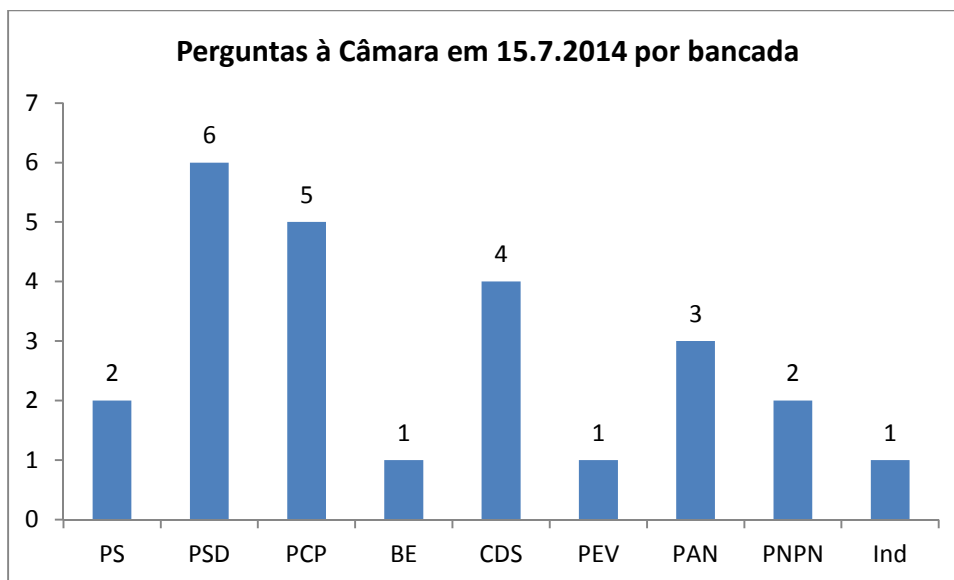


Os grupos municipais que mais temas formularam foram os do PCP, CDS-PP e PSD. Analisando agora os temas para perguntas por classificação temática e por bancada, obtemos o gráfico seguinte:

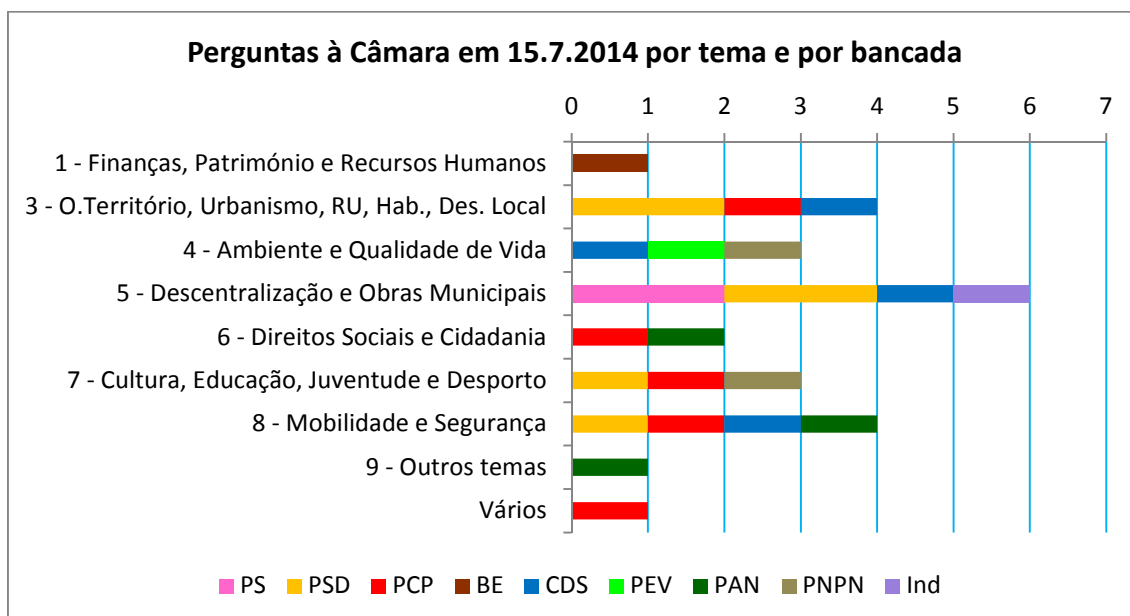


Verificou-se que não houve questões nas áreas das finanças e património (tema 1) e economia, turismo, inovação e internacionalização (tema 2), sendo as matérias mais questionadas as referentes ao ordenamento do território, urbanismo, reabilitação urbana e habitação (tema 3), à descentralização e obras municipais (tema 5) e à mobilidade e segurança (tema 8).

A segunda sessão de perguntas à Câmara teve lugar em 15 de julho de 2014. O total de temas para as perguntas, apresentados previamente pelas diferentes bancadas, foi 25, apenas com uma bancada, do PAN, a não formular nenhum tema. A distribuição da totalidade dos temas para perguntas pelas diferentes bancadas revela, como se pode ver no gráfico seguinte, que desta vez coube ao grupo municipal do PSD o maior número de solicitações, seguido pelo do PCP e do CDS-PP.



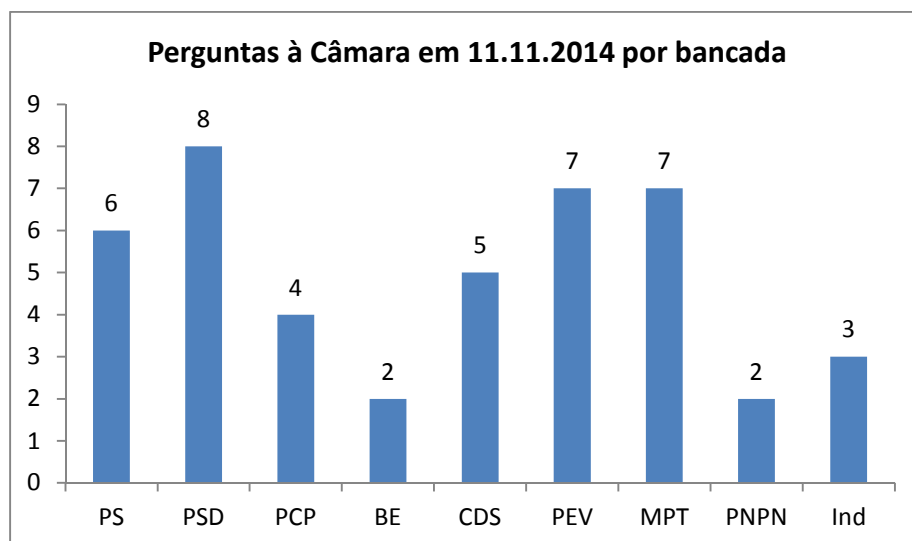
Analisando agora os temas para perguntas desta sessão, segundo a nossa classificação temática e por bancada, obtemos o gráfico seguinte:



Os temas que motivaram mais questões foram os mesmos da primeira sessão de perguntas, mas agora noutra ordem, ficando à frente o tema da descentralização e obras municipais (tema 5), seguido pelos temas do ordenamento do território, urbanismo, reabilitação urbana e

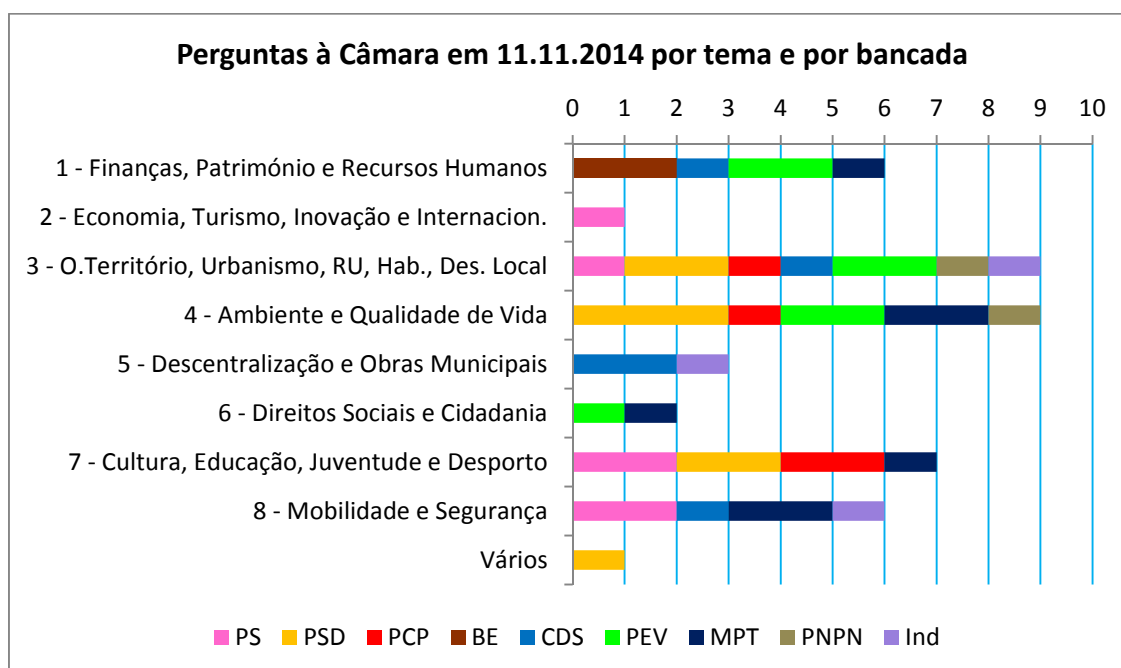
habitação (tema 3) e mobilidade e segurança (tema 8). Não houve nenhuma questão na área da economia, turismo, inovação e internacionalização (tema 2).

Na terceira sessão de perguntas à Câmara, realizada em 11 de novembro de 2014, o número de temas para perguntas, apresentados pelas diferentes bancadas, disparou para 44, tornando bastante difícil ao executivo responder, pois dispõe no total de 40 minutos para o efeito, nos termos da grelha regimental de distribuição de tempos de intervenção aplicável. A distribuição dos 44 temas pelas bancadas, à exceção do PAN que não apresentou questões, foi a que se pode observar no gráfico seguinte:



Desta vez, o PEV e o MPT foram os grupos municipais com mais temas, a seguir ao PSD, que manteve o maior número.

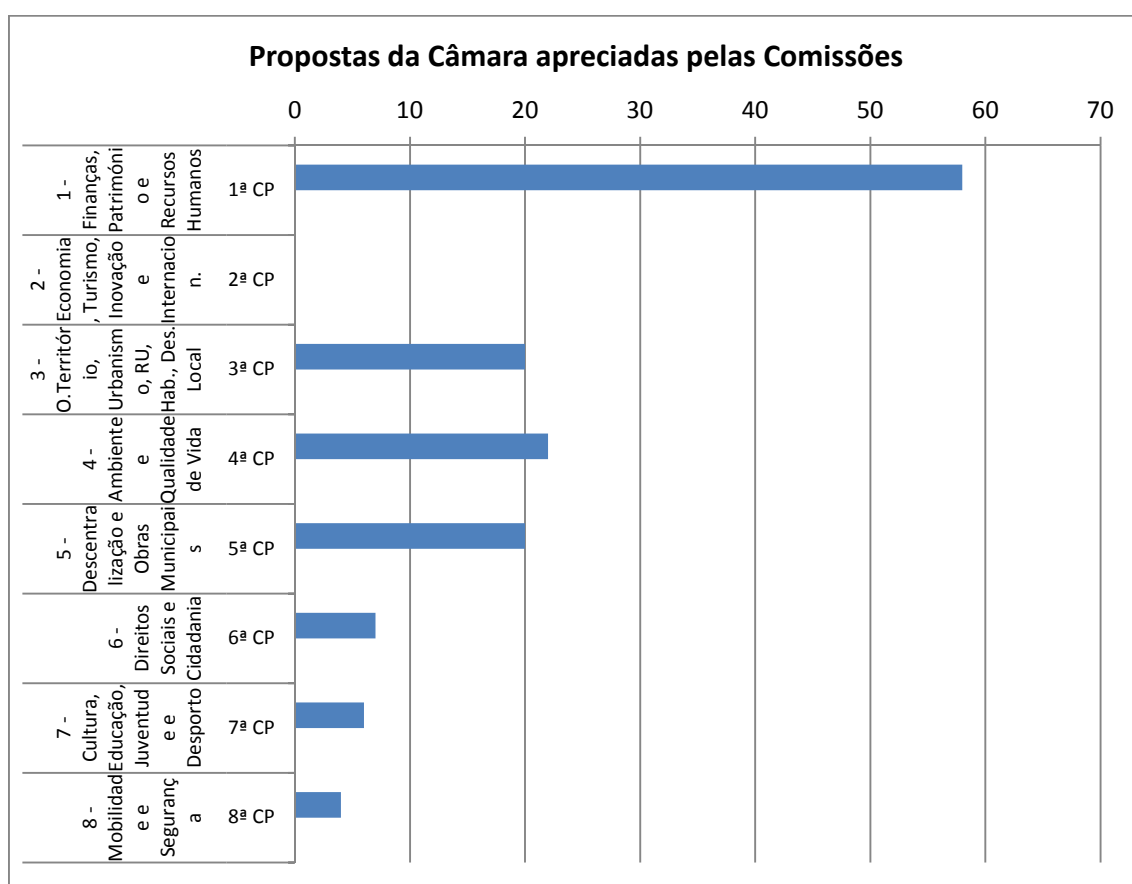
A análise dos temas apresentados pelas diferentes bancadas, após classificação temática de acordo com o âmbito das Comissões Permanentes, pode ser visualizada no gráfico seguinte:



Verificou-se uma maior incidência nos temas 3 (ordenamento do território, urbanismo, reabilitação urbana e habitação) e 4 (ambiente e qualidade de vida), seguidos pelo tema 7 (cultura, educação, juventude e desporto).

Esta análise meramente quantitativa tem óbvias limitações, mas desde logo revela um dado interessante: é que os temas que motivaram mais perguntas à Câmara não correspondem aos temas que mais propostas da Câmara suscitaram em 2014.

Vimos já que no actual mandato e até 31 de dezembro de 2014 foram agendadas 162 propostas da Câmara, das quais 147 no ano de 2014. Destas, cerca de 130⁸ foram apreciadas pelas 8 Comissões Permanentes, sendo a 1ª Comissão Permanente a que mais propostas da Câmara teve de analisar, como já vimos e aqui recordamos de forma gráfica:



Esta preponderância da 1ª Comissão prende-se em parte com a própria legislação, que atribui à Assembleia Municipal mais competências deliberativas em matéria de finanças que em muitas outras áreas. Seja como for, as sessões de perguntas à Câmara mostram as áreas que as diferentes bancadas pretenderam escrutinar, no desempenho da missão de fiscalização que cabe ao órgão deliberativo municipal.

⁸ Houve 138 apreciações de propostas em sede de Comissões, mas nalguns casos a apreciação foi conjunta por várias Comissões, como já vimos, pelo que o número de propostas apreciadas é inferior. Por outro lado, houve 1 proposta apreciada pela Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana.

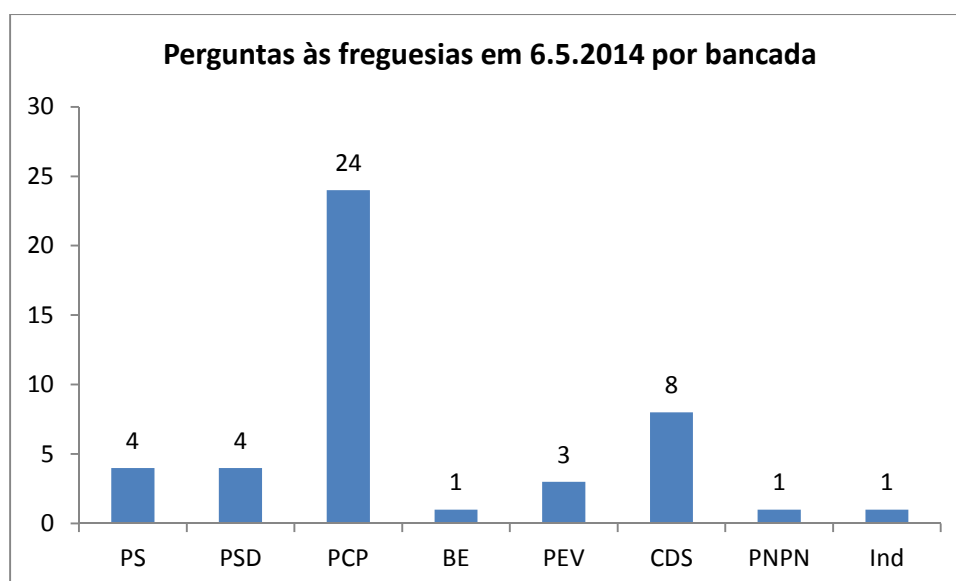
5.1.2. Análise das Sessões de perguntas sobre freguesias

O ano de 2014 foi o primeiro ano de vigência da reforma administrativa de Lisboa, determinada pela Lei 56/2012, de 8 de novembro. O número de freguesias diminuiu de 53 para 24, as delegações de competências e os recursos aumentaram, mais de 1.000 trabalhadores municipais foram destacados para as freguesias, a articulação entre os serviços municipais e os serviços das freguesias tornou-se mais exigente.

As sessões de perguntas sobre freguesias foram por isso particularmente importantes, associadas à apreciação dos 2 primeiros relatórios de monitorização apresentados pela Câmara à Assembleia, datados de maio e setembro de 2014, cumprindo aliás uma exigência desta.

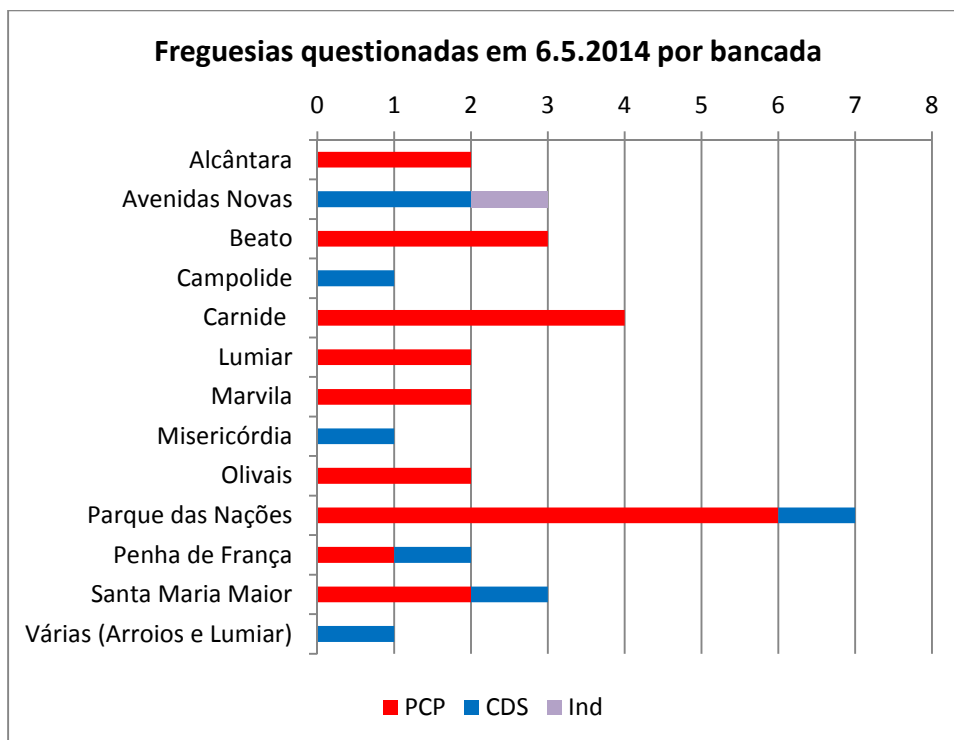
Vamos fazer igualmente uma análise sumária destas duas sessões, que sendo embora meramente quantitativa poderá fornecer uma imagem do que nelas se passou.

A primeira sessão de perguntas sobre freguesias realizou-se em 6 de maio de 2014 e foram apresentados pelos Grupos Municipais e Deputados Independentes 46 temas de perguntas, distribuídos por bancada como se pode ver no gráfico seguinte:

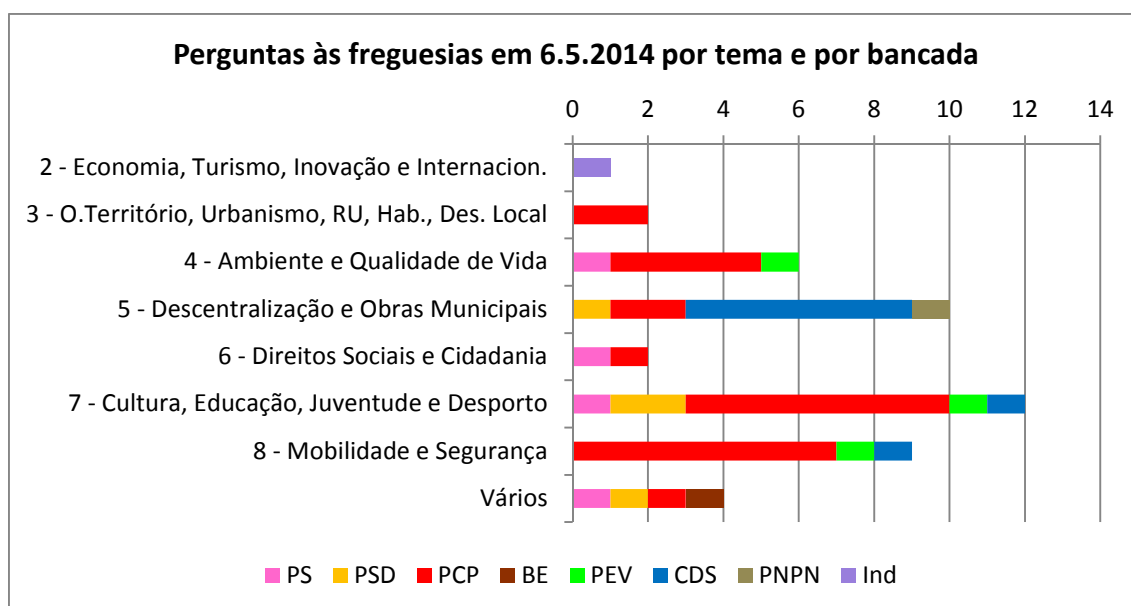


Verifica-se que o Grupo que apresentou mais temas foi o do PCP seguido pelo do CDS-PP. Os Grupos Municipais do PAN e do MPT não apresentaram questões.

Dos 46 temas suscitados, apenas 33 referiam qual a freguesia ou freguesias abrangidas. Foram 13 as freguesias sobre as quais foram indicados temas de perguntas, distribuídos pelas bancadas do PCP, CDS e Independentes como se pode ver no gráfico em baixo.

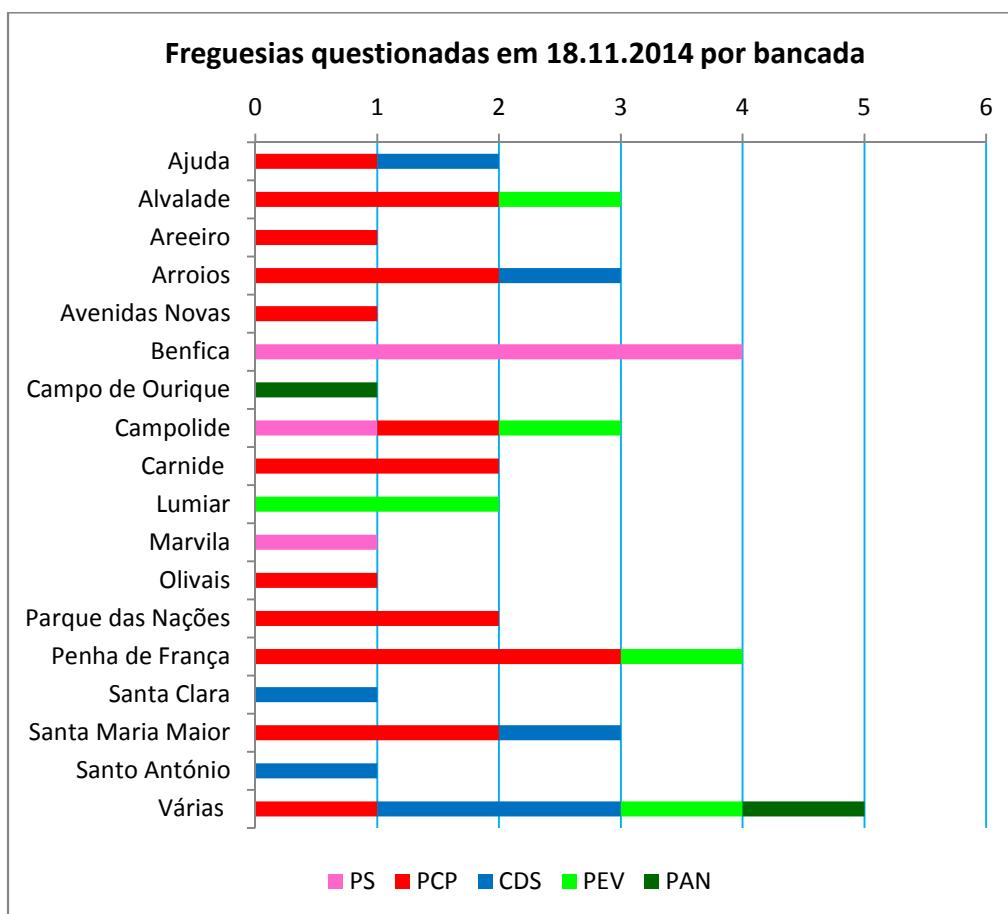
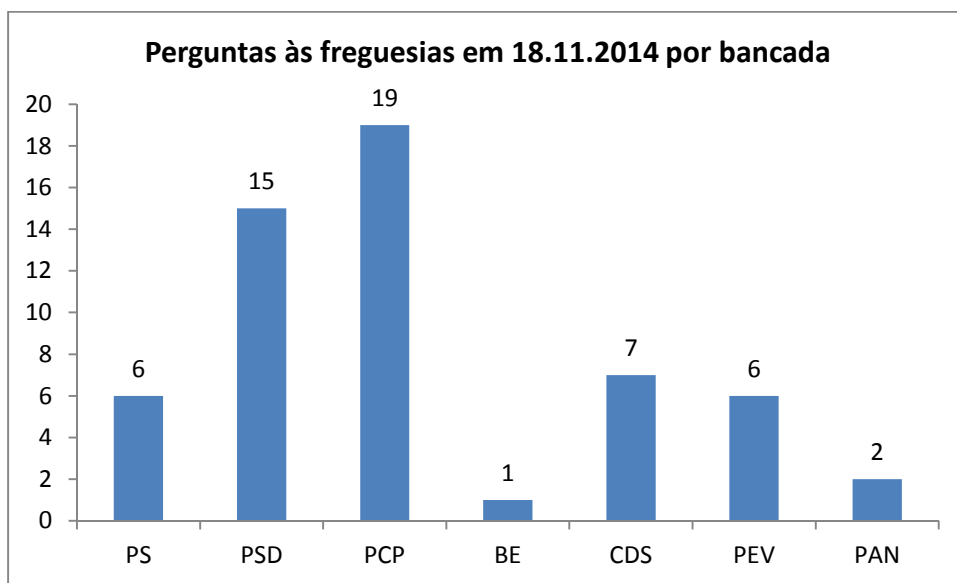


Quanto à distribuição dos temas indicados pelas bancadas segundo a classificação temática correspondente ao âmbito das Comissões Permanentes, o resultado foi o seguinte:

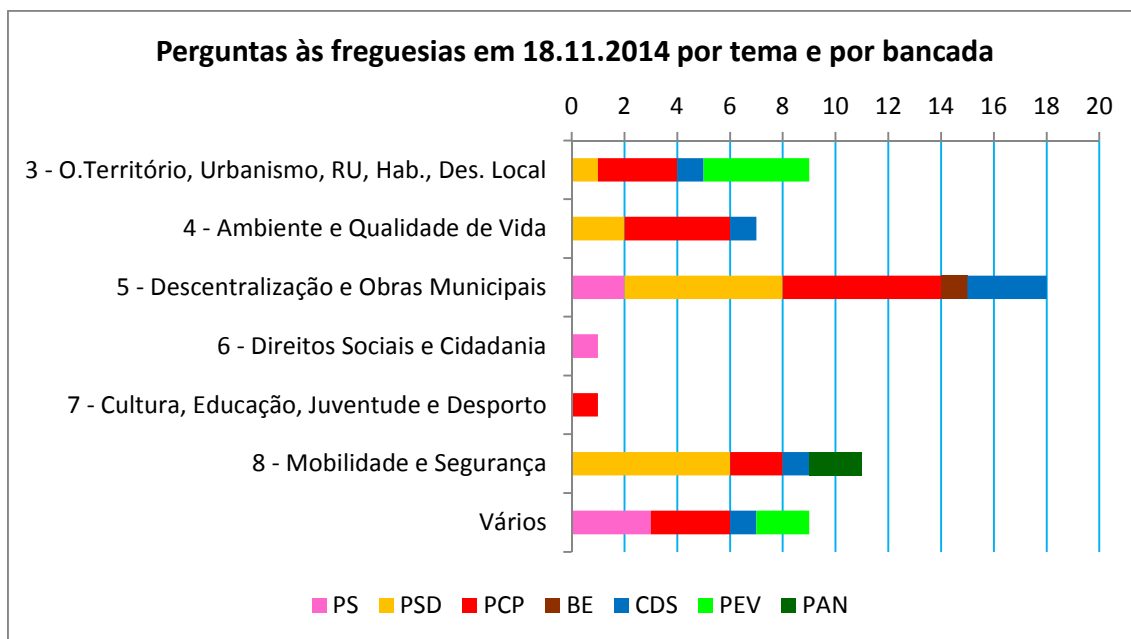


Constata-se a predominância de questões nos temas 7 (cultura, educação, juventude e desporto), 5 (descentralização e obras municipais) e 8 (mobilidade e segurança). O tema 1 (finanças, património e recursos humanos) não foi abordado, embora algumas das questões do tema 5, nomeadamente sobre transferências de equipamentos e recursos humanos, se tenham de cruzar naturalmente com o âmbito do tema 1.

A segunda sessão de perguntas sobre freguesias realizou-se no dia 18 de novembro de 2014, tendo sido propostos pelas diversas bancadas um total de 56 temas, dos quais apenas 40 referenciavam a freguesia ou freguesias, num total de 17 freguesias referenciadas. Os gráficos seguintes apresentam a distribuição dos temas por bancada e por freguesia e bancada. O Grupo Municipal que propôs mais temas foi o do PCP, e as bancadas do MPT, PNPN e Independentes não colocaram questões.



Quanto à distribuição dos temas indicados pelas bancadas segundo a classificação temática correspondente ao âmbito das Comissões Permanentes, o resultado foi o seguinte:



Verifica-se mais uma vez que o tema 1 (finanças, património e recursos humanos) não foi invocado, bem como o tema 2 (economia, turismo, inovação e internacionalização), o que reforça o que atrás se disse sobre as sessões de perguntas à Câmara, ou seja, os temas que motivaram mais perguntas sobre freguesias não correspondem aos temas que mais propostas da Câmara suscitaram em 2014.

5.2 Requerimentos à Câmara

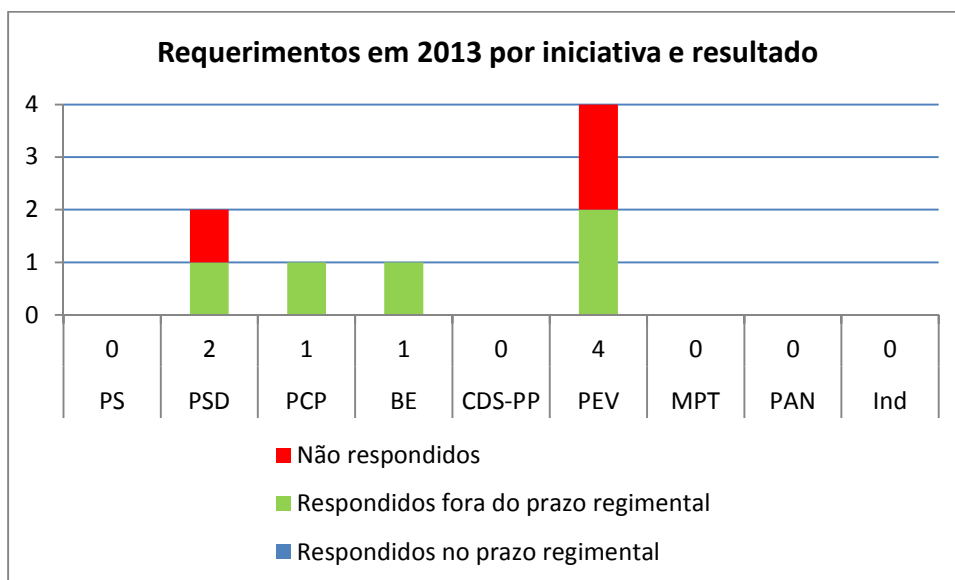
Os requerimentos à Câmara são um instrumento que permite aos deputados municipais obter informações relacionadas com a actividade da Câmara Municipal, dos serviços e das empresas municipais e podem ser subscritos por uma bancada ou por um deputado em nome individual. O Regimento prevê que a resposta do executivo seja prestada no prazo de 30 dias, ou que seja nesse prazo apresentada justificação para a não resposta, o que esteve longe de acontecer no mandato presente até 31 de dezembro de 2014.

Para facilitar a monitorização das respostas do executivo, o sítio electrónico da Assembleia tem uma área expressamente dedicada aos requerimentos⁹, onde são todos colocados, por bancada, com indicação da data de entrada, da data do envio pela mesa à Câmara Municipal e da data da resposta. Existe ainda um índice anual que mostra os requerimentos respondidos e não respondidos.

⁹ Ver, para o ano de 2013, em <http://www.am-lisboa.pt/351000/1/000263/index.htm> e para o ano de 2014 em <http://www.am-lisboa.pt/351000/1/000195/index.htm>.

Vamos analisar agora o número de requerimentos apresentados por bancada e por tema, identificando os que foram respondidos e os que ficaram sem resposta até ao final de 2014.

Em 2013 foram apresentados 8 requerimentos, distribuídos como se vê no gráfico seguinte, não havendo nenhum respondido no prazo regimental de 30 dias¹⁰. As bancadas do PS, CDS-PP, MPT, PAN e Independentes não apresentaram nenhum requerimento em 2013. A taxa geral de resposta foi de 62,5%, sendo que todas as respostas chegaram em janeiro de 2014.



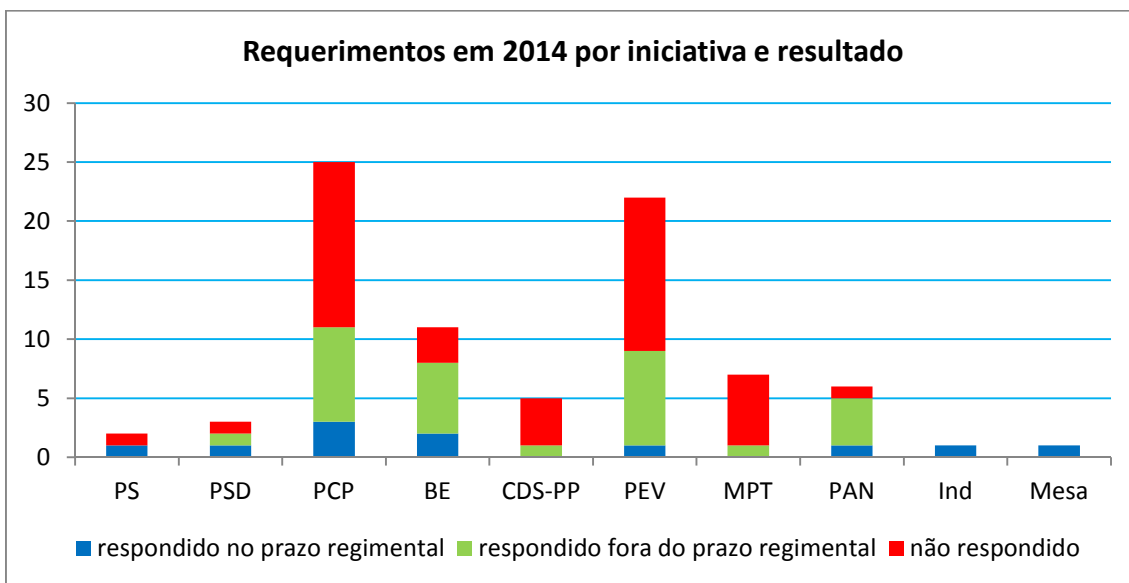
A análise temática dos requerimentos apresentados em 2013, seguindo mais uma vez a classificação temática correspondente ao âmbito das 8 Comissões Permanentes da Assembleia Municipal pode ser visualizada no gráfico seguinte:



¹⁰ De referir que o actual Regimento só foi aprovado em março de 2014

Sobre os temas 2, 5 e 8 não houve qualquer requerimento apresentado em 2013.

Em 2014, foram apresentados 83 requerimentos, dos quais apenas 11 foram respondidos no prazo regimental, 29 fora do prazo regimental e os restantes 43 não tiveram resposta até final de dezembro desse ano. A taxa de resposta (dentro ou fora do prazo regimental) foi de 48,2%, ou seja, inferior a metade dos requerimentos apresentados. O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos requerimentos entrados em 2014 por iniciativa e resultado. Todas as bancadas tiveram iniciativa nesta matéria, sendo as do PCP e do PEV as que mais requerimentos apresentaram.



A análise temática dos requerimentos, de novo baseada na classificação temática correspondente ao âmbito das 8 Comissões Permanentes da Assembleia, é a seguinte:



Verifica-se que os temas que mais requerimentos suscitaram em 2014 foram os temas 7 (cultura, educação, juventude e desporto), 3 (ordenamento do território, urbanismo, reabilitação urbana e habitação), 4 (ambiente e qualidade de vida) e 8 (mobilidade e segurança).

Uma das conclusões a retirar desta análise é que é necessário garantir uma melhor capacidade de resposta aos requerimentos por parte do executivo municipal, bem como um maior respeito pelo prazo de resposta (ou uma alteração do mesmo no Regimento, se se entender necessário).

6. A participação dos cidadãos

A participação dos cidadãos nos trabalhos da Assembleia Municipal pode fazer-se de diversos modos:

- a) inscrevendo-se para usar da palavra no período de intervenção aberto ao público, obrigatório em todas as sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia;
- b) inscrevendo-se para usar da palavra nos debates temáticos promovidos pela Assembleia Municipal;
- c) sendo convidado como orador para debates específicos ou temáticos;
- d) apresentando petições, as quais, no caso de terem mais de 250 assinaturas ou serem provenientes de associações de moradores da cidade de Lisboa, permitem aos seus primeiros subscritores que usem da palavra para expor a respectiva petição aos deputados municipais;
- e) promovendo a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, a requerimento, no caso de Lisboa, de 2500 cidadãos.

Desde o início do actual mandato e até à data, não ocorreu a situação descrita na alínea e). Para facilitar a possibilidade de usar da palavra no período aberto ao público ou nos debates temáticos promovidos pela Assembleia Municipal, foi criado um formulário de inscrição disponível on-line¹¹, cumulativo com a possibilidade de inscrição presencial antes do início dos trabalhos, caso não tenha sido atingido o limite de oradores previsto e anunciado previamente por edital pela mesa (no geral, 10 oradores no período de intervenção aberto ao público e 20 oradores, incluindo deputados municipais, nos debates temáticos).

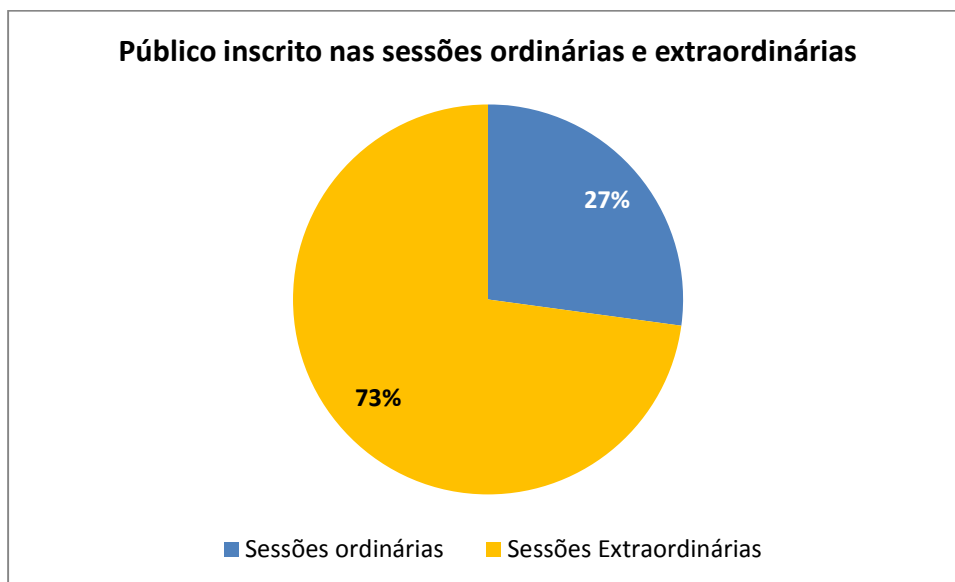
Vamos analisar separadamente cada uma destas modalidades de participação.

6.1 Intervenções no período aberto ao público

Realizaram-se neste mandato, até 31.12.2014, 6 sessões ordinárias, uma das quais em 2013 e as restantes em 2014. Nestas 6 sessões usaram da palavra no período aberto ao público 19 cidadãos, dos quais 2 no ano de 2013. A distribuição total das intervenções de cidadãos no período aberto ao público é a que consta do quadro e gráfico seguintes:

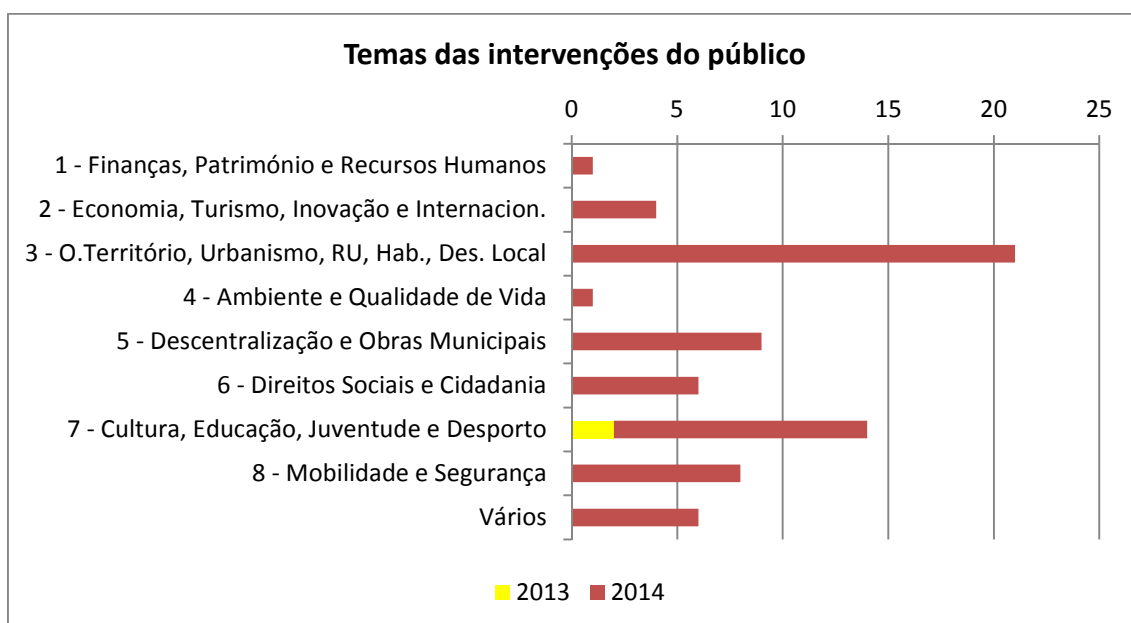
¹¹ Em <http://debaterlisboa.am-lisboa.pt/453000/1/index.htm>

Intervenção do público	2013	2014	Total
Sessões ordinárias	2	17	19
Sessões Extraordinárias		51	51
total	2	68	70



Verifica-se que a maioria dos cidadãos se inscreveu sobretudo nas sessões extraordinárias, uma vez que o número destas excede largamente o número de sessões ordinárias.

Analisemos agora, no gráfico seguinte, os temas destas intervenções do público, usando mais uma vez a classificação temática correspondente ao âmbito das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal.



Verifica-se que é o tema 3 (ordenamento do território, urbanismo, reabilitação urbana e habitação) que motiva mais intervenções, que de modo geral se dividem em duas grandes temáticas - reclamações urbanísticas e pedidos de habitação municipal ou de obras em habitação municipal. Segue-se o tema 7 (cultura, educação, juventude e desporto).

Não tendo a mesa da Assembleia Municipal, muitas vezes, possibilidade de dar resposta imediata às questões suscitadas, o procedimento que se tem seguido é o do envio da transcrição da intervenção do cidadão ou cidadã para a Câmara, a fim de obter esclarecimentos que depois são enviados ao (à) interessado/a. Uma das sugestões para dar mais transparência a este processo, e que será posta em prática em 2015, é o de colocar on-line a transcrição da intervenção do público e registar se e quando ela teve resposta por parte do executivo.

6.2 Debates Temáticos

A iniciativa de desenvolver debates temáticos, com oradores convidados e abertos à participação do público, foi um dos instrumentos que mais cidadãos mobilizou para intervir nos trabalhos da Assembleia. O formato definido passou pela escolha de um horário acessível (entre as 18.00 e as 20.30), de temas relevantes para a cidade, de uma grande difusão das possibilidades de intervenção e da escolha de oradores convidados de forma plural e abrangente. Criou-se também um sítio electrónico específico para suporte de toda a circulação de informação, o sítio Debater Lisboa (<http://debaterlisboa.am-lisboa.pt>), no qual há espaço para publicação de opiniões de cidadãos e deputados municipais. A transmissão on-line de todas as sessões e a divulgação na comunicação social ajudaram também a implementar esta modalidade de intervenção.

Sublinhe-se que os Debates Temáticos promovidos pela Assembleia Municipal neste mandato têm obrigatoriamente, no final, um Relatório que espelha o conjunto dos trabalhos e uma deliberação política que é votada pelo plenário, dando assim consistência ao que de outro modo poderia ser apenas uma espécie de colóquio sem consequências assumidas pelo órgão deliberativo do município.

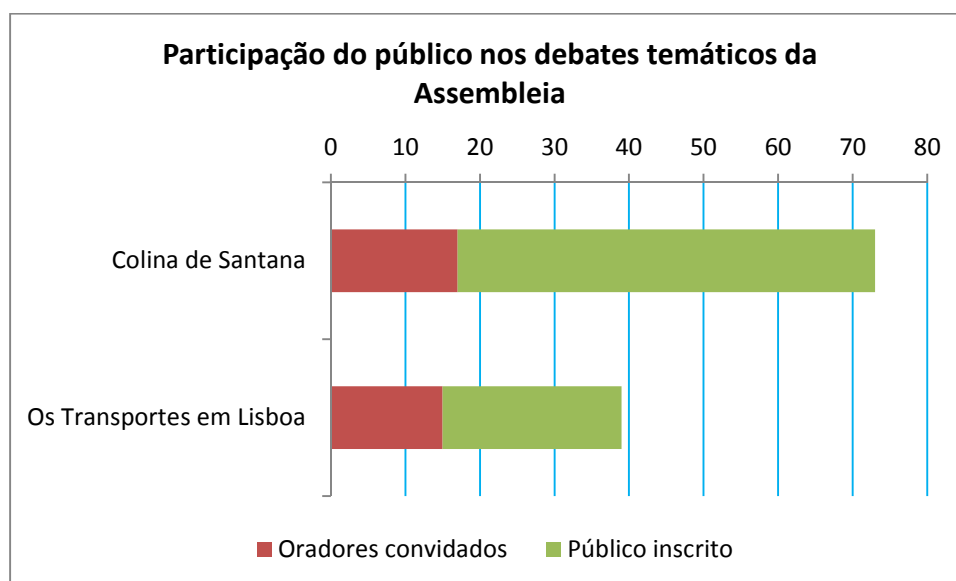
Foram até à data realizados dois Debates Temáticos – o primeiro, entre dezembro de 2013 e março de 2014, sobre a Colina de Santana, visando abrir à cidade a discussão sobre o futuro de uma zona central de Lisboa onde se situam os Hospitais de S. José, Capuchos, Santa Marta, Desterro e Miguel Bombarda (estes dois últimos já desactivados). O debate foi intenso e polémico, sobretudo devido à anunciada opção de desactivação daquele conjunto de hospitais em benefício do futuro Hospital de Todos-os-Santos, em Marvila (cuja construção ainda não se iniciou). A deliberação final¹² da Assembleia Municipal traçou um conjunto de condicionantes que deverão ser observadas pela Câmara Municipal e pelo governo e cuja evolução deverá ser acompanhada pelo órgão deliberativo municipal.

¹² A Deliberação final do Debate Temático sobre a Colina de Santana e o respectivo Relatório final estão disponíveis em <http://www.am-lisboa.pt/402000/1/000056/index.htm>

O segundo Debate Temático realizado em 2014, sob o tema “Os transportes em Lisboa – o que temos e que queremos”, desenvolveu-se entre maio e junho de 2014, tendo sido aprovada em 13 de janeiro de 2015 a respectiva deliberação final¹³. Esta deliberação inclui uma recomendação à Câmara no sentido de prosseguir negociações com o Governo para estabelecer um contrato de parceria que permita transferir para o Município o planeamento e gestão das redes da CARRIS e Metropolitano de Lisboa, bem como exigir meios e competências para que a Autoridade Metropolitana de Transportes possa assegurar as funções de planeamento estratégico e gestão tática das redes de transporte colectivo que servem a Área Metropolitana de Lisboa.

Em termos de participação do público, os Debates Temáticos apresentam os seguintes resultados:

Debate Temático	Nº de sessões	Oradores convidados	Público inscrito	total oradores
Colina de Santana	5	17	56	73
Os Transportes em Lisboa	4	15	24	39
Total	9	32	80	112



Verifica-se por estes dados que a intervenção dos cidadãos em apenas dois Debates Temáticos (embora com várias sessões cada) superou em número toda a participação de cidadãos no período de intervenção aberto ao público, o que certamente recomenda a repetição deste tipo de iniciativas, de que já estão programadas mais duas para 2015 (sobre “Erradicação da Violência Contra as Mulheres”, a ter lugar em março de 2015, e sobre “Demografia e Migrações em Lisboa”, a ter lugar em abril de 2015).

¹³ A deliberação final e o Relatório do Debate Temático “Os Transportes em Lisboa – o que temos e o que queremos” está disponível em <http://www.am-lisboa.pt/402000/1/000055/index.htm>

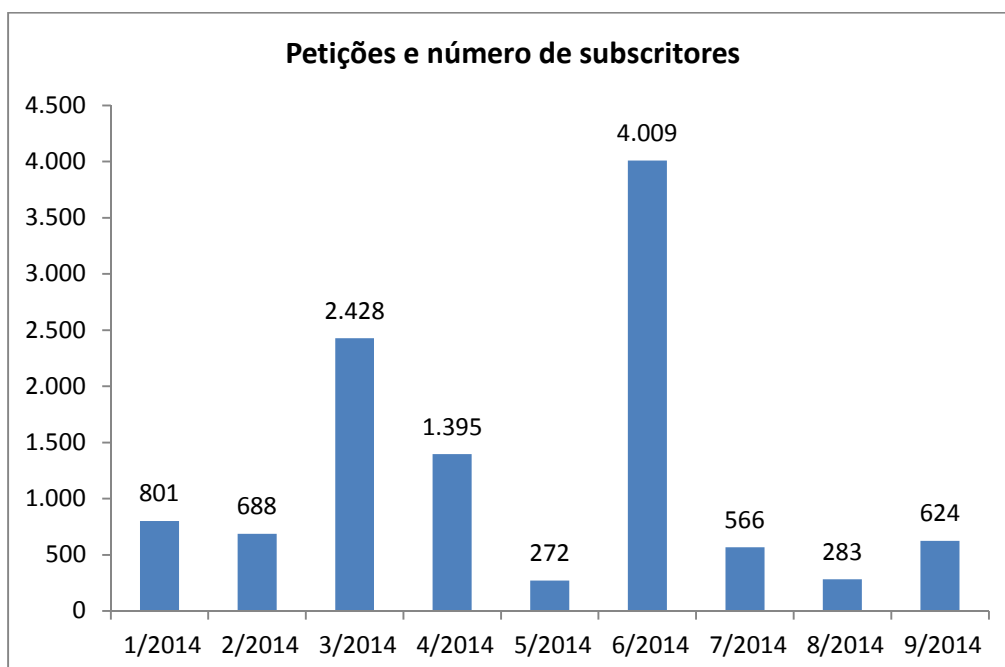
6.3 Petições

Como já se referiu, o Regimento da Assembleia Municipal determina que as petições com mais de 250 subscritores ou provenientes de Associações de Moradores sejam obrigatoriamente apreciadas em plenário.

Até 31 de dezembro de 2014 foram apresentadas neste mandato 9 petições de cidadãos, das quais as três últimas só foram apreciadas pelo plenário em janeiro de 2015. O quadro seguinte resume o assunto das nove petições entradas.

Petições	Assunto
1/2014	Rede Municipal de Bibliotecas de Lisboa
2/2014	Encerramento do cinema Londres
3/2014	Calçada portuguesa
4/2014	Jardim João Ribas em Alvalade
5/2014	Biblioteca Municipal da Penha de França
6/2014	2ª fase da Escola Básica do Parque das Nações
7/2014	Contra um parque subterrâneo no Príncipe Real
8/2014	Uma solução para a Vila Macieira
9/2014	Limitação do ruído em bairros históricos residenciais

O número de subscritores destas 9 petições foi muito variável, como se pode visualizar no gráfico seguinte:



Destas 9 petições, as 6 primeiras, apreciadas em plenário até 31.12.2014, tiveram em comum o tema 7 (cultura, educação, juventude e desporto), tendo a petição 2/2014 sido igualmente apreciada pela 2ª Comissão e petição 3/2014 pela 8ª Comissão.

A apreciação das petições carece porventura de um maior aprofundamento, pois até à data nem sempre tem resultado numa efectiva tomada de posição da assembleia municipal, o que poderá vir a desmotivar o público empenhado nesta forma de participação. Em todo o caso, as petições têm permitido trazer para a agenda matérias relevantes, podendo assim contribuir para influenciar as decisões do executivo municipal, como sucedeu com a petição 7/2014, que acabou por obter ganho de causa com o indeferimento do processo de licenciamento do parque subterrâneo no Príncipe Real. Há que ter em conta, contudo, que as matérias peticionadas nem sempre são consensuais, cabendo aos órgãos do município discernir da bondade e possibilidade do peticionado.

7. Apoio logístico

Como já se referiu atrás, a Assembleia Municipal de Lisboa dispõe de um conjunto de trabalhadores do município organizados no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM), estrutura com a categoria de divisão municipal pertencente ao Departamento de Apoio aos Órgãos Sociais do Município (DAOSM).

A sede própria da Assembleia Municipal é o Fórum Lisboa, antigo Cinema Roma, um equipamento municipal muito central, com um auditório de 700 lugares, dois foyers e um conjunto de salas de reunião de capacidade variável, bem como diversos gabinetes de trabalho, onde foi necessário efectuar em 2014 várias intervenções para melhorar a sua segurança e capacidade de resposta do edificado.

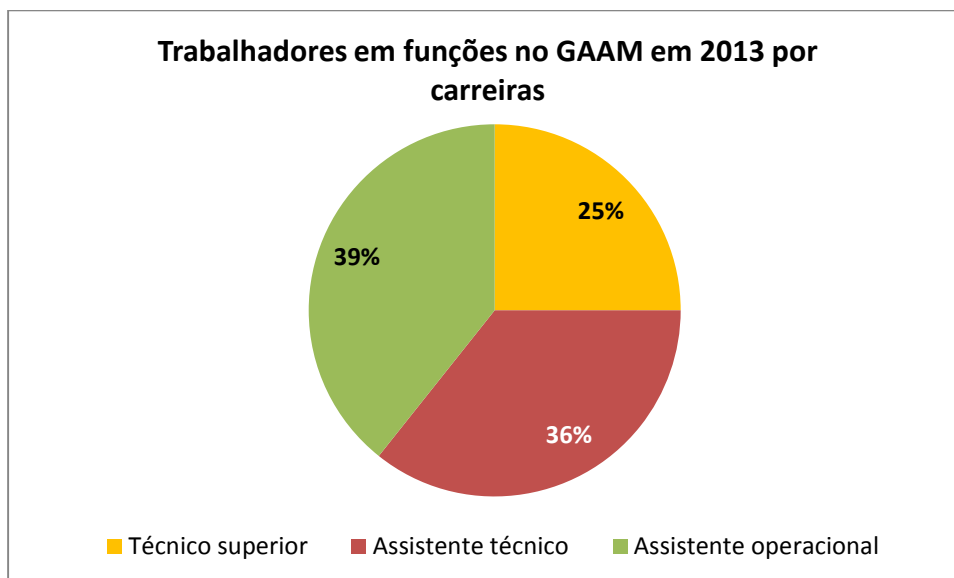
7.1 O Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)

Com o início do presente Mandato intensificaram-se as actividades e iniciativas da Assembleia Municipal de Lisboa, o que implicou uma sobrecarga e um acréscimo de trabalho prestado pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM), tendo-se revelado necessário reforçá-lo em meios humanos e reorganizá-lo.

GAAM - recursos humanos	2013	2014
Técnico superior	7	11
Assistente técnico	10	14
Assistente operacional	11	13
total	28	38

A distribuição percentual destes trabalhadores por carreiras era a seguinte¹⁴:

¹⁴ 1 Assistente Operacional encontrava-se em 2013 em mobilidade intercarreiras, a exercer funções na carreira de Assistente Técnico



Constatou-se uma carência na área de recursos humanos, principalmente ao nível da carreira “técnico superior”, com uma percentagem de apenas 25%, sendo a percentagem mais significativa relativa à carreira de “assistente operacional” com 39%, e em segundo lugar a correspondente à carreira de “assistente técnico”, com 36%.

Analisadas as missões e as necessidades de resposta dos serviços, procedeu-se primeiro a um levantamento, levado a cabo por uma equipa de trabalho constituída por elementos da Direcção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), do DAOSM e do Departamento de Modernização e Sistemas de Informação (DMSI). Após discussão dos resultados desse trabalho entre a Presidente e os trabalhadores do GAAM, assentou-se na necessidade de criação de 4 núcleos dentro do GAAM, com missões próprias e coordenadores nomeados pela Directora do DAOSM¹⁵, ao mesmo tempo que se reforçaram os recursos humanos do GAAM com trabalhadores municipais que para o efeito se disponibilizaram a integrá-lo.

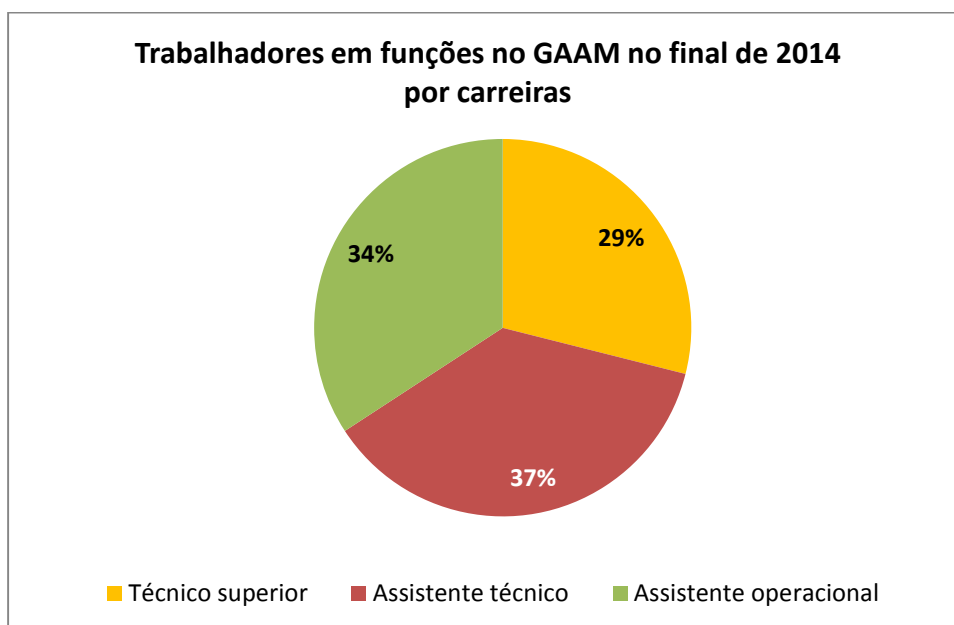
Os núcleos criados e seus coordenadores são os seguintes:

- Núcleo de Apoio Administrativo (NAA) - Dra. Cristina Alexandra Alves de Sousa Martinho
- Núcleo de Apoio ao Plenário (NAPLEN) - Dra. Ana Rita Santos Viegas
- Núcleo de Apoio às Comissões (NAC) - Arq. Pedro Silva Formosinho Sanchez
- Núcleo de Gestão do Fórum (NUGEF) - Dr. Paulo Jorge Braga da Costa

¹⁵ Despacho da sr^a Directora do DAOSM exarado em 8 outubro de 2014, publicado no Boletim Municipal n.º 1078, de 16 de outubro de 2014.

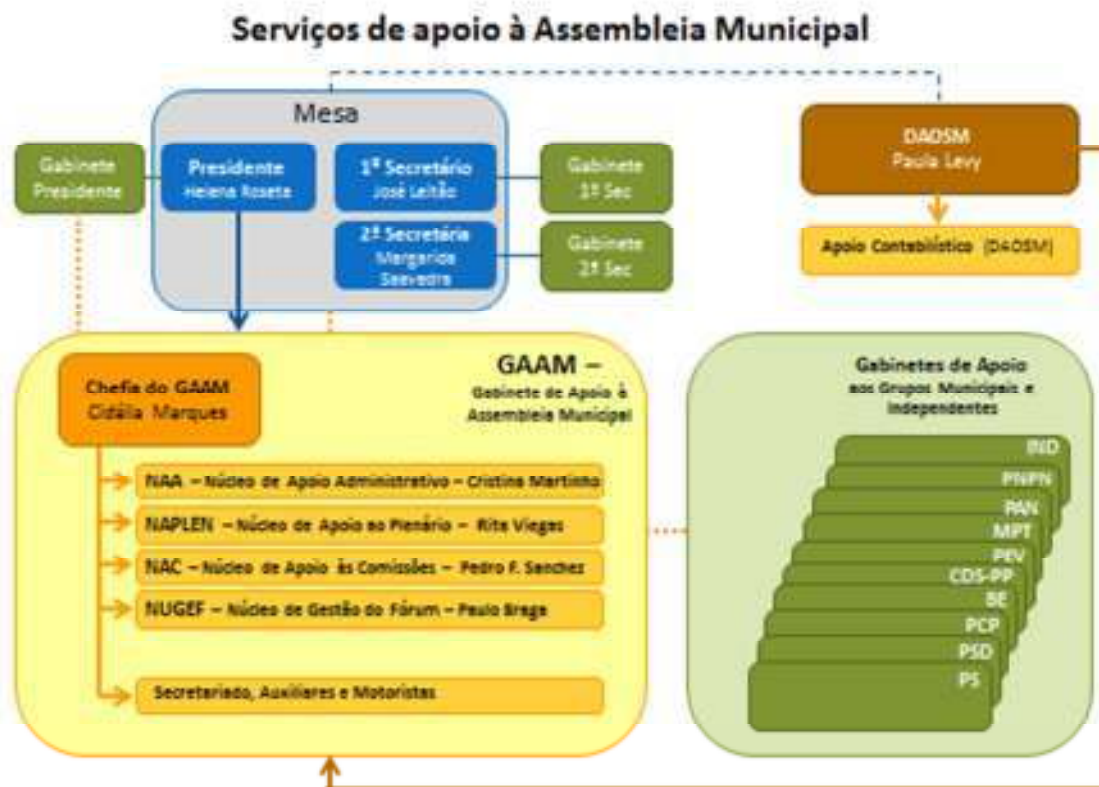
Com a nova estrutura funcional, bem como as actividades inerentes à execução das funções dos vários núcleos, tornou-se necessário proceder à redistribuição dos trabalhadores já existentes pelas várias áreas de intervenção. O reforço em matéria de recursos humanos, foi o seguinte: 3 assistentes técnicos para o NAA, 1 assistente técnico e um assistente operacional para o NAPLEN, 3 técnicos superiores e 2 assistentes técnicos para o NUGEF e 1 técnico superior e 1 assistente operacional para o NAC (todos eles integrados no Mapa de Pessoal do Município de Lisboa). Foi ainda disponibilizado pessoal afecto directamente ao DAOSM para garantir, de forma mais especializada, o atendimento no Fórum Lisboa.

Este reforço de recursos humanos do GAAM traduziu-se num aumento do número de trabalhadores em funções públicas para 38¹⁶, distribuídos percentualmente por carreiras do seguinte modo:



A articulação entre o GAAM e as diferentes estruturas que integram a Assembleia Municipal está representada no esquema seguinte:

¹⁶ 1 Assistente Operacional encontrava-se em 2014 em mobilidade intercarreiras, a exercer funções na carreira de Assistente Técnico e 1 Assistente Técnico encontrava-se em 2014 em mobilidade intercarreiras, a exercer funções na carreira de Técnico Superior.



Refira-se que há três gabinetes de apoio à Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa: o da Presidência é constituído por 3 trabalhadores do Mapa de Pessoal do Município de Lisboa (já contabilizados no número total de 38 efectivos do GAAM) e 2 prestadores de serviços; os dos Secretários da mesa são constituídos por 2 prestadores de serviços, dos quais um em meio tempo.

Há ainda, como já se referiu a propósito da instalação dos deputados municipais, nove gabinetes de apoio aos Grupos Municipais e um gabinete de apoio ao conjunto de deputados que exercem o seu mandato como Independentes, compostos por um total variável de colaboradores, entre assessoria técnica e apoio administrativo; no final de 2014, 12 dos membros dos gabinetes de apoio eram trabalhadores do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa e os restantes eram prestadores de serviços, com contratos anuais, cumprindo os limites máximos de montante mensal e anual de contratação também já atrás referido.

De registar finalmente que o GAAM não dispõe de apoio contabilístico próprio, sendo esse apoio suportado pelo DAOSM.

O passo seguinte consistiu na proposta à Câmara de adequação das competências do GAAM às novas missões e tarefas definidas, aguardando-se a sua apreciação pelo executivo municipal.

7.2 Obras e melhorias realizadas no Fórum Lisboa até 31.12.2014



O Responsável pela definição e planeamento das intervenções no Fórum Lisboa é o Arq. Fernando Gomes (DAOSM), o Responsável pelo acompanhamento das intervenções é Dr. Paulo Cordeiro (do GAAM) e a coordenação geral das intervenções foi da Eng^a Helena Bicho (DMPO). Realizaram-se regularmente, em 2013 e 2014, reuniões destes responsáveis e demais serviços intervenientes com a Presidente da Assembleia, a fim de definir necessidades e prioridades de intervenção.

As obras e intervenções realizadas até 31.12.2014 foram as seguintes:

- **Edifício principal - Fórum Lisboa**

A primeira medida foi a obtenção da aprovação, nos termos legais, das MAP – Medidas de Auto Protecção do Fórum Lisboa, que já estavam elaboradas, o que permitiu posteriormente a utilização da sala sem objecções por parte da Inspeção Geral de Actividades Culturais. Foram nomeados os responsáveis pela aplicação das MAP e feita a respectiva formação pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa.

- **Obras decorrentes das MAP - Medidas de Auto-Protecção (1^a fase)**

- Arranjo das fissuras e cintagem da parede tardo do edifício Fórum Lisboa.
- Instalação de portas corta-fogo em todo o Fórum Lisboa, em conformidade legal.
- Renovação total da coluna de água que alimenta os carretéis do Fórum Lisboa através de ligação à rede EPAL, o que permitiu dispensar a obrigatoriedade de presença do RSB com viatura própria em todas as utilizações do Fórum
- Renovação de todas as mangueiras dos carretéis existentes no edifício.

- **Reparações no terraço**

- Substituição da pedra mármore da soleira da porta de acesso ao terraço.

- Reparação do rodapé da parede envolvente do terraço, e respectivas pinturas onde se situam as máquinas do ar condicionado.

- **Intervenções no 1º e 2º pisos do Edifício do Fórum Lisboa (fachada sul)**

- Construção de novo gabinete e hall de entrada anexo
- Aplicação de chão flutuante nos restantes 2 gabinetes do 1º piso
- Renovação do espaço para refeições no 1º piso
- Instalação de ar condicionado no 1º e 2º piso do Fórum Lisboa (fachada sul)

Este conjunto de intervenções no 1º e 2º pisos do Fórum Lisboa (fachada sul), que se encontravam desocupados no início do mandato, permitiu a disponibilização de mais 7 gabinetes de trabalho e um espaço de refeições, actualmente utilizados pela Mesa e respectivos secretariados. Ficou ainda disponível no 2º piso mais uma sala de reuniões para 20-30 pessoas.

- **Foyer Grande do Fórum Lisboa**

- Criação, em 2013, de uma rampa para acesso ao plenário, de modo a permitir a total independência a pessoas como mobilidade reduzida.
- Renovação da IS dos deficientes em conformidade com a nova legislação.
- Criação de uma arrecadação anexa à IS dos deficientes.

- **Foyer Pequeno e entrada**

- Construção e pintura de parede em pladur, separando o Foyer Pequeno do hall de acesso à escada interior.
- Colocação de corrimão para apoio às SEGWAYS da PM, respectivo rodapé em mármore, e colocação de tomadas eléctricas para possibilitar o carregamento dos referidos veículos (hall de entrada lateral).
- Pintura do hall de entrada principal (Zona da Recepção)

- **Edifício anexo ao Fórum Lisboa**

- Remodelação total de um gabinete no 3º piso com ampliação de área (actualmente afecto ao Grupo Municipal do PAN).
- Colocação de bomba de extração de água na casa das máquinas dos elevadores da AML, sito na cave do hall do mesmo edifício; respectivas ligações à rede de águas pluviais.
- Aquisição de mesas polivalentes para remodelação multifuncional das salas de reunião do 4º andar

Estes trabalhos foram realizados das seguintes formas: por administração directa através do DCCH (DMPO); por ajuste directo pelo DCIEM (DMPO); por adjudicação de empreitada pela

DMPO. Os montantes necessários para as intervenções que não foram realizadas por administração directa foram disponibilizados através de alterações orçamentais, apresentadas no capítulo 10.

É necessário prosseguir os trabalhos de requalificação do Fórum Lisboa, sendo as prioridades para 2015 a remodelação do sistema de ar condicionado, que se encontra obsoleto, e a continuação da execução das Medidas de Auto-Protecção (2ª fase).

Está ainda em preparação o lançamento de um concurso para concessão/arrendamento do Foyer grande para serviço de cafetaria, sem confecção local, estando em estudo a possibilidade de concessão/arrendamento, com obras de adaptação a cargo do concessionário/arrendatário, do Foyer pequeno para instalação de cafetaria, com acesso independente e esplanada no Jardim Fernando Pessa. O objectivo principal será dinamizar a utilização do Fórum Lisboa, contribuindo para a animação cultural e comercial do bairro, um dos mais envelhecidos demograficamente da cidade de Lisboa.

8. Dinamização do Fórum Lisboa

8.1 Tabela de preços de cedência de instalações

Uma das primeiras preocupações da gestão do Fórum Lisboa foi a de remover os obstáculos à sua plena utilização e criar uma tabela de preços para poder ceder as suas instalações para a realização de eventos exteriores à Assembleia Municipal. Esta cedência já era feita anteriormente, por autorização da Câmara e sem custos, tendo sido definida uma tabela de preços em função do número de horas solicitado e dos encargos com trabalho extraordinário de funcionários do GAAM, bem como das horas de serviço do Regimento de Sapadores Bombeiros.

A tabela de preços fixa um valor para cedências a entidades com fins lucrativos e um valor mais baixo para cedências a entidades sem fins lucrativos. Quando um evento é patrocinado pela Câmara ou pela própria Assembleia, continua a ser cedido gratuitamente. Os valores a praticar para a cedência do Fórum Lisboa em 2014 foram fixados pela Deliberação 15/CM/2014, que ratificou o despacho de Aditamento à Tabela de Preços e outras Receitas Municipais do Município de Lisboa respeitante ao valor de utilização do Fórum Lisboa.¹⁷ Aguardamos a ratificação pela Câmara dos novos valores a praticar em 2015, mais baixos, tendo em conta que já não é necessário o recurso ao serviço remunerado do RSB.

8.2 Eventos promovidos pela Assembleia Municipal em 2014

Ocorrendo em 2014 o 40º aniversário do 25 de Abril, a Conferência de Representantes, por proposta da Mesa, deu o seu acordo a dois eventos extraordinários a realizar nesse ano: um concurso de murais para celebrar a data na fachada norte do edifício do Fórum e um ciclo de cinema subordinado ao tema do 25 de Abril, com sessões a realizar à noite e com

¹⁷ Disponível em <http://www.am-lisboa.pt/203500/1/index.htm>

aproveitamento das máquinas de projecção de 16 e 32mm ainda existentes no Fórum Lisboa, provenientes do antigo Cinema Roma.

8.2.1. Concurso de murais “25 de Abril hoje”

No âmbito das comemorações do quadragésimo aniversário do 25 de Abril, a Assembleia Municipal de Lisboa promoveu, com a colaboração da Galeria de Arte Urbana da Câmara Municipal, a realização de um concurso de intervenção artística na fachada norte das suas instalações – Edifício Fórum Lisboa.

Com esta iniciativa, pretendeu-se celebrar uma data fundamental da nossa história, evocando a rica tradição dos murais políticos em Lisboa. Como património há muito desaparecido, mas que marcou o imaginário de várias gerações, os trabalhos muralísticos de carácter essencialmente propagandístico reflectiram o exercício de uma liberdade de expressão reconquistada por parte da sociedade portuguesa. Surgiram, então, nas paredes da cidade, as reivindicações, as críticas, os sonhos, as imagens e as palavras de ordem de uma população há muito silenciada. Tal momento significou toda uma revolução cultural, um reforçado acesso a outras experiências estéticas e uma renovada produção artística que podem ser encaradas como a origem da criatividade associada às manifestações do *graffiti* e da *street art*.

Assim, a escolha da obra a executar foi fruto de um desafio lançado a toda a comunidade artística, no sentido da retoma desta herança plástica, através de um concurso público, com o tema “25 Abril Hoje”, pedindo-se aos concorrentes que recorram a um imaginário inspirado nos murais revolucionários do 25 de Abril de 74, oferecendo o seu olhar atualizado sobre essa herança artística. O concurso decorreu entre 24 de março e 6 de abril, tendo sido recepcionadas 21 propostas. O júri foi constituído pelo pintor Júlio Pomar, pela arq. Helena Roseta, presidente da AML e pelo Director de Departamento de Património Cultural, Jorge Alexandre Ribeiro Martins Ramos de Carvalho, cabendo ao concorrente seleccionado um montante de 2.500€, para aquisição de material e concepção e execução da obra.



Depois de analisar e avaliar as propostas recebidas, o júri deliberou, por unanimidade, eleger a proposta da artista Tamara Alves, acima ilustrada, como vencedora. O mural foi inaugurado em 29 de abril¹⁸, antes da reunião da assembleia que teve lugar nesse dia.

8.2.2 Ciclo de cinema comemorativo dos 40 anos do 25 de abril

Foi convidado o cineasta Rui Simões, da Real Ficção, para apresentar uma proposta de programação e apoio à realização no Fórum Lisboa de um ciclo de cinema comemorativo dos 40 anos do 25 de Abril. A programação proposta baseou-se numa exibição semanal durante os meses de maio, junho e julho, procurando um olhar sobre o conteúdo dos filmes e o que estes nos dizem sobre a Revolução de Abril, em associação à técnica e aos formatos cinematográficos. O ciclo aproveitou as potencialidades da sala onde decorreram as sessões: além da sua capacidade para mais de 700 pessoas, dispõe de equipamento em perfeito estado de conservação para projecções em 35 mm e 16 mm, hoje um privilégio na cidade de Lisboa.

Cada uma das sessões, de entrada livre, foi acompanhada de uma apresentação prévia do filme por oradores convidados e divulgada através de cartazes, folhetos e uma tela na fachada do Fórum Lisboa.



O ciclo integrou os seguintes filmes e convidados:

8 de maio – “CAPITÃES DE ABRIL”, de Maria de Medeiros

Convidado: António Vitorino de Almeida, maestro e compositor

15 de maio – “DEUS PÁTRIA AUTORIDADE”, de Rui Simões

Convidados: Adelino Gomes, jornalista e José Fontão, militar de Abril

¹⁸ Pode ver um vídeo da inauguração do mural “25 de abril hoje” em <http://www.am-lisboa.pt/452000/1/index.htm>

22 de maio – “AS ARMAS E O POVO”, Colectivo de trabalhadores da actividade cinematográfica

Convidados: José Manuel Costa, director da Cinemateca Portuguesa e Fernando Matos Silva, realizador

29 de maio – “BOM POVO PORTUGUÊS”, de Rui Simões

Convidados: Nicole Brenez, historiadora e crítica de cinema e João Tabarra, artista visual

5 de junho - "CONTINUAR A VIVER OU ÍNDIOS DA MEIA PRAIA " de António da Cunha Telles

Convidados: Nuno Portas, urbanista e arquitecto e o realizador

19 de junho –"A CULPA" de António Vitorino de Almeida

Convidados : Inês de Medeiros, actriz e realizadora e o realizador

26 de junho - "GESTOS E FRAGMENTOS" de Alberto Seixas Santos

Convidados: Diana Andringa, jornalista e Otelo Saraiva de Carvalho, capitão de Abril, bem como o realizador

3 de Julho – “OS DEMÓNIOS DE ALCÁCER QUIBIR”, de José Fonseca e Costa

Convidados: Jorge Leitão Ramos, crítico de cinema e o realizador

10 de Julho – “UM ADEUS PORTUGUÊS”, de João Botelho

Convidados: Mário Tomé, militar de abril

17 de Julho – “OXALÁ”, de António-Pedro Vasconcelos

Convidados: Lídia Jorge, escritora e o realizador

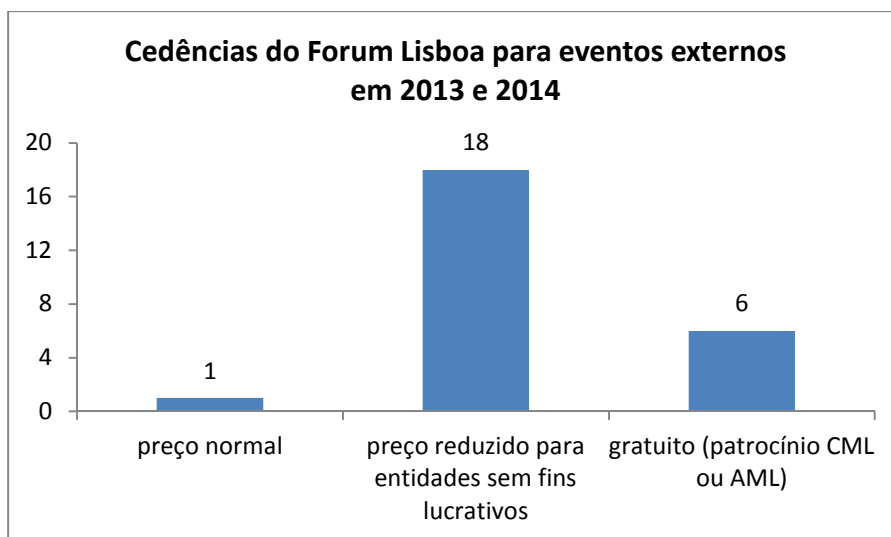
A experiência deste ciclo de cinema teve um balanço bastante positivo, quer por permitir voltar a dar vida ao antigo Cinema Roma na função para a qual foi construído, quer por constituir mais uma forma de colocar o espaço da Assembleia Municipal ao serviço da cultura e da cidade. Julga-se que será de repetir a projecção de filmes, sem fins lucrativos, no Fórum Lisboa, por iniciativa própria da Assembleia Municipal ou em parceria com eventuais interessados. Uma das possibilidades futuras, já em estudo, é a associação dos Debates Temáticos com a projecção de filmes relacionados com os temas em discussão.

8.3 Outros eventos

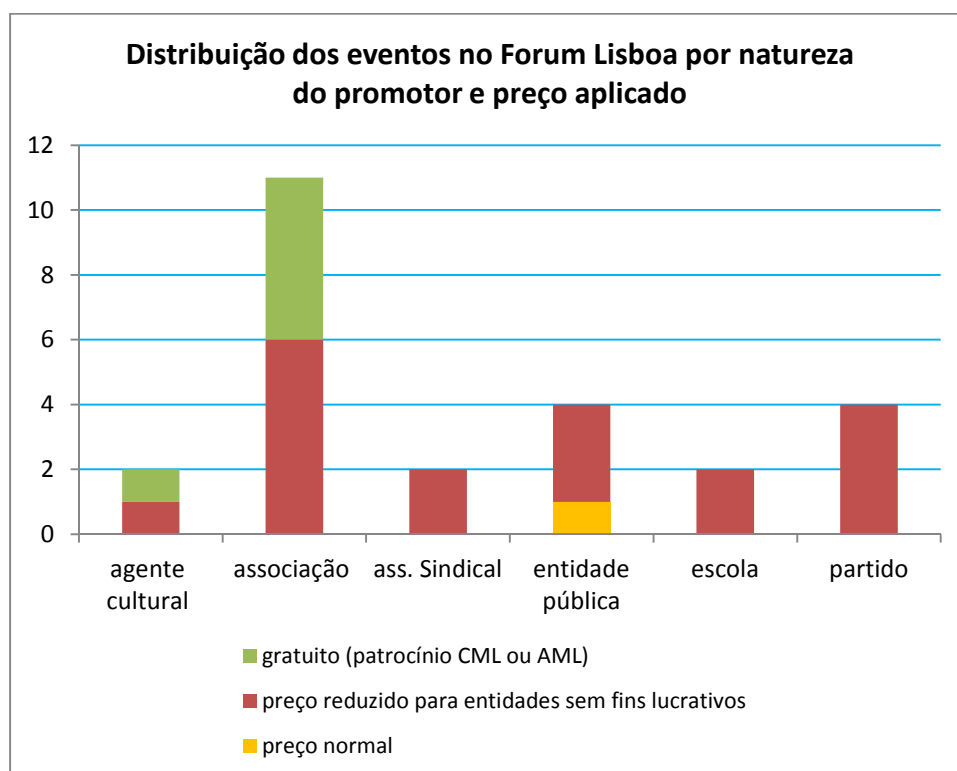
A intenção de abrir o Fórum Lisboa a iniciativas da sociedade civil, mediante cedência de acordo com as características do evento e com a tabela de preços em vigor em 2014, foi concretizada através da cedência da sala a pedido das entidades interessadas.

A primeira cedência teve lugar ainda em 2013, antes da aprovação da tabela de preços, tendo sido aplicado o preço de 2.000€ sem IVA, por acordo entre as partes. A partir da vigência da

tabela de preços realizaram-se mais 24 eventos de iniciativa exterior à Assembleia, dos quais 18 com o preço reduzido, por se tratar de entidades sem fins lucrativos, e 6 a título gratuito, por terem o patrocínio da Câmara ou da Assembleia Municipal. É o que se apresenta no gráfico seguinte:



A distribuição dos 25 eventos por entidade promotora e preço aplicado é a que se pode ver no gráfico seguinte:



A cedência das instalações do Fórum Lisboa correspondeu em 2014 a uma receita total de 21.064,98€ (17.126,00€ + 3.938,98€ de IVA).

Foi preparada uma proposta de alteração da Tabela de Preços e Outras Receitas Municipais (TPORM), visando retirar o custo das horas gratificadas do RSB, por um lado, e incluir os custos de ocupação das instalações durante a montagem e desmontagem dos eventos, bem como modulando preços para a cedência de outros espaços do Fórum Lisboa (foyer grande e salas de reunião). Esta proposta, para entrar em vigor em 2015, aguarda a aprovação da Câmara Municipal.

9. Comunicação e acesso à informação

A lógica comunicacional da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017 assentou no pressuposto legal de que toda a informação sobre actividades e deliberações deste órgão autárquico devia ser publicitada e de fácil acesso a qualquer cidadão.

9.1 O sítio “Debater Lisboa”

Contando com a rapidez, fiabilidade e facilidade do acesso on-line, foi criado, em Dezembro de 2013, um sítio destinado a divulgar os Debates Temáticos promovidos pela AML, previstos no Regimento e abertos à intervenção do público.

Sob o nome "Debater Lisboa"¹⁹, o sítio alberga toda a documentação de suporte aos Debates Temáticos, apoia a participação dos cidadãos, através da recolha de inscrições para os debates, recebendo pedidos de esclarecimento, tomadas de posição ou comentários do cidadão comum.

Toda a documentação de suporte aos Debates Temáticos da AML, notícias que foram saindo na comunicação social, opiniões apresentadas durante as sessões, publicadas na comunicação social, ou remetidas para a Assembleia Municipal como contributos para os debates, passou assim a estar disponível on-line, sem restrição de acesso ou necessidade de requisição.

Um ano depois da sua criação, o sítio arquiva e espelha a riqueza de informação e opiniões recolhidas ao longo dos dois Debates Temáticos realizados, bem como o impacto que estes tiveram na comunicação social, com destaque para o Diário de Notícias, que ao longo de meses publicou artigos de opinião diários sobre a Colina de Santana (S. José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e Santa Joana).

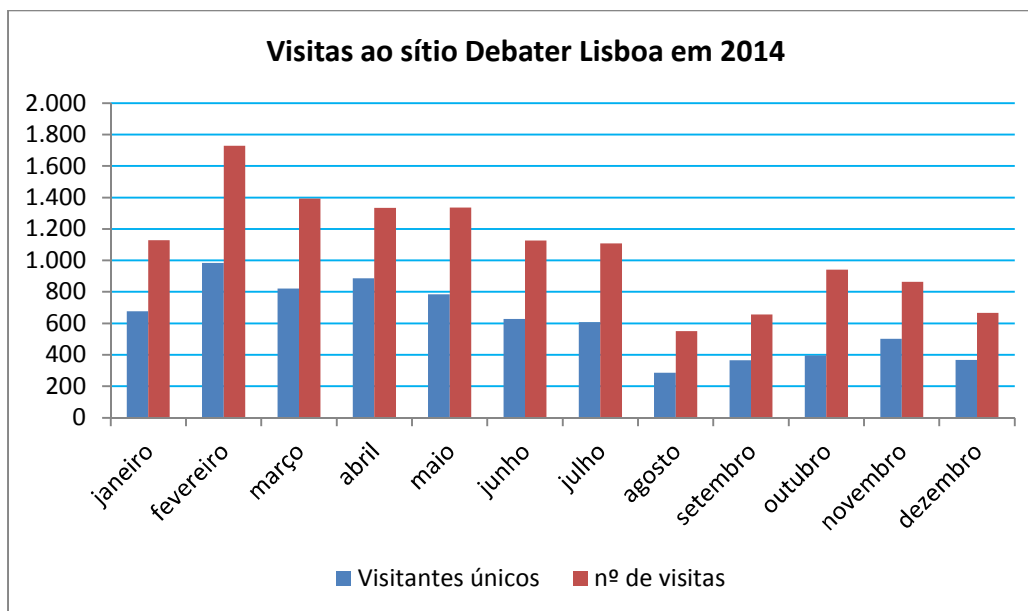
Outros jornais fizeram também eco dos dois primeiros debates – “Colina de Santana” e “Os Transportes em Lisboa - o que temos e o que queremos” – ampliando a sua repercussão e fazendo com que, além das 200 pessoas que em média assistiram ao vivo a cada uma das sessões, mais de 800 as tivessem acompanhado através da transmissão em directo do canal youtube nos sítios da Assembleia.

Esta ampla participação e divulgação conferiu à Assembleia Municipal uma especial responsabilidade nas deliberações finais sobre os temas em debate, tomadas em sessões

¹⁹ Endereço <http://debaterlisboa.am-lisboa.pt>

plenárias, respectivamente a 25 de Março de 2014 – Colina de Santana – e 13 de Janeiro 2015 – Transportes de Lisboa.

Em 2014, o sítio “Debater Lisboa” registou 7.308 visitantes únicos 12.832 visitas, distribuídas ao longo do ano como se pode ver no gráfico seguinte:



O mês de fevereiro registou um pico de visitas, correspondendo ao pico do Debate Temático sobre a Colina de Santana.

9.2 A página da Assembleia Municipal no Facebook

Apostar no alojamento e divulgação on-line de informação passou ainda pela remodelação, em dezembro de 2013, da página da Assembleia Municipal no Facebook²⁰, que contava com 300 utilizadores registados mas passivos, e passava pela publicação de boletins e avisos.

A comunicação foi ajustada ao carácter informal das redes sociais, passando a incluir sugestões de participação em actividades da AML e CML, tornando-se uma ferramenta imprescindível à divulgação dos debates temáticos, ciclos de cinema, actividades conjuntas com Juntas de Freguesia ou Associações de Moradores, que se associaram como “amigos” da página AML.

Em Janeiro de 2015 a página AML conta com 1.200 utilizadores activos.

9.3 O novo sítio da Assembleia Municipal de Lisboa

Consolidados os meios de apoio à divulgação e arquivo da informação sobre os debates temáticos, alargou-se o sistema à remodelação do sítio oficial da Assembleia Municipal de Lisboa²¹ em julho de 2014.

²⁰ Acessível em <https://www.facebook.com/AssembleiaMunicipaldeLisboa> ou a partir da página de entrada do sítio oficial da AML

²¹ Endereço <http://am-lisboa.pt>

A estratégia seguida nesta remodelação passou por uma nova arrumação da informação disponível, de forma mais amigável para o utilizador. Foi reorganizado o sistema de arquivo das deliberações deste órgão municipal, criada uma secção de agenda e notícias actualizadas, linkadas para as redes sociais, directamente acessíveis a todos os interessados e divulgadas em tempo real. O sítio oficial da AML não dispõe, ao contrário do sítio Debater Lisboa, de área específica para a opinião, mas permite aceder, a partir da página de entrada, às páginas de todos os grupos municipais e deputados independentes, alojadas em área de acesso e gestão inteiramente reservados a cada força política.

A estrutura do sítio foi reorganizada através da criação de um conjunto de separadores no topo de todas as páginas, que incluem a informação dividida em grandes áreas que são: Início, Notícias, Agenda, Assembleia, Actividades, Deliberações, Fiscalização do Executivo, Participação do Cidadão e Divulgação. Em cada uma destas grandes áreas o menu do lado esquerdo permite seleccionar a sub-área e do lado direito a categoria pretendida.

Há uma área mais estática, cuja informação sofre poucas ou nenhuma actualizações, como é o caso da área “Assembleia”, com as sub-áreas missão, composição, competências, regimento, comissões, serviços e Fórum Lisboa. As restantes áreas são dinâmicas, reflectindo a actividade permanente da Assembleia Municipal em todas as suas vertentes. Optou-se por colocar na página de entrada matéria das áreas dinâmicas (notícias, agenda e botões de destaque para o calendário das reuniões plenárias e para a emissão on-line ou gravações das sessões), por forma a tornar o sítio mais atractivo.

As áreas mais dinâmicas do sítio permitem um registo evolutivo de todas as notícias, actividades (reuniões do plenário, das comissões, incluindo visitas e audições, da conferência de representantes e da mesa), bem como as deliberações da assembleia (propostas, moções, recomendações, votos, relatórios e pareceres, bem como despachos da mesa). Na área da fiscalização do executivo incluem-se os requerimentos dos deputados ou grupos municipais, com indicação de já estarem ou não respondidos, as sessões mensais de declarações políticas, os debates anuais sobre o estado da cidade, as sessões trimestrais de perguntas à CML, as sessões semestrais de perguntas sobre freguesias, as informações escritas do Presidente e os debates de actualidade.

Foi criada uma área específica para a Participação dos Cidadãos, onde se pode fazer o registo de inscrições para intervir nas sessões ordinárias e extraordinárias da Assembleia, ver como apresentar petições e seguir as que já foram apresentadas e participar nos debates temáticos.

Na área da divulgação é possível aceder à gravação das reuniões plenárias, às publicações da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal ou de outras entidades com relevância para o escrutínio pelos deputados municipais e pelos cidadãos e ao mapa das novas 24 freguesias de Lisboa.

O sítio aponta ainda, através de link directo, na sua barra inferior, para os sítios de todas as Juntas de Freguesia.

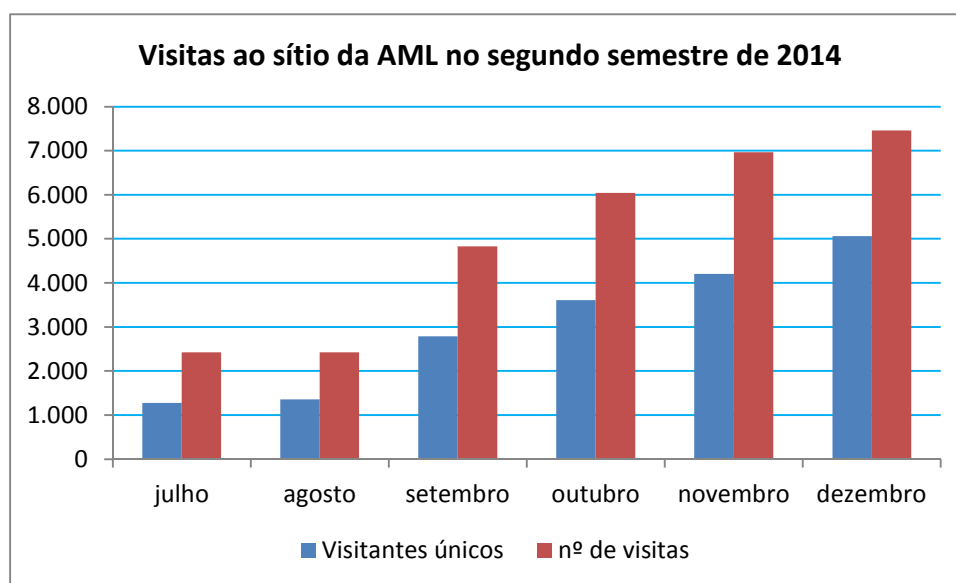
Este acesso on-line a toda a documentação da AML, que inclui a disponibilização on-line de todas as propostas, mesmo antes da sua apreciação, o acesso às votações, o arquivo e o seguimento de todas as deliberações, com índices cruzados por temas e data, permite já a sua consulta e distribuição instantânea, reduzindo substancialmente o recurso a cópias impressas, respeitando a procura de uma utilização responsável dos recursos naturais do planeta.

É ainda possível aceder, através de botão na página inicial, ao antigo sítio da AML, funcionando este como arquivo estático de actividades e deliberações dos mandatos anteriores. Evita-se assim a perda de informação que muitas vezes ocorre quando se reestrutram sítios electrónicos, mantendo uma memória digital que faz parte da própria história da Assembleia Municipal de Lisboa.

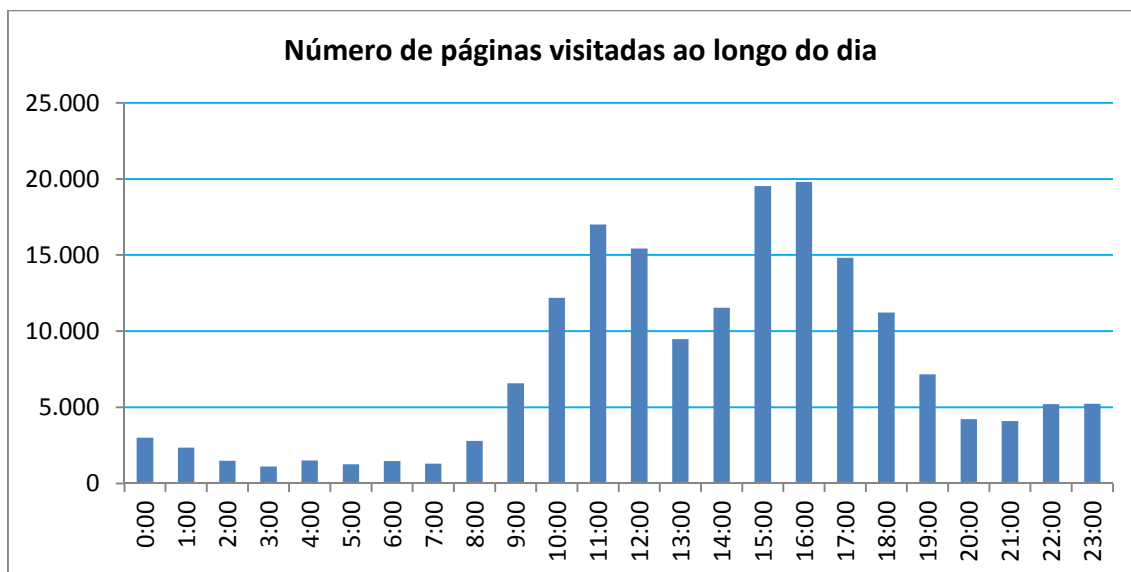
Reconhecendo-se a necessidade de uma identificação dos vários eleitos municipais, e do seu trabalho, estes passaram a estar identificados por nome e força política durante as suas intervenções, e ainda através de fotografia na área Assembleia, sub-área Composição, categoria Deputados Municipais, do sítio AML.

As estatísticas do acesso ao novo sítio oficial da AML registaram um total de 18.345 visitantes únicos, 30.338 visitas e 179.916 páginas visitadas, com uma média de 9,81 páginas visitadas por cada visitante.

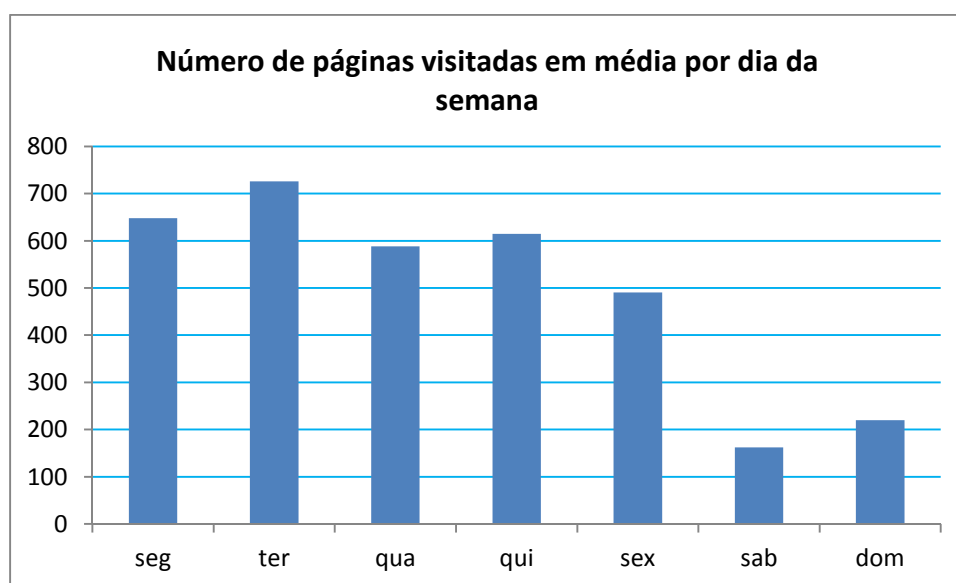
Em termos gráficos a evolução a partir do lançamento do sítio foi a seguinte:



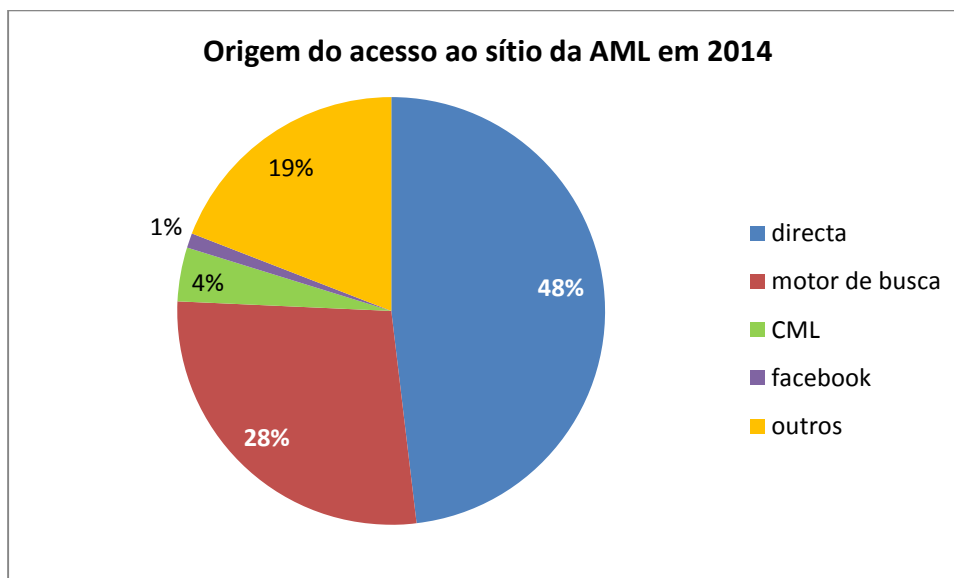
O número de páginas visitadas ao longo do dia revela uma concentração a meio da manhã e ao princípio da tarde como se pode ver no gráfico seguinte:



A média do número de páginas visitadas por semana mostra que os dias mais concorridos são a segunda e terça-feira, certamente pelo facto de as reuniões plenárias da Assembleia se realizarem às terças-feiras.



Finalmente, a origem do acesso ao sítio mostra que metade dos visitantes acede directamente ao endereço do sítio, cerca de um quarto através de motor de busca e cerca de um quinto por outras fontes. Os acessos através do sítio da Câmara e através do facebook foram, em 2014, residuais.



9.4 O canal Youtube da Assembleia Municipal e o apoio logístico à comunicação social

Apostando na divulgação on-line dos trabalhos do plenário foi criado um canal Youtube da AML²² – Julho 2014 –, sendo todas as sessões emitidas em directo, no ecrã da sala de sessões, e on-line.

A divulgação em tempo real das reuniões plenárias pelo novo canal youtube da AML, linkado ao sítio oficial através de botão na página de entrada, veio facilitar o trabalho da comunicação social, permitindo que os jornalistas sigam as sessões em directo do seu posto de trabalho, poupando deslocações e garantindo uma maior rapidez na conclusão e difusão de notícias. Também o público geral pode assim seguir as sessões que lhe interessam evitando deslocações morosas.

No sentido de facilitar o trabalho da comunicação social foi alargada a área que lhe está reservada no plenário, garantindo não só a facilidade de acesso e lugar livre em sessões mais concorridas, como uma maior afastamento do natural “ruído de fundo” de alguma conversa entre o público ou os assessores e dirigentes municipais presentes. Caso os jornalistas necessitem de permanecer nas instalações da AML após o fim das sessões para concluir trabalho, têm também disponível uma sala de imprensa com WiFi.

9.5 Perspectivas futuras

Com os instrumentos já criados e com o reforço do núcleo de gestão do Fórum Lisboa, prevê-se dar maior divulgação aos conteúdos do sítio da Assembleia, nomeadamente através do lançamento de uma newsletter regular e da sensibilização de todos os utilizadores do sítio da Câmara Municipal.

²² Endereço <https://www.youtube.com/user/AssembleiaCMLisboa>

Prevê-se também incluir no sítio da Assembleia uma informação mais dinâmica e diversificada quanto às actividades no Fórum Lisboa, incluindo eventos organizados por terceiros, bem como animar as montras da fachada do edifício com material gráfico alusivo.

Um esforço adicional será feito para divulgação em tempo, no sítio da Assembleia, das atas das reuniões plenárias e das Comissões.

Quanto à emissão e registo gravado das sessões no canal youtube, prevê-se obter equipamento e capacidade técnica para poder editar o material gravado, permitindo o acesso a pequenos excertos dos debates, com identificação dos intervenientes.

10. Execução orçamental

O orçamento da Assembleia Municipal figura no Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa sob a rubrica orgânica N01.01. Abrange as despesas com o pagamento de senhas de presença, parque de estacionamento, subsídios de transporte e prestação de serviços diversos. As despesas com o pessoal da Câmara Municipal afecto ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal e com as prestações de serviços dos gabinetes de apoio à mesa e aos grupos municipais estão incorporadas na despesa global do município, sem desagregação na respectiva classificação orgânica, não constando por isso do orçamento da Assembleia Municipal aqui considerado.

Quanto às despesas com obras nas instalações do Fórum Lisboa, mesmo que a respectiva dotação possa ser proveniente de dotação disponível no orçamento da Assembleia Municipal, a sua classificação orgânica passa necessariamente pela DMPO (Direcção Municipal de Projectos e Obras) a quem cabe o lançamento de empreitadas, a sua fiscalização e coordenação e a realização de obras por administração directa.

O orçamento inicial é alterado ao longo do ano através de alterações ou revisões orçamentais, sendo as alterações orçamentais aprovadas apenas pela Câmara Municipal e exigindo as revisões orçamentais, que implicam alteração global da despesa, a aprovação da Assembleia Municipal.

Como já atrás de referiu, o GAAM não dispõe de núcleo de contabilidade, que é assegurado pelo DAOSM.

De referir ainda que a receita gerada com a cedência de instalações do Fórum Lisboa (cerca de 20.000 euros em 2014) não aparece no orçamento da Assembleia por ser uma receita geral da Câmara.

10.1 Execução orçamental em 2013

O ano de 2013 foi um ano de eleições autárquicas, pelo que o funcionamento da assembleia municipal teve um interregno entre a campanha eleitoral e a tomada de posse dos novos eleitos locais.

O orçamento inicial da Assembleia Municipal foi transposto, como todo o Orçamento do município, de 2012 para 2013, por não ter havido aprovação do orçamento para 2013 na assembleia municipal.

Assim, o orçamento inicial da Assembleia Municipal²³, na orgânica N01.01, em 2013, foi de **533.563** euros, representando 0,1% do total do orçamento total da Câmara nesse ano²⁴, distribuídos de acordo com o quadro seguinte, onde também está assinalada a taxa de execução (despesa executada e paga) à data de 23.10.2013, data da tomada de posse dos novos eleitos.

Descrição da despesa	30.01.2013	Execução em 23.10.2013	
	A	B	C=B/A
	Orçamento inicial (€)	Executado e pago (€)	Taxa de execução
senhas de presença	482.000	266.346	55,3%
transportes - parque e subsídios de transporte	39.263	23.639	60,2%
publicidade	3.000	0	0,0%
conservação de bens	2.500	0	0,0%
estudos e pareceres (entidades colectivas)	500	0	0,0%
outros serviços (entidades colectivas)	5.000	0	0,0%
trabalhos específicos (entidades colectivas)	1.300	0	0,0%
total	533.563	289.985	54,3%

Com a entrada em funções dos novos eleitos, feito o balanço da execução orçamental à data e tendo sido detectada a urgência de lançar uma empreitada para execução das medidas de auto-protecção do Fórum Lisboa, foi solicitada pela Presidência da Assembleia à Câmara a aprovação de uma alteração orçamental, transferindo verba da Assembleia Municipal para a DMPO para a realização daquelas obras.

A alteração orçamental (AO) foi aprovada em 28 de novembro de 2013 e reduziu o orçamento da AML em 124.000 euros.

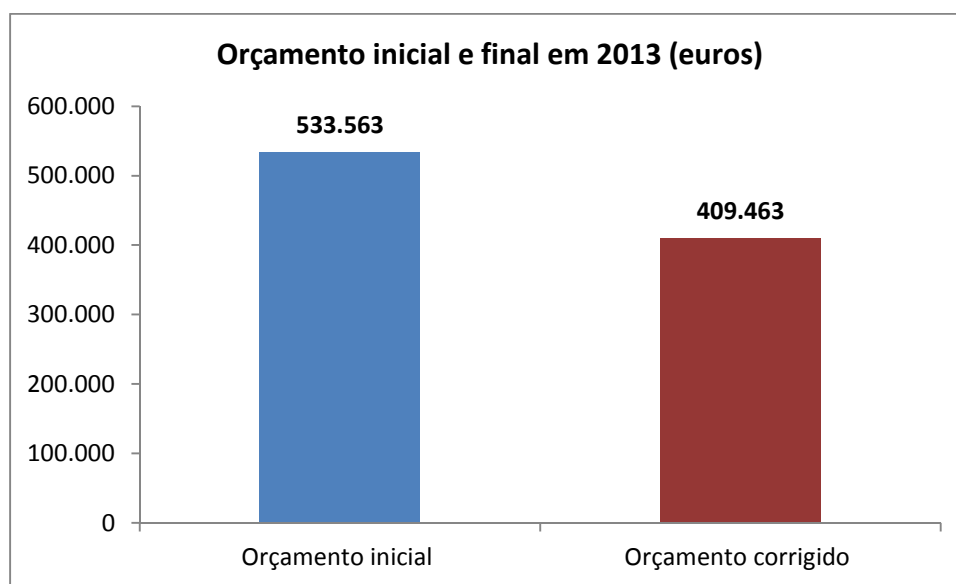
Assim, a execução orçamental da orgânica N01.01 em 2013 no final do ano, e considerando o orçamento corrigido pela 17ª AO, foi a que se apresenta no quadro seguinte:

²³ As fontes destes dados são o Orçamento em vigor à data, os balancetes mensais da orgânica N01.01 e as alterações orçamentais aprovadas pela Câmara Municipal. Em 2013, não tendo havido orçamento aprovado, a dotação inicial foi, até 29.01.2013, de um duodécimo da prevista no orçamento de 2012; a partir de 30.1.2013, a dotação inicial foi a do orçamento 2012 transposto para 2013, que aqui tomámos como “dotação inicial”.

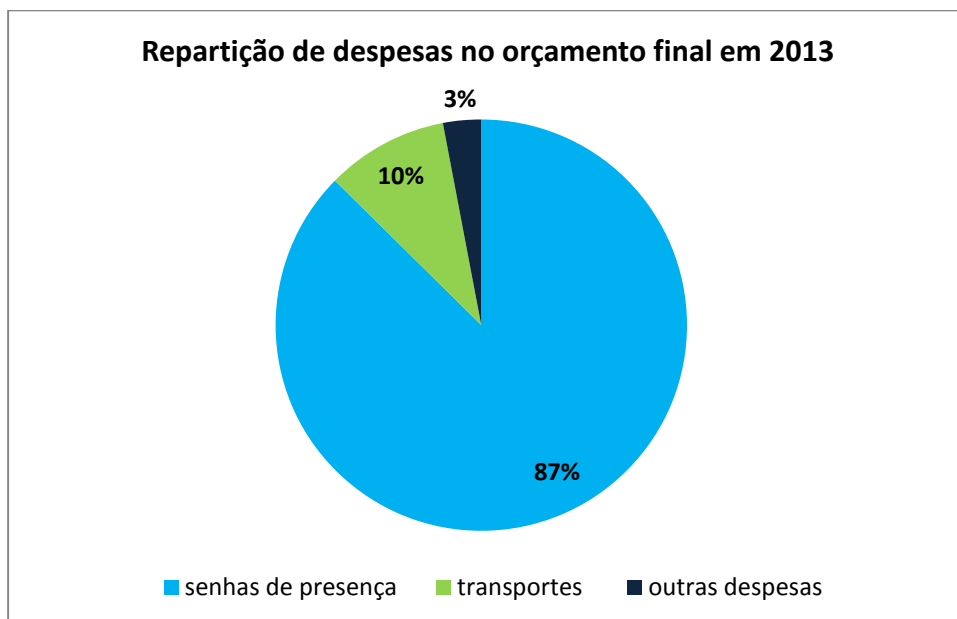
²⁴ O Orçamento total da Câmara Municipal em 2013, transposto de 2012, foi de 974.041.059 euros. Registe-se no entanto que o montante proposto pelo executivo para esse ano era bastante inferior, mas foi rejeitado pelo órgão deliberativo municipal.

Descrição da despesa	Previsão		Execução	
	30.01.2013	31.12.2013	31.12.2013	
	A	B	C	D=C/B
	Orçamento inicial (€)	Orçamento corrigido 31.12.2013 (€)	Executado e pago (€)	Taxa de execução
senhas de presença	482.000	357.900	284.420	79,5%
transportes - parque e subsídios de transporte	39.263	39.263	23.066	58,7%
publicidade	3.000	3.000	0	0,0%
conservação de bens	2.500	2.500	0	0,0%
estudos e pareceres (entidades colectivas)	500	500	0	0,0%
outros serviços (entidades colectivas)	5.000	5.000	0	0,0%
trabalhos específicos (entidades colectivas)	1.300	1.300	0	0,0%
total	533.563	409.463	307.486	75,1%

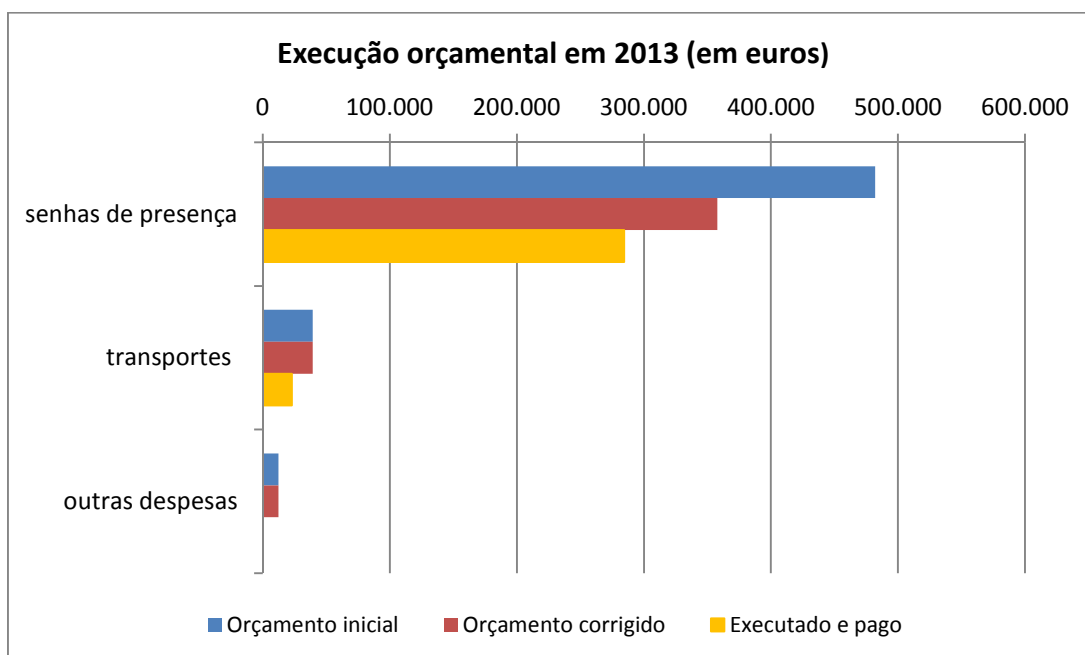
Em termos gráficos, a diferença entre o orçamento inicial e o final é a seguinte:



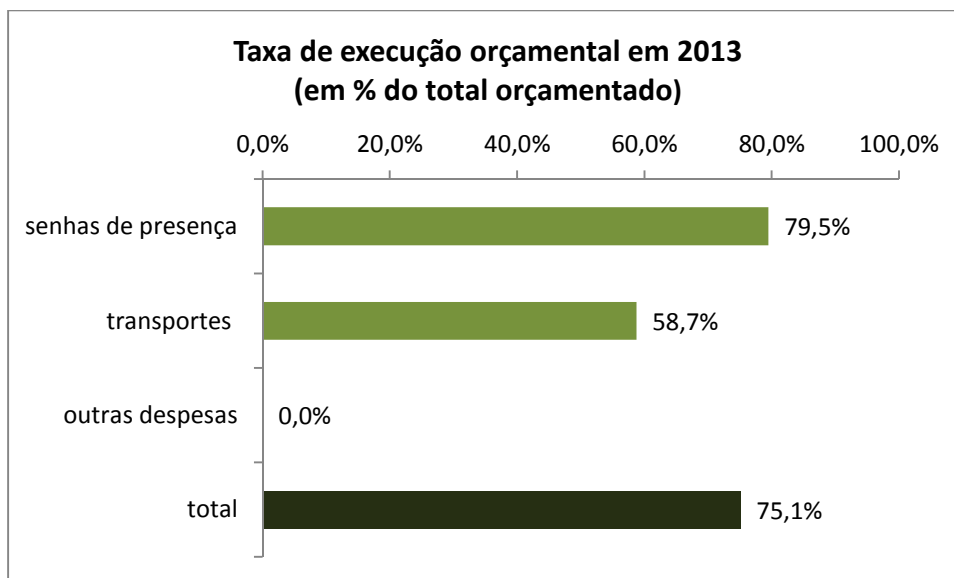
A repartição do orçamento final de 2013 pelas diferentes despesas, que se apresenta no gráfico seguinte, revela que 87% da despesa total se destinava ao pagamento das senhas de presença dos deputados municipais, cabendo 10% ao pagamento de transportes (parqueamento e subsídios de transporte) e 3% a outras despesas.



A execução orçamental (considerando os valores executados e pagos) em 2013, distribuída pelas diferentes despesas, revela que não houve quaisquer outras despesas pagas pelo orçamento da Assembleia além das senhas e do transporte.



A taxa de execução correspondente ao exercício orçamental de 2013 para a orgânica da Assembleia Municipal foi, no total, de 75,1%, estando desagregada pelas diferentes despesas como revela o gráfico seguinte:



10.2 Execução orçamental em 2014

Em 2014, o orçamento inicial da orgânica N01.01 Assembleia Municipal foi de **510.000** euros, representando os mesmos 0,1% do orçamento total da Câmara Municipal para esse ano.²⁵

Esta dotação sofreu várias alterações orçamentais, a saber:

- criação de rubrica própria para apoiar as comemorações do 25 de Abril, por reclassificação das dotações já existentes e sem alteração do montante global do orçamento da Assembleia (2ª AO, aprovada em 15 de abril de 2014);
- transferência de 34.800 euros da dotação da Assembleia para a DMPO, a fim de custear a instalação de Ar condicionado nos gabinetes e salas da ala sul do Fórum Lisboa (5ª AO, aprovada em 11 de julho de 2014);
- reforço de 175.000 euros para senhas de presença (8ª AO, aprovada em 9 de Setembro de 2014);
- transferência de 4.186 euros para o DAOSM para aquisição de equipamento informático²⁶ (10ª AO, aprovada em 12 de dezembro de 2014)

Assim, na sequência destas alterações orçamentais, o orçamento final da Assembleia Municipal foi de 646.014 euros²⁷.

Resumimos os dados de 2014 no quadro seguinte:

²⁵ O Orçamento do Município de Lisboa aprovado para 2014 tinha uma dotação total de 728.118.056 euros.

²⁶ Esta alteração orçamental acabou por não ter resultado, pois não foi possível finalizar o procedimento de aquisição no exercício orçamental de 2014.

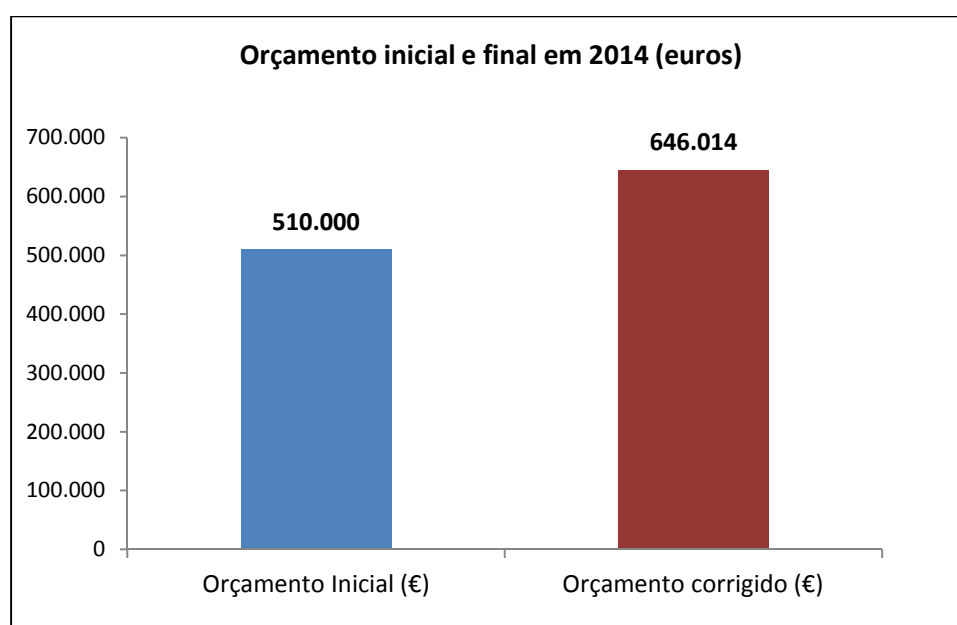
²⁷ As fontes dos dados para 2014 são o orçamento da CML para 2014, os balancetes mensais e as alterações orçamentais referidas.

Descrição da despesa	Previsão		Execução	
	A	B	C	D= C/B
	Orçamento Inicial (€)	Orçamento corrigido (€)	Pago (€)	taxa de execução
senhas de presença	400.000	581.000	580.407	99,9%
transportes	40.000	40.000	26.808	67,0%
comunicação e funcionamento	6.200	8.003	5.292	66,1%
eventos 40 anos 25A	0	15.904	13.269	83,4%
outras despesas	63.800	1.107	1.107	100,0%
Total	510.000	646.014	626.883	97,0%

O Orçamento inicial é o de 1.1.2014 e o final é o de 31.12.2014.

Verifica-se que, ao contrário do que aconteceu em 2013 (ano de eleições), em 2014 o orçamento da Assembleia teve de ser reforçado. A razão deste reforço prendeu-se com o elevado número de reuniões plenárias e de comissões da Assembleia Municipal em 2014, como atrás se referiu. Comparando os orçamentos finais de 2013 e 2014 constata-se uma diferença de 236.551 euros, resultante sobretudo da verba para senhas de presença, que passou de 357.900 euros em 2013 para 581.000 euros em 2014.

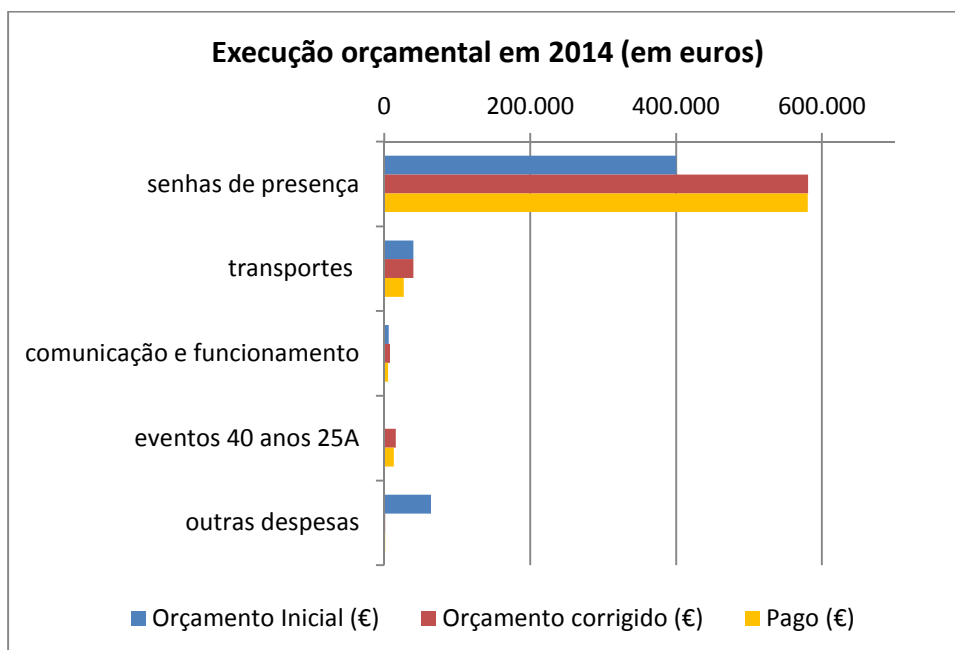
O gráfico em baixo mostra a diferença entre o orçamento inicial e final da Assembleia de 2013 para 2014.



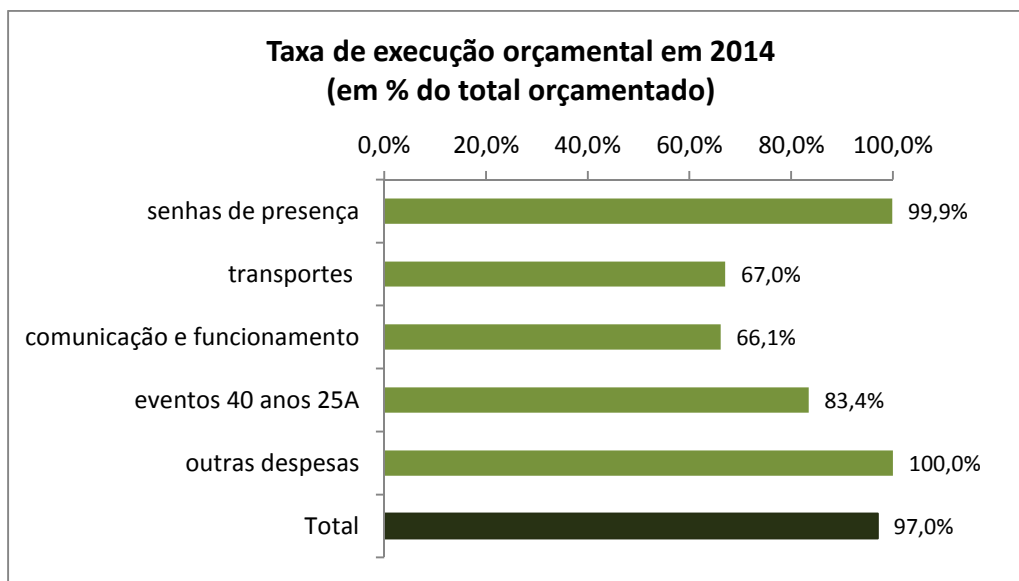
A repartição das despesas no orçamento final de 2014 mostra que são de facto as senhas de presença que absorvem a maior parte (90%) da verba orçamentada, como se pode ver no gráfico seguinte:



Em termos de execução orçamental pelas diferentes rubricas do orçamento, os resultados são os que se apresentam no gráfico seguinte:



A taxa de execução orçamental em 2014 foi de 97%, desagregada pelas diferentes despesas como se vê no gráfico seguinte:



A prática do tempo decorrido durante este mandato recomenda a necessidade de sensibilizar os Presidentes das Comissões Permanentes para as condicionantes orçamentais, a fim de se procurar uma melhor utilização das agendas de reunião com vista a poder concentrar, quando possível, diferentes matérias nas ordens de trabalho, contribuindo para uma redução do número de reuniões das Comissões. Registe-se contudo que o actual Regimento já prevê uma limitação no número de senhas de presença por deputado e por dia (num máximo de duas se se tratar de duas reuniões distintas e em horários não sobrepostos).

Seja como for, um funcionamento mais intenso da Assembleia Municipal não deverá ser abandonado, por ser o órgão máximo de deliberação do município e por se entender que a sua actividade contribui para reforçar a democracia e a cidadania à escala da capital do país.

Será também aconselhável monitorizar as despesas de transporte, evitando taxas de execução insuficientes quando se trata de uma despesa facilmente previsível e verificável.

11. Conclusões e recomendações

11.1 Principais Conclusões

O balanço efectuado através da análise das actividades da Assembleia Municipal desde outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2014 permite retirar as seguintes conclusões:

- a) A composição plural da Assembleia Municipal de Lisboa no mandato 2013-2017, com 75 deputados municipais, distribuídos por 9 Grupos Municipais e 6 deputados independentes, envolveu uma exigência acrescida de abertura e diálogo entre todas as bancadas, por forma a permitir a participação, em igualdade de circunstâncias, de todos deputados municipais e a condução equitativa e transparente do processo democrático de decisão colectiva, cerne da razão de ser deste órgão.
- b) O novo Regimento, aprovado em março de 2014, privilegiou o debate político, introduzindo novas figuras (como o debate para declarações políticas e o debate de actualidade) e ampliou as possibilidades de participação dos cidadãos.
- c) A calendarização antecipada de todas as modalidades regimentais de debate implicou uma intensa actividade da Assembleia Municipal²⁸, visível desde logo pelo número de reuniões plenárias realizadas (53). Este elevado número de reuniões resultou sobretudo da frequência de sessões extraordinárias, em que avultam as reuniões dedicadas à fiscalização do executivo (perguntas à câmara e declarações políticas) e à participação dos cidadãos (debates temáticos).
- d) A actividade do plenário foi acompanhada de uma não menos intensa actividade das comissões, muito para além da periodicidade prevista no Regimento (reuniões ordinárias bimensais). Houve um total de 251 reuniões de Comissões e do Grupo de Trabalho do Regimento, das quais 238 foram reuniões das oito Comissões Permanentes da Assembleia. A esta actividade correspondeu uma análise muito circunstanciada das matérias em apreciação pelas Comissões, desde propostas da Câmara a petições e reclamações de cidadãos, permitindo um aprofundamento técnico e um escrutínio muito mais rigoroso das propostas da Câmara do que aquele que é feito, em termos de mera apreciação da conformidade legal, pela mesa. Esta é uma parte importante do trabalho da assembleia municipal que, não sendo pública, é menos visível mas deve ser valorizada e reconhecida.
- e) É de realçar o papel activo desempenhado pela Conferência de Representantes (que inclui a mesa e representantes de todos os Grupos Municipais, da Câmara e dos deputados independentes) no processo de formação de decisão colectiva inerente à própria natureza da Assembleia. É nessa instância que se procuram resolver, previamente às reuniões plenárias, questões de natureza processual, procedimental e

²⁸ Este número de reuniões foi até superior ao número de reuniões do executivo municipal, o que será certamente um caso raro no panorama do poder local em Portugal.

organizativa, mas também matérias políticas que carecem do contributo de todas as bancadas. O ambiente de lealdade institucional por parte de todos os seus membros tem permitido um efectivo diálogo, contribuindo para a emergência de consensos ou de maiorias alargadas em muitas matérias.

- f) Entre outubro e dezembro de 2013, a iniciativa da Assembleia representou 62% das deliberações, contra 38% de iniciativa da Câmara Municipal. Em 2014, a proporção foi de 58% para 42%, mantendo-se a maior fatia por conta da Assembleia. Verifica-se uma grande preponderância de “recomendações à Câmara” nas deliberações da Assembleia Municipal, representando cerca de metade de todas as iniciativas com origem neste órgão deliberativo. É relevante salientar este aspecto, já que as recomendações se dirigem à Câmara Municipal, nos mais diversos aspectos do funcionamento, devendo passar a merecer uma monitorização mais cuidadosa do seu acatamento ou não pelo executivo.
- g) A percentagem de aprovação pela Assembleia de moções, recomendações e votos é bastante elevada, com uma média geral de 81,5% (77,4% para as recomendações). Este apuramento do resultado das iniciativas da assembleia municipal que revestem a forma de moções, recomendações à câmara ou votos, mostra que, apesar da presença de nove grupos municipais distintos e seis deputados independentes, tem sido possível obter consensos bastante alargados em muitas matérias, o que é de sublinhar já que este tipo de iniciativas é totalmente aberto no que respeita aos assuntos a tratar.
- h) A fiscalização do executivo ocupou uma parte importante do trabalho da Assembleia Municipal, através das diferentes modalidades previstas no Regimento. Para além da apreciação sobre a informação escrita do Presidente, obrigatória em todas as sessões ordinárias, realizaram-se o debate anual sobre o estado da cidade, sessões para declarações políticas (mensais), perguntas à Câmara (trimestrais) e perguntas sobre Freguesias (semestrais).
- i) Os temas que motivaram mais perguntas ou recomendações à Câmara não correspondem aos temas que mais propostas da Câmara suscitaram, em que preponderam matérias do foro financeiro e patrimonial. Esta preponderância prende-se em parte com a própria legislação, que atribui à Assembleia Municipal mais competências deliberativas em matéria de finanças que em muitas outras áreas. Seja como for, as sessões de perguntas e as outras modalidades de fiscalização do executivo revelam as múltiplas áreas que as diferentes bancadas pretenderam escrutinar.
- j) Quanto aos requerimentos à Câmara - que permitem aos deputados municipais obter informações relacionadas com a actividade da Câmara Municipal, dos serviços e das empresas municipais, podendo ser subscritos por uma bancada ou por um deputado em nome individual – verifica-se que mais de metade dos 91 requerimentos apresentados no período em análise não obteve qualquer resposta. Uma das conclusões a retirar é que é necessário garantir junto da Câmara uma melhor

capacidade de resposta aos requerimentos dos deputados municipais, bem como um maior respeito pelo prazo de resposta, nos termos regimentais.

- k) Quanto à intervenção dos cidadãos nos trabalhos da Assembleia, os números registados foram os seguintes: 70 intervenções no período aberto ao público em todas as sessões e 112 nos dois debates temáticos realizados, o que certamente recomenda a repetição deste tipo de debates, mais mobilizadores e apelativos. Deram ainda entrada 9 petições com o número de assinaturas igual ou superior ao que é exigido pela Regimento da AML (250), das quais 6 foram debatidas em plenário nesse ano, com intervenção directa dos primeiros subscritores no debate. A apreciação das petições carece, no entanto, de um maior aprofundamento, pois até à data nem sempre tem resultado numa efectiva tomada de posição da assembleia municipal, o que poderá vir a desmotivar o público empenhado nesta forma de participação.
- l) A estratégia de comunicação e acesso à informação da Assembleia Municipal revelou-se de grande importância para a eficiência dos seus trabalhos. A quantidade de informação gerada e analisada pelos deputados municipais é muito elevada, sendo necessário distribuí-la a todos em tempo útil e permitir igualmente o seu acesso à comunicação social e aos cidadãos. Realça-se o papel dos dois sítios da Assembleia Municipal, o institucional e o “Debater Lisboa” (específico para a difusão de opinião interna e externa), bem como da página do Facebook e do canal youtube, tendo havido em todas estas frentes um crescimento sustentado de visitas. O destaque dado por vários meios de comunicação social ao que se passa na Assembleia Municipal contribuiu também, e muitas vezes de forma decisiva, para a abertura deste órgão a todos os interessados.
- m) Quanto ao apoio logístico para o funcionamento da Assembleia Municipal, regista-se o contributo empenhado dos trabalhadores do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, todos pertencentes aos quadros do município de Lisboa. O reforço e reestruturação do GAAM tiveram um papel muito importante nos resultados alcançados. Não podemos esquecer que os deputados municipais não são profissionalizados, razão pela qual dispõem ainda de gabinetes de apoio próprios, constituídos por trabalhadores do município e prestadores de serviços com contratos que caducam com o termo do mandato. Sem estes apoios seria impossível desempenhar a missão de enorme responsabilidade que cabe ao órgão deliberativo do município de Lisboa.
- n) Uma nota final para registar a elevada taxa de execução orçamental na orgânica correspondente à Assembleia Municipal. Ressalve-se contudo que os orçamentos desta orgânica rondam os 500.000 euros anuais, cerca de 0,1% dos orçamentos anuais do município, pelo que os custos do funcionamento deste órgão democrático do poder local (que não inclui os custos com pessoal ou com prestadores de serviços) são efectivamente quase irrelevantes à luz das despesas gerais do município.

11.2 Recomendações à consideração do plenário da Assembleia Municipal

Tendo em conta o relatório de actividades out 2013 – dez 2014 da Assembleia Municipal de Lisboa, propõe-se que o mesmo seja apreciado pela Conferência de Representantes e pela Assembleia Municipal, sendo desde já de apresentar as seguintes recomendações:

a) Para garantir uma monitorização efectiva das recomendações à Câmara aprovadas pela Assembleia Municipal, deverão as Comissões Permanentes, nas suas reuniões ordinárias bimensais, solicitar a presença do Vereador ou Vereadores dos pelouros abrangidos pelo respectivo âmbito, devendo os mesmos enviar previamente uma informação escrita dando conta do acatamento ou não pela Câmara das recomendações aprovadas nos últimos dois meses. A primeira informação escrita desta natureza deverá permitir às Comissões obter um panorama geral do seguimento dado pela Câmara às recomendações aprovadas desde o início deste mandato.

b) Para melhorar a capacidade de resposta dos requerimentos recebidos pela Câmara e permitir uma visão de conjunto, deverá a informação escrita do Presidente apresentada em todas as sessões ordinárias conter um capítulo onde informe quais os requerimentos respondidos e não respondidos, e neste último caso porquê.

c) Deve também ser enviada mensalmente pela mesa da Assembleia à Câmara, todos os meses, a listagem de requerimentos não respondidos, já que, nos termos regimentais, deveriam ser respondidos em 30 dias.

d) Para melhorar o funcionamento das sessões de perguntas à Câmara e de perguntas sobre Freguesias, deverá ser ajustada caso a caso a respectiva grelha de tempos, ouvida a Conferência de Representantes, tendo em conta o número de temas suscitados por todas as bancadas e a necessidade de permitir uma efectiva resposta pelo executivo a todas as questões formuladas.

e) Deve ser acautelado pela mesa um maior envolvimento de todos os Grupos Municipais na preparação e organização de Debates Temáticos e na escolha dos oradores dos diferentes painéis, que poderão incluir deputados municipais. Deverá igualmente procurar-se uma maior participação de todos os deputados municipais e da sociedade civil nos Debates Temáticos cuja realização seja aprovada pela Assembleia.

f) As intervenções do público no período de intervenção aberto ao público deverão passar a ser transcritas no sítio da Assembleia Municipal, com indicação do encaminhamento dado pela mesa à matéria exposta.

g) A apreciação das petições por parte das Comissões deve envolver a audição dos interessados e concretizar a medida ou medidas a propor ao plenário no sentido de dar satisfação aos peticionários, ou qual o motivo da não apresentação de quaisquer propostas, se for esse o caso.

h) Torna-se imprescindível prosseguir com os trabalhos de requalificação das instalações do Fórum Lisboa, pelo que a mesa deverá obter da Câmara Municipal a garantia dos recursos necessários.

i) Deve ser prosseguida e ampliada a estratégia de comunicação e disponibilização de informação on-line pela Assembleia Municipal, nomeadamente através de uma newsletter periódica e do reforço da capacidade de edição dos conteúdos disponíveis no canal youtube da Assembleia Municipal.

j) Deve ser ponderada a edição anual, em formato digital, de todas as deliberações da Assembleia Municipal, classificadas por assuntos, a fim de permitir análises qualitativas e um melhor escrutínio pela comunicação social e pelos cidadãos do acervo deliberativo deste órgão.

31 de Março de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Helena Roseta

Índice do Relatório de Actividades da AML out 2013 - dez 2014

pág

Ficha técnica e agradecimentos

1. Introdução	1
2. Instalação e Regimento	1
2.1 Composição	1
2.2 Instalação dos deputados municipais e gabinetes de apoio	3
2.3 A revisão do Regimento	4
3. As actividades da Assembleia Municipal entre 24.10.2013 e 31.12.2014	5
3.1 Reuniões plenárias realizadas	5
3.2 Actividades das Comissões	5
3.3 Reuniões da Conferência de Representantes	7
4. As deliberações da Assembleia Municipal	8
4.1 As deliberações do plenário	8
4.2 Moções, recomendações e votos	10
4.2.1 Em 2013	11
4.2.2 Em 2014	14
4.3 Relatórios e pareceres das Comissões	21
5. A fiscalização do executivo	25
5.1 Sessões de perguntas à Câmara e de perguntas sobre Freguesias	26
5.1.1 Análise das sessões de perguntas à Câmara	26
5.1.2 Análise das sessões de perguntas sobre Freguesias	31
5.2 Requerimentos à Câmara	34
6. A participação dos cidadãos	37
6.1 Intervenções no período aberto ao público	37
6.2 Debates temáticos	39
6.3 Petições	41
7. Apoio logístico	42
7.1 O Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal (GAAM)	42
7.2 Obras e melhorias realizadas no Fórum Lisboa até 31.12.2014	46
8. Dinamização do Fórum Lisboa	48
8.1 Tabela de preços de cedência de instalações	48
8.2 Eventos promovidos pela Assembleia Municipal em 2014	48
8.2.1 Concurso de murais "25 de Abril hoje"	49
8.2.2 Ciclo de cinema "40 anos de 25 de Abril"	50
8.3 Outros eventos	51

9. Comunicação e acesso à informação	53
9.1 O sítio "Debater Lisboa"	53
9.2 A página da Assembleia Municipal no Facebook	54
9.3 O novo sítio da Assembleia Municipal de Lisboa	54
9.4 O canal Youtube da Assembleia Municipal e o apoio logístico à comunicação social	58
9.5 Perspectivas futuras	58
10. Execução Orçamental	59
10.1 Execução orçamental em 2013	59
10.2 Execução orçamental em 2014	63
11. Conclusões e recomendações	67
11.1 Principais conclusões	67
11.2 Recomendações à consideração do plenário da Assembleia Municipal	70